

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO - PRPPGI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

ENTRE REDES, TRADIÇÕES E SUSTENTABILIDADE:
A PESCA ARTESANAL EM BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC)
COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

SABRINA APARECIDA HILLE CASTANHO
ORIENTADORA: DRA. DIONE DA ROCHA BANDEIRA

JOINVILLE - SC
2025

SABRINA APARECIDA HILLE CASTANHO

ENTRE REDES, TRADIÇÕES E SUSTENTABILIDADE:
A PESCA ARTESANAL EM BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC)
COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

BETWEEN NETWORKS, TRADITIONS, AND SUSTAINABILITY:
ARTISAN FISHING IN BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC)
AS A CULTURAL HERITAGE

ENTRE REDES, TRADICIONES Y SOSTENIBILIDAD:
LA PESCA ARTESANAL EN BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC) COMO
PATRIMONIO CULTURAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, linha de pesquisa Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade da Região de Joinville (Univille), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade sob orientação da professora Dra. Dione da Rocha Bandeira.

Joinville - SC

2025

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

C346e	Castanho, Sabrina Aparecida Hille Entre redes, tradições e sustentabilidade: a pesca artesanal em Balneário Barra do Sul (SC) como patrimônio cultural / Sabrina Aparecida Hille Castanho; orientadora Dra. Dione da Rocha Bandeira. – Joinville: UNIVILLE, 2025. 189 f.: il. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville) 1. Pesca artesanal – Balneário Barra do Sul (SC). 2. Balneário Barra do Sul (SC) – História. 3. Sustentabilidade. 4. Patrimônio cultural. I. Bandeira, Dione da Rocha (orient.). II. Título. CDD 363.69
-------	---

Termo de Aprovação

“ENTRE REDES, TRADIÇÕES E SUSTENTABILIDADE: A PESCA ARTESANAL EM
BALNEÁRIO BARRA DO SUL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL”

por

Sabrina Aparecida Hille Castanho

Banca Examinadora:

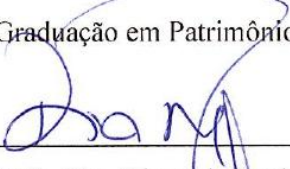
Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira
Orientadora (UNIVILLE)

Prof. Dr. Thiago Fossile
(UAB)

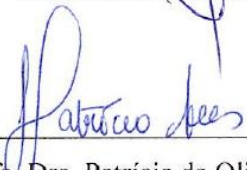
Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli
(UNIVILLE)

Profa. Dra. Roberta Barros Meira
(UNIVILLE)

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira
Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Areas
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

Joinville, 29 de agosto de 2025.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos pescadores e pescadoras artesanais, que, com suas mãos calejadas e saberes passados de geração em geração, mantêm viva uma relação de respeito com o mar e com a vida. Aprendi muito ouvindo, observando e caminhando ao lado de vocês que ensinam que o saber não mora apenas nos livros. E, em especial, dedico ao meu companheiro, Salomão Castanho, que me fez enxergar a pesca artesanal com mais afeto, escuta e admiração. Sem ti, este caminho não teria sido o mesmo. A vocês, guardiões da memória viva e do sustento coletivo, meu mais profundo respeito e gratidão. Que suas histórias jamais se percam.

Agradecimentos

Agradeço ao meu esposo e aos meus filhos pelo apoio, incentivo e, claro, pela paciência que tiveram comigo durante todo este percurso. Aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e me incentivaram, às minhas irmãs, sobrinhas e sobrinhos, e à família Castanho, que me acolheu com tanto carinho e me inseriu no universo da pesca artesanal, meu profundo agradecimento.

À Univille, na pessoa da minha orientadora, Dra. Dione da Rocha Bandeira, por sua dedicação, sensibilidade e confiança no meu trabalho. À professora Dra. Nadja de Carvalho Lamas, que me apresentou o caminho fascinante da pesquisa em patrimônio cultural, sou imensamente grata. Aos membros da banca dra. Mariluci Neis Carelli, dra. Roberta Barros Meira e dr. Thiago Fossile, obrigada.

Agradeço também ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa, e ao Observatório de Sustentabilidade, que acreditou na importância deste estudo.

Meu sincero agradecimento a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada e contribuíram para que este trabalho se tornasse possível.

Acima de tudo, agradeço a Deus por ter me capacitado para trilhar este caminho.

RESUMO

Balneário Barra do Sul é uma pequena cidade litorânea localizada no Nordeste de Santa Catarina. Originalmente uma vila de pescadores, sua trajetória se entrelaça com práticas tradicionais da pesca artesanal que moldaram a identidade e os modos de vida da comunidade ao longo dos anos. Até hoje, os saberes herdados por gerações ainda persistem vivos nesta comunidade. Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para a valorização e o fortalecimento da pesca artesanal em Balneário Barra do Sul como patrimônio cultural (i)material, colaborar com a construção de marcos legais para uma melhor gestão pública do patrimônio em questão, além de investigar a pesca artesanal como a base de uma economia mais sustentável considerando ser essa modalidade menos agressiva ao ecossistema marinho por utilizar técnicas tradicionais de baixo impacto ambiental. A pesquisa conta com o estudo de documentos históricos e legislação, revisões bibliográficas referentes aos temas pertinentes como patrimônio, memória, identidade, sustentabilidade, gestão cultural e pesca artesanal. Também serão realizadas entrevistas semiestruturadas com integrantes de famílias de pescadores barrassulenses a fim de acionar e registrar memórias e saberes da comunidade que irão contribuir para o entendimento da história da cidade e da pesca. Os verdadeiros detentores de bens culturais ligados à pesca artesanal, por vezes, enxergam-nos apenas como uma atividade econômica, sem reconhecê-los como patrimônio cultural. Com isso, espera-se discutir a patrimonialização como uma alternativa para evidenciar e fortalecer a pesca artesanal em Balneário Barra do Sul como tradição cultural e seguir uma via emancipatória e transformadora para a classe pesqueira local.

Palavras-chave: patrimonialização, pesca artesanal, sustentabilidade, Barra do Sul e litoral.

ABSTRACT

Balneário Barra do Sul is a small coastal town located in the northeast of Santa Catarina. Originally a fishing village, its history is intertwined with traditional artisanal fishing practices that have shaped the identity and way of life of the community over the years. To this day, the knowledge inherited from generations still lives on in this community. This research aims to contribute to the appreciation and strengthening of artisanal fishing in Balneário Barra do Sul as an (in)tangible cultural heritage, to collaborate with the construction of legal frameworks for better public management of the heritage in question, in addition to investigating artisanal fishing as the basis of a more sustainable economy, considering that this modality is less aggressive to the marine ecosystem because it uses traditional techniques with low environmental impact. The research includes the study of historical documents and legislation, and bibliographic reviews related to pertinent topics such as heritage, memory, identity, sustainability, cultural management and artisanal fishing. Semi-structured interviews will also be conducted with members of families of fishermen from Barra do Sul in order to recover memories and knowledge of the community that will contribute to the understanding of the history of the city and fishing. It is possible that the true holders of cultural assets related to fishing do not see them as cultural heritage because they are still under the influence of colonial thinking that prevents them from understanding artisanal fishing as a sustainable cultural heritage. With this, we hope to identify patrimonialization as an alternative to highlight and strengthen artisanal fishing in Balneário Barra do Sul as a cultural tradition and to follow an emancipatory and transformative path for the local fishing class.

Keywords: patrimonialization, artisanal fishing, sustainability, Barra do Sul and coast.

RESUMEN

Balneário Barra do Sul es un pequeño pueblo costero ubicado en el noreste de Santa Catarina. Originariamente un pueblo pesquero, su historia está entrelazada con las prácticas tradicionales de pesca artesanal que han forjado la identidad y el estilo de vida de la comunidad a lo largo de los años. Hasta la fecha, el conocimiento heredado de generaciones permanece vivo en esta comunidad. Esta investigación busca contribuir a la valoración y el fortalecimiento de la pesca artesanal en Balneário Barra do Sul como patrimonio cultural intangible, colaborar en el desarrollo de marcos legales para una mejor gestión pública de este patrimonio e investigar la pesca artesanal como base para una economía más sostenible, considerando que esta modalidad es menos perjudicial para el ecosistema marino al utilizar técnicas tradicionales de bajo impacto ambiental. La investigación incluye el estudio de documentos históricos y legislación, así como revisiones bibliográficas sobre temas relevantes como patrimonio, memoria, identidad, sostenibilidad, gestión cultural y pesca artesanal. También se realizarán entrevistas semiestructuradas con miembros de familias pesqueras de Barra do Sul para recabar y registrar memorias y conocimientos comunitarios que contribuyan a comprender la historia de la ciudad y la pesca. Los verdaderos depositarios de los bienes culturales vinculados a la pesca artesanal a veces los ven simplemente como una actividad económica, sin reconocerlos como patrimonio cultural. Se espera debatir el reconocimiento del patrimonio como alternativa para visibilizar y fortalecer la pesca artesanal en Balneário Barra do Sul como tradición cultural y buscar un camino emancipador y transformador para la comunidad pesquera local.

Palabras clave: reconocimiento del patrimonio, pesca artesanal, sostenibilidad, Barra do Sul y la costa..

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Santa Catarina e de Balneário Barra do Sul, localizando o município.

Figura 2: Objetivos de Desenvolvimento Mundial

Figura 3: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Figura 4: Nota publicada sobre o lançamento do livro “A menina e o Mar” na Escola de Jovens e Adultos, em Balneário Barra do Sul, 2024.

Figura 5: Notícia publicada no portal da Epagri sobre o lançamento do livro A Menina e o Mar em Balneário Barra do Sul, em 2024

Figura 6: Bandeira de Balneário Barra do Sul, 2024

Figuras 7 e 8: Panfleto da 1ª Festa da Tainha em Balneário Barra do Sul, 1992; banner da 30ª Festa da Tainha, 2024

Figura 9: Barqueata em Balneário Barra do Sul em comemoração ao Dia de São Pedro em 2024

Figura 10: Banner em homenagem ao Dia das Descascadeiras de Camarão de Balneário Barra do Sul, 2024.

Figuras 11 e 12: Redes de emalhe para sororoca e para guaivira usadas em Balneário Barra do Sul. 2018 e 2019.

Figuras 13 e 14: Fauna acompanhante e camarão catado em Balneário Barra do Sul, 2024.

Figuras 15 e 16: Guarás no Canal do Linguado, em Balneário Barra do Sul, 2024.

Figura 17: Nascer do sol em alto-mar em Balneário Barra do Sul, 2024.

Figuras 18 e 19: Pássaros Atobás e golfinhos acompanhando embarcação de pesca em Balneário Barra do Sul, 2024.

Figura 20: Representação geográfica das áreas de pesca reportadas pelos pescadores artesanais de Balneário Barra do Sul, 2015.

Figura 21: Casas às margens do rio Perequê, em Balneário Barra do Sul, 2024

Figura 22: Embarcação resgatada pela equipe da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura, em Balneário Barra do Sul, 2023.

Figura 23: Localização da Baía Babitonga e setores internos da baía, 2024.

Figura 24: Localização da Baía de Ytabuán, São Francisco do Sul, em 1541.

Figura 25: Oficina lítica e sambaqui na Ilha dos Remédios, em Balneário Barra do Sul (SC), 2024

Figura 26: Mapa de localização dos Sambaquis em Balneário Barra do Sul (SC), 2025

Figura 27 e 28: imagens de satélite mostram as saídas das barras de Balneário Barra do Sul e São Francisco do Sul. 2025

Figura 29: Ihas dos Remédios (à frente), Feia (à direita) e Araras, em Balneário Barra do Sul (SC), 2010.

Figura 30: Detalhe do mapa de São Francisco do Sul, de Antônio Xavier de Noronha Torrezão, 1840, foz do Canal do Linguado

Figura 31: Detalhe do mapa da Colônia Dona Francisca, de Jeronimo Francisco Coelho, 1846. Foz do Canal do Linguado

Figura 32: Reportagem sobre o preço do pescado em Joinville, recorte do Jornal A Notícia, de 1 de julho de 1941. Joinville (SC)

Figura 33: Carta de pescadores ao comandante Raja Gabaglia. Recorte do Jornal A Notícia de 30 de agosto de 1941. Joinville (SC)

Figura 34: Recorte do Certificado de Reservista de Jetel Mendes. São Francisco do Sul, 1949.

Figura 35: Recorte do Jornal A Notícia com matéria sobre surto de malária. Araquari, 23 de abril 1941

Figura 36: Vista aérea da entrada do Rio Perequê pelo Canal do Linguado, em Balneário Barra do Sul (SC). Década de 1940

Figura 37: Cartão Postal, Balneário Barra do Sul (SC), 1952.

Figura 38: A Bica localizada na praia da Salinas, em Balneário Barra do Sul. 2023

Figura 39: Vista aérea de Balneário Barra do Sul (SC). Década de 1970

Figura 40: Boca da Barra fechada. Balneário Barra do Sul (SC). Década de 80

Figura 41: Matéria sobre busca de recursos para a construção do molhe de pedras. Recorte do Jornal Hora H. Joinville, 1981

Figura 42: Trabalhos na abertura do molhe de pedra. Balneário Barra do Sul (SC), década de 80.

Figura 43: Banhista na “lagoa” acompanhado do boto, em Balneário Barra do Sul (SC), década de 80.

Figura 44: Baleia sendo cortada na praia da Picama, Balneário Barra do Sul (SC). Década de 50 ou 60.

Figura 45: Baleia sendo cortada na praia da Boca da Barra, atual praia da Picama, Balneário Barra do Sul (SC). Década de 50 ou 60.

Figura 46: Matéria sobre baleia morta em Barra do Sul. Recorte do Jornal A Notícia, Joinville (SC), 8 de agosto 1962

Figura 47: recorte de matéria do jornal NSC Total. Balneário Barra do Sul (SC). Agosto, 2023

Figura 48: pescadora corta rede de pesca presa acidentalmente em baleia, em Balneário Barra do Sul (SC). Maio de 2024.

Figura 49: Família de Jetel Mendes (centro) com tubarão capturado na Ilha dos Remédios, em Balneário Barra do Sul, década de 1980.

Figura 50: Recorte do Jornal A Notícia sobre pesca de tubarão em Balneário Barra do Sul, fevereiro de 1980

Figura 51: Tubarão capturado por Simão Wechter (agachado), em Balneário Barra do Sul (SC), fevereiro de 1986.

Figura 52: Tubarões capturados em Balneário Barra do Sul (SC), década de 1980.

Figura 53: Monumento da Tainha, em Balneário Barra do Sul, 2021

Figura 54: Cerco de tainha em Balneário Barra do Sul, 2023.

Figura 55: Barco carregado com 3 toneladas de tainha, em Balneário Barra do Sul, 2016.

Figura 56: Reportagem publicada no Jornal Commercio de Joinville sobre possibilidade de fechamento do Canal do Linguado. Joinville, 30 de maio de 1908

Figura 57: Publicação no Jornal A Notícia sobre manifestação dos pescadores. Araquari, 2005.

Figura 58: recorte do Jornal A Notícia. Joinville, 1935

Figura 59: detalhe do brasão de Balneário Barra do Sul (SC), 2025

Figura 60: Manchete no jornal A Notícia sobre a Farra do Boi. Joinville. 1993

Figura 61: Rei e Rainha da Festa da Festa do Pescador, sem data definida. Balneário Barra do Sul (SC).

Figura 62: Barco Cidade dos Príncipes. Balneário Barra do Sul (SC), 2025.

Figura 63: Cristiano Mendes em frente à embarcação que está construindo. Balneário Barra do Sul (SC). 2025

Figura 64: Réplica da Nau feita pelo estaleiro Kapazi. Araquari. 2024

Figura 65: Ilha dos Remédios, em Balneário Barra do Sul. 2024

Figura 66: Infográfico da Ilha dos Remédios, em Balneário Barra do Sul (SC). 2024

Figura 67: Recorte do Jornal Argos da Província de Santa Catarina. Desterro. 1860

RELAÇÃO DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Critérios de Sustentabilidade segundo Ignacy Sachs.

Quadro 2 - Normativas de pesca para a região do Balneário Barra do Sul

Quadro 3: Legislações existentes em Balneário Barra do Sul que contemplam a atividade pesqueira, de 1994 a 2024.

Quadro 4: Sítios arqueológicos pré-coloniais de Balneário Barra do Sul, 2025

Gráfico 1 – Gráfico comparativo da distribuição dos pescadores artesanais do estado de Santa Catarina e de Balneário Barra do Sul (SC), 2024.

Gráfico 2 – Resultados de captura de pescado em Balneário Barra do Sul de 2017 a 2023 (valor em toneladas).

Gráfico 3 – Total anual e espécies mais pescadas em Balneário Barra do Sul, de 2017 a 2023

RELAÇÃO DE SIGLAS

Associação das Mulheres Trabalhadoras da Área da Pesca Artesanal de Balneário Barra do Sul (Amupesc)

Associação Folclórica Açoriana de Balneário Barra do Sul (AFA)

Comissão Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (Cides)

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD)

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Cnumah)

Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema)

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)

Festa do Camarão (Fescam)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Lei Orçamentária Anual (LOA)

Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA)

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Organização das Nações Unidas (ONU)

Plano Municipal de Cultura (PMC)

Plano Municipal de Recuperação e Conservação da Mata Atlântica de Balneário Barra do Sul (PMMA)

Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPA)

Plano Plurianual (PPA)

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma)

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Projeto de Caracterização Socioeconômica das Atividades de Pesca e Aquicultura em Santa Catarina (PCSPA-SC)

Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado de Santa Catarina (PMAP-SC)

Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semmam)

Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)

Universidade do Vale do Itajaí (Univali)

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	16
2.	PESCA ARTESANAL E SUSTENTABILIDADE: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.....	24
2.1	Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, uma reflexão teórica.	24
2.2	A pesca artesanal de Balneário Barra do Sul como meio sustentável	35
2.2.1	A pesca artesanal na dimensão social.....	37
2.2.2	A pesca artesanal na dimensão econômica	43
2.2.3	A pesca artesanal na dimensão cultural	49
2.2.4	A pesca artesanal nas dimensões ambiental e ecológica.....	56
2.2.5	A pesca artesanal na dimensão territorial.....	68
2.2.6	A pesca artesanal na dimensão política	73
3.	RAÍZES DA PESCA ARTESANAL: UM POUCO DA HISTÓRIA DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL.....	82
3.1	Vestígios ancestrais da cultura dos povos sambaquianos	85
3.2	Antes das fronteiras: a presença indígena em Balneário Barra do Sul ...	92
3.3	Barra do Sul na rota das grandes navegações	95
3.4	O início de uma vila	99
3.5	Memórias do tempo da caça a baleia em Barra do Sul	123
3.6	Feras do mar: a era do tubarão em Barra do Sul	128
3.7	Elas chegaram, as tainhas!	131
3.8	O fechamento do Canal do Linguado	136
3.9	Festas populares na comunidade pesqueira	140
4.	A PESCA ARTESANAL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	143
4.1	A tradição herdada	144
4.2	As mulheres na pesca artesanal de Balneário Barra do Sul.....	147
4.3	A arte de construir barcos em Balneário Barra do Sul.....	149
4.4	A Ilha dos Remédios e seus pontos de memória.....	152
4.5	Entre o visível e o invisível: o olhar da gestão pública sobre a cultura local	157
4.6	Pescadores x patrimônio: ser ou não ser.....	159
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
6.	GLOSSÁRIO DO PESCADOR ARTESANAL.....	167
	REFERÊNCIAS	170

1. INTRODUÇÃO

Antes de apresentar a pesquisa em si, considero essencial falar um pouco sobre minha trajetória para que o leitor compreenda a motivação por trás da escolha do tema. Sou joinvilense, nascida em 1977, e em 2010, já divorciada, mudei-me para Balneário Barra do Sul a pedido de minha filha, então com 9 anos. Meus pais viviam na cidade desde 1991, antes mesmo de sua emancipação, e essa mudança representou um recomeço para nós.

Naquele período, ainda trabalhava no Jornal A Notícia e, diariamente, fazia o trajeto de ida e volta para Joinville. Durante essas viagens, da janela do ônibus ou enquanto esperava no ponto em frente ao Canal do Linguado, observava atentamente o cotidiano da comunidade: os barcos, os pescadores chegando, as aves sobrevoando e o movimento incessante das águas. Cada detalhe desse cenário me fascinava — e ainda me fascina.

Dessa experiência nasceu a ideia de criar um blog dentro da página do Jornal A Notícia, intitulado “De Olho na Barra”. Meu objetivo era compartilhar Balneário Barra do Sul com um público mais amplo, pois naquele momento eu já a considerava minha terra. Foi por meio do blog que conheci meu esposo, Salomão Castanho, pescador artesanal e, na época, Secretário de Agricultura e Pesca do município. Convidei-o para uma entrevista, a fim de que os leitores pudessem conhecer mais sobre a vida do pescador artesanal.

O blog, no entanto, teve vida curta. Ainda em 2010, aceitei o convite para atuar como Assessora de Imprensa da Prefeitura de Balneário Barra do Sul e me desliguei do jornal. Durante esse período como servidora pública, concluí minha graduação em Artes Visuais — uma escolha natural, dada minha afinidade com a arte e a cultura — e casei-me com Salomão, ou Salo, como é carinhosamente conhecido na comunidade. Sua família, uma das mais tradicionais da cidade, foi fundamental para meu aprendizado sobre a pesca artesanal: passei a compreender as espécies de peixe, as diferentes modalidades de pesca, os melhores períodos para a atividade e, claro, a culinária típica.

Mais do que isso, aprendi a valorizar e respeitar ainda mais a profissão do pescador artesanal. O conhecimento transmitido de geração em geração — dos avós para os pais, dos pais para os filhos — tem um valor inestimável.

Em 2018, fui aprovada no concurso para Professora de Artes da Prefeitura de Araquari. Durante as formações do Arte na Escola, ao compartilhar imagens de Balneário Barra do Sul e relatar minha paixão pela pesca artesanal, fui incentivada pela professora Nadja de Carvalho Lamas a participar do processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS). A partir daquele momento, tive clareza sobre meu objetivo: pesquisar a pesca artesanal sob a perspectiva do patrimônio cultural.

No entanto, somente em 2023, enquanto atuava como gestora da Secretaria de Educação e Cultura, decidi de fato ingressar no programa. Minha atuação na pasta reforçou ainda mais minha convicção sobre a importância do reconhecimento da pesca artesanal como patrimônio cultural da cidade, tornando-se um caminho natural para minha pesquisa.

Ao consultar a Constituição de 1988, em seu artigo 216, torna-se evidente a identificação da pesca artesanal como patrimônio cultural, especialmente no que se refere ao inciso II, que se refere aos "modos de criar, fazer e viver".

Meneses (2009) ressalta que a Constituição de 1988 reforçou a ideia de que as comunidades desempenham um papel fundamental na construção dos significados e valores culturais. Esse entendimento promove uma visão mais dinâmica e participativa do patrimônio cultural na sociedade, priorizando as práticas culturais e seus praticantes. Como afirma o autor: "O patrimônio é, antes de mais nada, um fato social" (Meneses, 2009, p. 33).

Com o reconhecimento de que o patrimônio vai além de monumentos e obras de arte, abrangendo também práticas culturais, saberes tradicionais e manifestações imateriais, observa-se uma ampliação significativa desse conceito. Poulot (2009) destaca essa expansão ao afirmar que a amplitude do patrimônio é sua característica mais evidente.

Nesse contexto, John (2021) reforça a importância do patrimônio cultural, definido como "o conjunto de bens materiais e imateriais impregnado de valor simbólico para uma comunidade, representando as memórias que foram materializadas e valorizadas pelos poderes locais" (John, 2021, p. 13).

A pesca artesanal, ao longo dos séculos, desenvolveu uma rica diversidade de técnicas, conhecimentos e tradições, transmitidos de geração em geração. Essa herança cultural é um testemunho da relação profunda entre o homem e o mar e está enraizada na comunidade tradicional.

É neste contexto que esta pesquisa está inserida, e tem como objetivo geral contribuir para a valorização e fortalecimento da tradição cultural da pesca artesanal em Balneário Barra do Sul.

Além disso, também serão abordadas as relações da comunidade tradicional pesqueira com as memórias do lugar, pois não tem como falar de patrimônio sem falar de memória, pois são interdependentes: a memória dá significado ao patrimônio, enquanto o patrimônio serve como um marco da memória coletiva, ambos essenciais para a construção de identidades culturais e sociais.

Assim, fundada nas experiências e expectativas de vida, principalmente dos grupos que foram esquecidos pela historiografia tradicional, a memória se torna fator de identidade e valorização da cultura desses grupos (John, 2021, p.18).

Diante disso, a presente pesquisa tem como objeto de estudo a pesca artesanal em Balneário Barra do Sul sob os aspectos político, de sustentabilidade, cultural, econômico e territorial. Está dividida em três capítulos na forma de artigos, além da introdução, cujos objetivos específicos são: evidenciar as tradições que envolvem a pesca artesanal no município; investigar as histórias e memórias da comunidade tradicional de pescadores; investigar como a pesca artesanal pode ser tornar um meio econômico sustentável para o município e como a gestão pública pode ajudar para que isso aconteça; e contribuir na construção de marcos legais para a patrimonialização da pesca artesanal em Balneário Barra do Sul (SC).

Ao investigar a pesca artesanal barrasulense como patrimônio, é crucial reconhecer que essa prática não é um artefato imutável do passado, mas uma realidade viva e dinâmica, influenciada por contextos sociais, econômicos e políticos contemporâneos, embora seu conhecimento seja transmitido há gerações.

Patrimônio é uma performance. É um momento de ação, não algo congelado em uma forma material. Embora patrimônio seja algo constituído, não há uma única ação característica, mas antes uma gama de atividades que incluem lembrar, comemorar, comunicar e transmitir conhecimentos e memórias, assim como assegurar e expressar identidades, valores e significados sociais e culturais (Smith, 2021, p. 142).

O primeiro capítulo é voltado à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável. Sob o título “Pesca Artesanal e Sustentabilidade: um Caminho Para a Inclusão Social e Conservação Ambiental”, se discorre sobre os elementos

sustentáveis que envolvem a pesca artesanal ou pesca de pequena escala, pois, ao contrário da pesca industrial, ela tem um papel importante no campo da sustentabilidade, pois é caracterizada pelo uso de técnicas tradicionais e de baixa tecnologia, muitas vezes empregando métodos seletivos com modalidades de pesca diferenciadas que minimizam o impacto ambiental.

Inclusive, o que se percebe é que ela pode ser associada com pelo menos sete das oito dimensões de sustentabilidade elencados por Sachs (2009):

Social (distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente, igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais), Cultural (mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), Ecológico (preservação do potencial capital natureza na sua produção de recursos renováveis, limitar o uso de recursos não-renováveis), Ambiental (respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais); Territorial (estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis); Econômico (segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos) e Política (nível razoável de coesão social) (Sachs, 2009, p. 85-87).

Esta prática não apenas fornece sustento e meios de subsistência para muitos, mas também desempenha um papel vital na preservação do meio ambiente marinho e na manutenção da biodiversidade. Os pescadores artesanais têm um profundo entendimento do ecossistema e utilizam seu conhecimento para pescar de forma responsável, respeitando os ciclos naturais e evitando a sobrepesca.

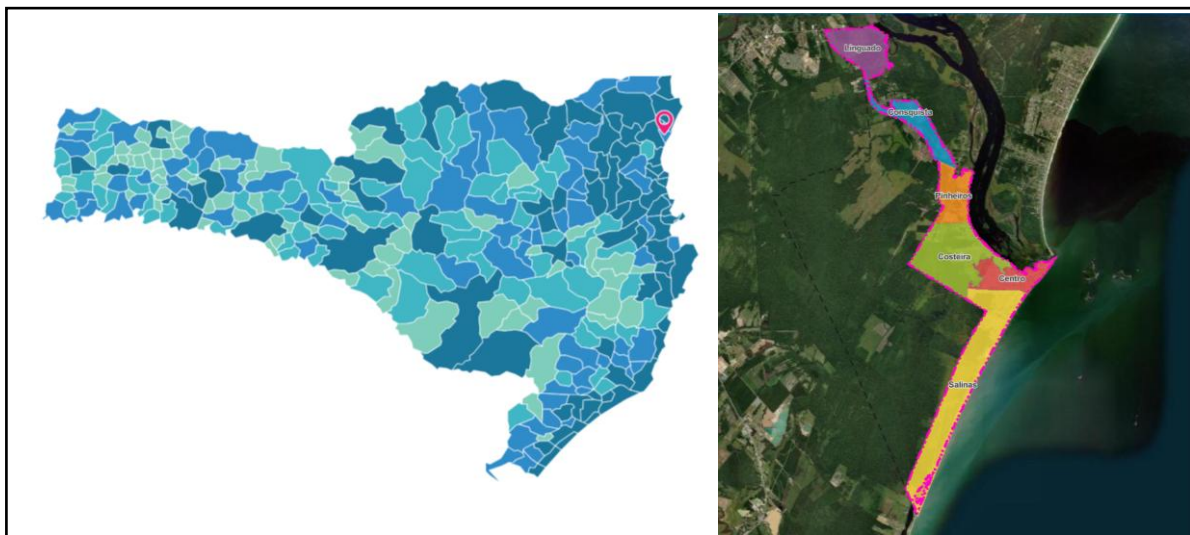
O segundo capítulo será dedicado à análise histórica do município de Balneário Barra do Sul (imagens 1 e 2), uma pequena cidade litorânea localizada no nordeste de Santa Catarina, às margens da Baía Babitonga, dessa forma, sua trajetória é fortemente associada à pesca artesanal e à vida ribeirinha, conforme aponta a pesquisa de Fossile *et al* (2019, p.8), que estimou que os sambaquianos ¹da região da Baía Babitonga capturaram aproximadamente 184.678,20 toneladas de peixes ao longo de 6 mil anos.

O ambiente estuarino da Baía da Babitonga favoreceu o assentamento de grupos humanos desde, aproximadamente, 6.000 anos antes do presente. Do período pré-colonial, há um número expressivo de sambaquis, razoavelmente preservados (Bandeira, Alves, 2017, p.23).

¹ O sambaqui é um monumento pré-colonial que se caracteriza essencialmente por conter um vasto número de conchas. O sambaqui em tupi-guarani significa monte de concha. (Moreira e Bandeira, 2019, p.214)

Dos cerca de 200 sítios arqueológicos registrados na região da Baía Babitonga, em Balneário Barra do Sul encontram-se 25 sítios arqueológicos.

Figura 1 e 2: Mapa de Santa Catarina e de Balneário Barra do Sul localizando o município, 2025



Fonte: DSA e IBGE.

Conforme Sousa (2002), os primeiros colonizadores chegaram à região em 1820, provenientes de São Francisco do Sul. Até o presente momento, esta é a única referência encontrada acerca do processo de colonização da então Barra do Sul.

Entretanto, sua trajetória se entrelaça com a história do município limítrofe de Araquari, a qual pertencia até 1992, quando por meio da Lei nº 8.521, de 9 de janeiro de 1992, foi emancipado. A partir do ato legal de emancipação, a vila de pescadores Barra do Sul passou a ser conhecida como Balneário Barra do Sul, um município com uma extensão de 110.6 km² de área, constituído por 12 km de praias, dunas, o Canal do Linguado com 15 km de extensão (conhecido por “lagoa”) e um arquipélago com 5 ilhas: Remédios, Araras, Feia e Istripitinga e dos Lobos.

Conforme a divulgação do censo IBGE 2022 a cidade abriga uma população de cerca 15 mil habitantes onde a economia gira, basicamente, entre duas atividades: a pesca artesanal e o turismo. Sendo a primeira, uma prática tradicional que moldou a identidade e o modo de vida da comunidade ao longo dos anos e a segunda associada aos atributos naturais de praias, matas e pesca esportiva.

Neste capítulo, também se pretende investigar as histórias e memórias da comunidade barrasulense, intimamente ligadas à pesca artesanal, usando como fonte as cinco entrevistas realizadas com pescadores e pescadoras da cidade, com o intuito

de capturar não apenas os conhecimentos e técnicas sobre a pesca, mas também as memórias da comunidade que contribuiu na construção da cidade. Além de outras cinco entrevistas realizadas pelo projeto de pesquisa Representações Sociais Sobre o Patrimônio Histórico e Pré-Colonial. Tópicos como as antigas práticas de pesca, a existência dos sambaquis e as consequências do fechamento do Canal do Linguado serão investigados e citações serão utilizadas no decorrer dos últimos dois capítulos

John (2021) exemplifica a importância da consulta às memórias sugerindo que a memória seja grafada, narrada, tornada uma fonte histórica ou, também, que seja identificada, reconhecida e transformada em patrimônio Histórico-cultural da coletividade. Le Goff (2013) evidencia que a memória é um elemento essencial da identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

Este capítulo será de relevância para estudos futuros e fonte de consulta, principalmente para instituições de ensino que atualmente carecem de referenciais sobre a história de Balneário Barra do Sul.

O terceiro e último capítulo trará reflexões sobre a pesca artesanal como patrimônio, partindo da análise da bandeira do Município que deixa explícita a importância da pesca para a comunidade quando traz em seu brasão um pescador, um barco e uma mulher representando as descascadeiras de camarão.

A intencionalidade deste capítulo será evidenciar que, embora a Lei 11959/2009, conhecida como a Lei da Pesca classifique a pesca artesanal como um meio comercial, a pesca artesanal transcende a mera atividade econômica e se destaca como uma expressão fundamental da cultura e da identidade da comunidade barrassulense. Diegues (2004, p.87) destaca que “a questão da tradição está no cerne da pesca artesanal, com o domínio do saber-fazer sendo central para a ‘profissão’”.

Além disso, a pesca artesanal desempenha um papel fundamental na preservação da diversidade cultural, estando profundamente entrelaçada às tradições locais, rituais e costumes. Muitas vezes, incorpora elementos religiosos e cerimoniais que evidenciam a relação íntima entre as comunidades costeiras e o mar. Em Balneário Barra do Sul, essa conexão é reconhecida por meio de datas comemorativas, como o Dia do Pescador Artesanal, celebrado em 29 de junho, em homenagem a São Pedro, e o Dia da Descascadeira de Camarão, celebrado em 8 de setembro.

O conhecimento sobre técnicas de pesca, navegação, tipos de peixes, construção naval, padrões de marés e até mesmo a gastronomia, transmitido

oralmente, cria um legado cultural, como irá se perceber nas entrevistas concedidas pelos pescadores e pescadoras para esta pesquisa. Esse processo de transmissão de saberes é fundamental para a construção da memória coletiva da comunidade. Nesse contexto também, Balneário Barra do Sul foi reconhecida como a Capital Catarinense da Construção Naval Artesanal pela Lei nº 12.348/2002.

A importância de patrimonializar a pesca artesanal de Balneário Barra do Sul reside não apenas na preservação de uma prática ancestral, mas também na salvaguarda de uma parte fundamental da identidade cultural e ambiental da comunidade barrasulense.

Pressupostos sobre o valor inato do patrimônio também reforçam a ideia de que patrimônio representa tudo que há de bom e importante sobre o passado e que contribuiu para o desenvolvimento das características culturais do presente. Outro dado evidente neste discurso é a “identidade” – patrimônio diz respeito à construção de identidade, especificamente identidade nacional” (Smith, 2021, p.144).

Iniciativas de valorização e preservação da pesca artesanal podem incluir políticas que protejam os direitos das comunidades pesqueiras, programas de capacitação para aprimorar as habilidades tradicionais dos pescadores, incentivos para a utilização de práticas de pesca sustentáveis e a promoção do turismo responsável que valorize a cultura local e os modos de vida tradicionais.

Reflexões sobre a preservação da pesca artesanal como patrimônio cultural serão realizadas com o objetivo de verificar sua essencialidade na garantia do bem-estar das comunidades costeiras e na saúde dos ecossistemas marinhos. Além disso, será discutido o reconhecimento e o apoio das autoridades governamentais, bem como a promoção da conscientização pública sobre a importância da pesca artesanal para a sustentabilidade ambiental e cultural do município.

A pesquisa adotará uma abordagem metodológica diversificada, articulando métodos comparativos, históricos — com ênfase na história social e econômica — e qualitativos. As consultas bibliográficas e a pesquisa documental serão orientadas por referenciais teóricos dos campos do Patrimônio Cultural, da Memória, da Sustentabilidade, da Arqueologia, da História e da Pesca Artesanal. As entrevistas orais, por sua vez, desempenham papel fundamental, tanto como fonte de informação quanto como forma de preservar e valorizar os saberes e experiências da comunidade pesqueira, contribuindo para a constituição de um acervo de memória.

Os problemas considerados nesta investigação, como os desafios da pesca artesanal em meio à sustentabilidade, a preservação das memórias da comunidade e a patrimonialização da pesca artesanal, serão analisados de forma qualitativa. Para tanto, serão realizadas consultas bibliográficas, documentais e entrevistas orais com dez pescadores e pescadoras da comunidade tradicional.

As entrevistas orais, permitirão valorizar as experiências vividas e os significados atribuídos pelos participantes, proporcionando uma compreensão profunda e contextualizada do conhecimento investigado. Afinal, segundo Pelegrini (2006, p.116), “é nos recônditos da memória que residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas”.

Além disso, as entrevistas contribuirão para a elaboração de um glossário com termos do cotidiano da comunidade, particularmente palavras utilizadas pelos pescadores. Esse glossário será uma ferramenta para destacar a relevância da oralidade nas comunidades tradicionais. A história oral é fundamental para captar estudos de memória, construção de identidade e desenvolvimento de uma consciência comunitária (Holanda e Meihy, 2023).

Fotografias da paisagem local, dos pescadores, além de documentos e imagens reproduzidos, também serão incorporados como elementos visuais à pesquisa, que foi aprovada pelo Comitê de Ética sob o Parecer Substanciado nº 6.967. Toda a metodologia será de caráter qualitativo.

Por fazer parte da linha de pesquisa Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e por ter como um dos objetivos refletir sobre a sustentabilidade da pesca em Balneário Barra do Sul, esta dissertação passou a integrar o Observatório de Sustentabilidade² e contemplada com bolsa de estudos financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Com isso, espera-se evidenciar esse patrimônio vivo e presente na vida da comunidade barrasulense, pois o patrimônio não é passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores (Poulot, 2009), e assim, fortalecer a pesca artesanal em Balneário Barra do Sul como tradição cultural e seguir uma via emancipatória e transformadora para a classe pesqueira local.

² Projeto associado à Universidade da Região de Joinville-Univille, que visa construir marcos teóricos interdisciplinares que possam dar fundamentação a um projeto conceitual de um Observatório de Sustentabilidade na Univille.

2 PESCA ARTESANAL E A SUSTENTABILIDADE: UM CAMINHO POSSÍVEL PARA A INCLUSÃO SOCIAL E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

2.1 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, uma reflexão teórica

Ao abordar a pesca artesanal de maneira sustentável, é fundamental apresentar uma breve introdução sobre o conceito de sustentabilidade, destacando que essa abordagem vai além da simples reciclagem e reutilização de materiais, como frequentemente é entendido pela comunidade.

Além disso, ao discutir sustentabilidade, é importante também abordar o conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que esses dois termos estão intrinsecamente relacionados e de acordo com Rattner (1999, p. 233) a sustentabilidade foi incorporada nas discussões sobre desenvolvimento, refletindo uma preocupação crescente com "esverdeamento" dos projetos e a "democratização" dos processos de tomada de decisão.

Segundo Nascimento (2012), a noção de sustentabilidade tem duas origens: na biologia e na economia.

A primeira na biologia, por meio da ecologia, refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo de recursos naturais, desflorestamento, fogo, etc) ou naturais (terremoto, tsunamis, fogo, etc.). A segunda, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar (Nascimento, 2012, p.51).

O desenvolvimento econômico, quando acontece de forma desordenada, pode gerar consequências negativas para o meio ambiente e para as comunidades locais. Por isso, torna-se essencial que esse progresso esteja alinhado com práticas sustentáveis, que garantam a preservação dos recursos naturais e a equidade social.

Sobre isso, Santos (2006) argumenta que a ação humana não apenas modifica o espaço, mas o cria. Ele considera que o ambiente é uma construção social, onde as intervenções técnicas dos seres humanos alteram continuamente as condições naturais e sociais. "O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de

artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (Santos, 2006, p.39).

A partir das reflexões sobre os impactos do desenvolvimento econômico no meio ambiente e nas sociedades, surge o conceito de sustentabilidade. Conforme Rattner (1999), trata-se de um princípio estruturador que orienta o desenvolvimento para atender às necessidades e valores humanos, promovendo práticas que garantam a equidade social e a qualidade de vida. Nesse mesmo sentido, Nascimento (2012, p. 51) ressalta que a sustentabilidade deve contemplar não apenas as necessidades da geração atual, mas também assegurar condições de vida dignas para as futuras gerações.

Ainda que amplamente difundido, o conceito de sustentabilidade apresenta certa imprecisão. Rattner (1999, p. 233) “aponta para a falta de precisão do conceito de sustentabilidade evidencia a ausência de um referencial teórico que relaciona sistematicamente as diversas contribuições dos discursos e áreas de conhecimento”, dificultando a sua aplicação prática. Fernandez (2011, p. 115) acrescenta que o termo se fundamenta em duas funções principais do meio ambiente: a capacidade de fornecer recursos naturais necessários para a produção e a habilidade de absorver os resíduos.

A percepção da limitação dos recursos naturais e de seu esgotamento também impulsiona a noção de sustentabilidade. Para Nascimento (2012, p. 51-52), “a noção ganha corpo e expressão política na adjetivação do termo desenvolvimento, fruto da percepção de uma crise ambiental global”.

O conceito de desenvolvimento sustentável emergiu em um contexto de crescente urbanização e pressão demográfica sobre os recursos naturais, evidenciando a necessidade de um equilíbrio entre crescimento econômico e preservação ambiental (Umaña, 2016). Nesse cenário de globalização, aparece “como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade” (Leff, 2001, p. 15).

Embora a preocupação com a conservação ambiental seja mais antiga do que se imagina (Veiga, 2014, p. 13), um marco importante ocorreu com a atuação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), que consolidou a influência internacional na proteção do meio ambiente.

No século XX, as discussões estavam voltadas principalmente para o equilíbrio econômico. Barbieri (2020, p. 17) lembra que foi nesse período que surgiu a Teoria Econômica do Desenvolvimento, voltada a explicar os diferentes padrões de

crescimento entre países. Paralelamente, o desenvolvimento passou a ser compreendido como a principal via de transformação para os países pobres, por meio de políticas voltadas ao crescimento sustentável das economias e à melhoria dos padrões de vida da população (Umaña, 2016, p. 22).

Já nas questões ambientais, o alerta acendeu quando o mundo percebeu o poder de destruição nuclear. Sachs (2006, p.48) diz que:

o lançamento da bomba de Hiroshima chamou atenção para o poder técnico de destruição e a aterrissagem na Lua despertou a reflexão da finitude do que então era denominada Espaço Terra. A opinião pública tornou-se cada mais consciente tanto da limitação do capital natureza quanto dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente.

Passos (2009, p. 6) lembra que o “primeiro movimento para o despertar da consciência ecológica foi a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, em 1962, pela escritora Rachel Louise Carson, cientista e ecologista norte-americana”, que denunciou o uso abusivo de pesticidas e inseticidas químicos. Leff (2001, p.16) também afirma que a “consciência ambiental” surgiu com a publicação do livro de Carson e se expandiu nos anos 70, depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano.

Além da denúncia feita por Rachel Carson, Umaña (2016) destaca também a gestão de resíduos químicos e físicos, o crescimento populacional que atingiu os recursos naturais e a crise do petróleo da década de 1970.

Questões sobre o impacto do tamanho populacional ganharam visibilidade com a publicação de “*The Population Bomb*” por Paul Ehrlich em 1970, mostrando a conexão entre a população humana, a exploração de recursos e o meio ambiente (Salles *et al*, 2024, p. 4).

Segundo Umaña (2016), entre as décadas de 1970 e 1980 surgiram dois relatórios que se tornaram referência nos debates sobre os limites ecológicos do desenvolvimento: o Relatório Meadows e o Relatório Brundtland.

O Relatório Meadows (1972) recebeu várias críticas. De acordo com Umaña (2016), apesar do relatório fazer previsões sobre o futuro ecológico, ele não levou em conta os aspectos sociais e políticos dos problemas ambientais. Além disso, foi criticado pela forma como foi feito, já que não distinguiu as causas específicas da degradação ambiental e tratou o crescimento da população e da economia de maneira

simplificada, como se tivesse uma relação direta e simples com os recursos disponíveis.

Foi uma avaliação crítica do sistema económico, que permaneceu inevitavelmente ligado ao dogma do crescimento (...). Na verdade, neste relatório o crescimento prevaleceu como preocupação, enquanto as referências ao desenvolvimento eram ocasionais (Umaña, 2016, p.24).

No mesmo ano, em Estocolmo, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH) onde discutiu-se acerca do entendimento de desenvolvimento sustentável e, a partir das discussões, elaborou-se a Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano que já inicia fazendo uma reflexão sobre o papel do ser humano na transformação e construção do ambiente ao seu redor.

O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida (Declaração de Estocolmo, 1972).

Salles *et al* (2024, p.6) lembram que a CNUMAH “levou ao estabelecimento de várias agências nacionais de proteção ambiental e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.”

Foi durante a Conferência de Estocolmo que o secretário-geral da conferência, Maurice Strong, abordou o termo “ecodesenvolvimento”, um novo estilo de desenvolvimento que representava uma alternativa perante as propostas apresentadas do crescimento zero e o direito ao crescimento reivindicados pelos países subdesenvolvidos (Fernandez, 2011; Liczbinski, 2021), no entanto, “Sachs é considerado o criador do conceito de Ecodesenvolvimento” (Oliveira, Monteiro, 2015, p. 30).

O ecodesenvolvimento possui como base a utilização criteriosa dos recursos locais, responsável por evitar o esgotamento da natureza (Liczbinski, 2021). Ao invés de aplicar as mesmas soluções para todos os países, copiando modelos de desenvolvimento de outros lugares, o ecodesenvolvimento defende que cada região

ou local deve encontrar suas próprias soluções. Essas soluções devem ser baseadas nas características e necessidades específicas de cada lugar, respeitando suas particularidades (Barbieri, 2020).

O Ecodesenvolvimento pressupõe, então, uma solidariedade sincrônica com a geração atual, na medida em que desloca a lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da maioria da população; e uma solidariedade diacrônica, expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir às gerações futuras as possibilidades de desenvolvimento (Montibeller Filho, 1993, p.133).

Para Sachs (1993, p. 54), “a longa luta somente será vencida no dia em que for possível esquecer o adjetivo ‘sustentável’ ou o prefixo ‘eco’ ao se falar em desenvolvimento.”

Contudo, as propostas apresentadas pelo ecodesenvolvimento não foram bem aceitas e “progressivamente ela foi substituída pela expressão desenvolvimento sustentável” (Barbieri, 2020, p.24).

A expressão “desenvolvimento sustentável”, só apareceu pela primeira vez em 1980 no documento Estratégia de Conservação Mundial produzido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) a pedido do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

A tônica desse documento é predominantemente conservacionista, o capítulo 20, denominado “Rumo ao Desenvolvimento Sustentável”, inicia dizendo que desenvolvimento e conservação operam no mesmo contexto global. Desenvolvimento é definido como modificação da biosfera e aplicação de recursos humanos, financeiros, vivos e não vivos para satisfazer as necessidades humanas e melhorar a qualidade de vida humana. Conservação é a gestão do uso humano da biosfera para produzir o maior benefício sustentável para a presente geração, enquanto mantém o seu potencial de atender as necessidades e aspirações das futuras gerações (Barbieri, 2020, p.33).

O desenvolvimento sustentável ganhou maior destaque com a publicação do Relatório Brundtland em 1987, intitulado "Nosso Futuro Comum", elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e encomendado pelas Nações Unidas para abordar a deterioração ambiental e a exploração excessiva dos recursos naturais. O relatório diz que o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas (Diegues, 1992, p.26; Nascimento, 2012, p.54).

O Relatório de Brundtland foi um grande influenciador na formulação de políticas públicas e na agenda internacional para o meio ambiente e o desenvolvimento. Umaña (2016, p. 24-25) ressalta que este documento foi apresentado como estudo preventivo, uma espécie de notificação para orientar e pactuar a colaboração entre países em relação ao problema ambiental. Ele foi um marco para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) e posteriormente para a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015.

Além disso, segundo Barbieri (2020), o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, teve sua redação influenciada pela definição de desenvolvimento sustentável do relatório que diz:

Art. 225. – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Constituição Federal, 1988).

As discussões evoluíram ao longo das décadas, e em 1992 aconteceu a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, também conhecida como Rio-92 ou Eco-92, e foi um marco nas discussões sobre sustentabilidade global. A conferência resultou na Agenda 21, um plano de ação abrangente para promover o desenvolvimento sustentável, com ênfase na proteção ambiental e na erradicação da pobreza.

O objetivo central da Agenda 21 foi o de promover o desenvolvimento sustentável em escala global, integrando planos nacional, sub-regional, regional e internacional, tinha como propósito orientar governos, instituições e a sociedade em geral na implementação de políticas e práticas que conciliem crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social. Ou seja, uma espécie de manual para orientação nos processos de transição para uma nova concepção de sociedade (Barbieri, 2020).

Sachs (2008) considera o desenvolvimento sustentável um processo de transformação que não somente visa ao crescimento econômico, mas também à preservação ecológica e à inclusão social. E amplia o conceito para abordar como os sistemas sociais e econômicos podem funcionar de forma contínua, sem causar danos ao ambiente ou esgotar os recursos naturais, exemplificando em oito dimensões cujos critérios podem ser observados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Critérios de Sustentabilidade segundo Ignacy Sachs

Social	- Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; - Distribuição de renda justa; - Trabalho com qualidade de vida decente; - Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	- Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); - Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); - Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
Ecológica	- Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; - Limitar o uso dos recursos não-renováveis.
Ambiental	- Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Territorial	- Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); - Melhoria do ambiente urbano; - Superação das disparidades inter-regionais; - Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
Econômico	- Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; - Segurança alimentar; - Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; - Inserção soberana na economia internacional.

Política (nacional)	- Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; - Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; - Um nível razoável de coesão social.
Política (internacional)	- Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; - Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); - Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; - Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; - Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de <i>commodity</i> da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: Sachs, (2009).

Como a Agenda 21 traz recomendações para diferentes níveis de governo, em 1994 o Brasil criou a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável (Cides) para assessorar o Presidente da República nas políticas de desenvolvimento sustentável de acordo com a Agenda 21.

A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. Foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS); construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global; e entregue à sociedade, por fim, em 2002 (Ministério do Meio Ambiente, 2002).

Já em 2000, com a chegada de um novo milênio, foi realizada a Cúpula do Milênio ocasião em que foi aprovada a Declaração do Milênio e a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), um conjunto de oito metas focadas principalmente na redução da pobreza extrema e na melhoria da qualidade de vida a serem alcançadas até 2015. Embora os ODM (Figura 2) fossem focados em questões sociais e econômicas, as questões ambientais também estavam presentes.

Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Mundial (ODM) estabelecidos pela ONU, 2000



Fonte: <https://www.estrategiaods.org.br/>. Acesso em 24 set. 2024.

Sachs (2008, p.39) lembra que “todos os cidadãos devem ter acesso, em igualdade de condições, a programas de assistência para deficientes, mães e filhos, para idosos, voltados para a compensação das desigualdades naturais ou físicas.”

A Declaração do Milênio vai além dos oito ODMs. Ela enfatiza a necessidade de promover a democracia e os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento; de proteger as pessoas e grupos vulneráveis, como refugiados e as pessoas removidas involuntariamente de seus lares, assim como crianças usadas em conflitos armados ou submetidas às condições degradantes como prostituição e pornografia (Barbieri, 2020, P.105).

No Brasil, os ODMs foram objetos de políticas públicas como o caso dos programas Bolsa Família, Brasil sem Miséria e Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, Programa de Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade no Mundos do Trabalho e o Programa Nacional de Imunização (Barbieri, 2020).

Nos anos que passaram aconteceram as Conferências Rio+10, em 2002, em Johannesburgo, na África do Sul, onde o objetivo foi avaliar o progresso feito desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e dar impulso a medidas para alcançar o desenvolvimento sustentável colocando em marcha acelerada as propostas da Agenda 21 (Barbieri, 2020); e a Rio+20, em 2012 no Rio de Janeiro, onde resultou o documento “O Futuro que Queremos”.

A visão de futuro comum em “O Futuro que Queremos” começa renovando os compromissos com o desenvolvimento sustentável e com a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o planeta e para as gerações presentes e futuras (Barbieri, 2020, p.114).

Além disso, o documento também abriu caminho para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contidos na Agenda 2030. Segundo Barbieri (2020), ele deveria ser elaborado mediante um processo intergovernamental inclusivo, transparente e aberto às partes interessadas. Dessa forma garantindo que as metas globais sejam eficazes, justas e amplamente aceitas pois o “desenvolvimento includente requer acima de tudo, a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos” (Sachs, 2008, p.39).

Para isso foi criado o Grupo de Trabalho Aberto (OWG, do inglês: Open Working Group) com representantes de mais 30 países, para ajudar na construção da Agenda 2030. Após intensas discussões, debates e pesquisas os ODSs (Figura 3) foram estabelecidos como uma evolução dos ODMs. Eles ampliaram a abordagem para 17 objetivos com 169 metas, incorporando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental.

Para *Salles et al* (2024) a Agenda 2030 não é apenas um plano com metas a serem alcançadas até determinado prazo, mas também representa as declarações de reivindicações históricas de diversos movimentos sociais.

A Agenda 2030 institucionaliza e legitima as muitas vozes desses movimentos e, portanto, apesar de ter em seu nome o horizonte temporal estipulado para o cumprimento dos objetivos traçados, essa agenda é também um ponto de chegada, fruto de lutas históricas, aqui apontadas a partir de 1940 (Salles *et al*, 2024, p.12).

Figura 3 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), contidos na Agenda 2030. 2015



Fonte: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>. Acesso em 24 set. 2024.

A partir dessas discussões, da década de 70 até hoje, a sustentabilidade passou a ser um termo abrangente, envolvendo uma visão de longo prazo que busca soluções para os problemas globais, como as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e as desigualdades sociais, ou seja, deixou de ser apenas uma questão ambiental. Entretanto, Leff (2001, p.21) acredita que “neste processo a noção de sustentabilidade foi sendo divulgada e vulgarizada até fazer parte do discurso oficial e da linguagem comum”.

Veiga (2014, p. 23) destaca que “a banalização do termo sustentabilidade resultou em um esquecimento generalizado de suas origens, obscurecendo o contexto histórico que legitimou seu valor.” No entanto, o autor defende que a solução para esse problema está no avanço da ciência e das humanidades, especialmente no que diz respeito à cooperação e à governança global (Veiga, 2014).

Essa perspectiva pode ser exemplificada pelos resultados apresentados no VII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, que traz uma análise detalhada das metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) no Brasil, evidenciando os desafios e avanços na implementação dessas diretrizes:

(...) nossa avaliação sobre o ano de 2022 mostra 102 metas (60,35%) em situação de retrocesso, 14 (8,28%) ameaçadas, 16 (9,46%) estagnadas em relação ao período anterior, 29 (17,1%) com progresso insuficiente, apenas 3 (1,77%) com progresso satisfatório e 4 (2,36%)

delas sem dados suficientes para classificação, sendo que 1 (0,59%) não se aplica ao Brasil. Tais dados refletem a trajetória de um ciclo de destruição de políticas públicas, erosão dos orçamentos e de sistemas de monitoramento essenciais para o alinhamento nacional à Agenda 2030 (...) (VII Relatório Luz, 2023, p. 7).

Na continuidade das discussões acerca da sustentabilidade, em setembro de 2024, aconteceu em Nova Iorque a 79ª Assembleia das Nações Unidas onde os líderes mundiais adotaram o Pacto para o Futuro. Segundo a ONU, o documento inclui também o Pacto Digital Global e a Declaração sobre as Gerações Futuras e é o resultado de um processo de anos que, de forma inclusiva, busca adaptar a cooperação internacional às realidades de hoje e aos desafios de amanhã.

O que se pode perceber, após essa breve cronologia da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, é que ainda estamos longe de políticas públicas exequíveis e ações concretas que possam garantir um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Embora o conceito de sustentabilidade tenha evoluído ao longo das décadas, incorporando dimensões sociais, econômicas e ambientais, sua implementação efetiva ainda enfrenta grandes desafios. As políticas públicas frequentemente esbarram na falta de vontade política, recursos insuficientes e interesses econômicos conflitantes.

O mais importante avanço na evolução do conceito de sustentabilidade é representado pelo consenso crescente que esta requer e implica democracia política, equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente (Rattner, 1999, p.240).

Entretanto, é fato que a redução de todo tipo de desperdício é necessária e urgente e depende das práticas produtivas e dos hábitos de consumo da população (Barbieri, 2020). Neste caso, podemos citar a pesca de pequena escala ou pesca artesanal, pois utiliza técnicas menos agressivas ao meio ambiente, como o uso de pequenas embarcações e a captura seletiva, respeitam os ciclos naturais dos peixes e evitam a sobre-exploração dos recursos marinhos.

2.2 A pesca artesanal de Balneário Barra do Sul como meio sustentável

A pesca artesanal desempenha um papel estruturante nas comunidades costeiras, ultrapassando a simples atividade econômica e se consolidando como uma expressão cultural e identitária dos pescadores. “A exploração de recursos pesqueiros

é antiga, tendo uma importância não somente econômica, mas cultural e simbólica” (Diegues, 2004, p.7).

No período do Brasil colonial o hábito da pesca era realizado pelas comunidades indígenas, como também abasteciam os latifúndios para alimentação dos senhores do engenho (Bartz, 2018) e para alimentação das cidades e comunidades litorâneas (Diegues, 2004).

Conforme relato do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (2020) que passou por São Francisco do Sul (SC) em 1820, todos tinham uma canoa e sabiam usar com perfeição, mesmo tendo outra profissão, e estavam acostumados a comer peixe cozido com farinha de mandioca.

Segundo Silva (2014b, p.9) “a pesca artesanal brasileira possui numerosas e complexas especificidades e levam em consideração fatores sociais, políticos, institucionais, econômicos e ambientais intrínsecos a cada local”. Além disso, “tem sido fonte de alimento e de recursos desde os primórdios da humanidade” (Gasalla, 2004 *apud* Bartz, 2018). Essa prática, transmitida de geração em geração, reflete uma profunda conexão com o ambiente, preservando conhecimentos, técnicas e modos de vida tradicionais que fortalecem os laços familiares e comunitários.

Anteriormente à sua emancipação em 1992, Balneário Barra do Sul já era reconhecida por sua atividade pesqueira, um distrito da cidade de Araquari conhecido como uma vila de pescadores. Segundo Sousa (2002), em 1876, o casal Miguel Lopes e Bárbara J. da Conceição, vindos de São Francisco do Sul, fixaram residência ao Norte do Rio Perequê por ser um lugar favorável à pesca. Mesmo dividindo espaço com a agricultura, a atividade pesqueira se firmou como principal fonte de renda da comunidade.

A pesca artesanal tem se destacado como uma aliada essencial da sustentabilidade, pois diferentemente da pesca industrial, que visa à exploração em larga escala e muitas vezes resulta em impactos negativos sobre os ecossistemas marinhos, a pesca artesanal é caracterizada por práticas tradicionais, com baixa utilização de tecnologia intensiva, e está profundamente integrada à vida das comunidades costeiras. Nessa perspectiva, ela abrange sete das oito dimensões de sustentabilidade propostas por Sachs (2009): social, econômica, cultural, ecológica, territorial, política e cultural.

Na dimensão social, a pesca artesanal é fundamental para a coesão das comunidades costeiras, promovendo o fortalecimento dos laços comunitários, o compartilhamento de saberes e contribuindo para o bem-estar social e a qualidade de vida das famílias envolvidas.

Do ponto de vista econômico, essa atividade garante o sustento das famílias tradicionais, oferecendo uma fonte de renda baseada em práticas sustentáveis. Além disso, a pesca artesanal contribui para a economia local por meio da comercialização de produtos, além de movimentar outros setores, como a gastronomia e o comércio local.

Na dimensão cultural, a pesca artesanal é mais que um ofício: é um patrimônio imaterial que carrega histórias, tradições e saberes passados de geração em geração. Os rituais de pesca, as técnicas específicas e as festividades ligadas ao mar são expressões culturais que enriquecem a identidade das comunidades pesqueiras.

Quanto aos aspectos ecológico e ambiental, a pesca artesanal, quando realizada de forma responsável, está em sintonia com os ciclos naturais e respeita o equilíbrio dos ecossistemas marinhos. A utilização de técnicas seletivas e de baixo impacto ambiental contribui para a conservação da biodiversidade.

Na perspectiva territorial, a pesca artesanal está intrinsecamente ligada ao espaço geográfico em que se desenvolve. O território não é apenas o local de trabalho, mas também de moradia e convivência, configurando uma relação de pertencimento.

Já no âmbito político, o fortalecimento das organizações e associações de pescadores é essencial para dar voz a esses grupos e influenciar decisões que impactam diretamente seu modo de vida. Políticas públicas locais que apoiam a classe são de grande importância para o fortalecimento da pesca artesanal.

Dessa forma, compreender a pesca artesanal de Balneário Barra do Sul sob a ótica das dimensões propostas por Sachs é reconhecer a complexidade e a riqueza dessa atividade, fundamental para a sustentabilidade e para o fortalecimento da comunidade.

2.2.1 A pesca artesanal na dimensão social

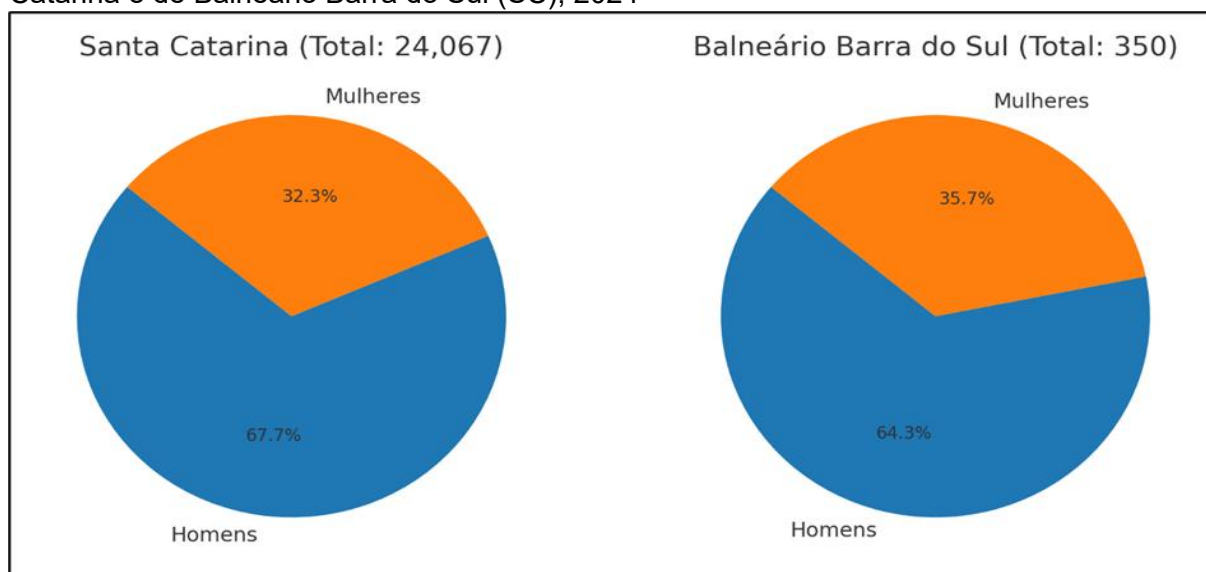
A pesca artesanal se encaixa de maneira fundamental na dimensão social proposta por Ignacy Sachs (2009), pois ela contribui diretamente para a coesão social, a geração de renda local e a manutenção de tradições culturais. Na visão de Sachs, a dimensão social da sustentabilidade tem como critérios: “alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais” (Sachs, 2009, p.85).

A pesca artesanal se alinha com esses critérios, pois envolve práticas comunitárias que fortalecem os laços entre os pescadores e suas famílias, além de permitir que o conhecimento e as técnicas de pesca sejam passados entre gerações, garantindo a continuidade de uma identidade cultural única. Além disso, a pesca artesanal promove a segurança alimentar local, pois parte do pescado é consumido na própria comunidade, inclusive em escolas, gerando um ciclo de benefício mútuo que aumenta a resiliência social e incentiva a alimentação saudável. Ela também incentiva uma economia de base local, fortalecendo o compromisso das comunidades com o território, uma importante fonte de sustento e renda para famílias costeiras.

Sociedades inteiras, em determinados períodos históricos dependeram quase que exclusivamente da pesca, que foi responsável pela reprodução física e social de seus membros, bem como pela importância de representações sociais e culturais que marcaram a vida social, não somente na antiguidade como nos tempos modernos (Diegues, 2004, p.IX).

Em Balneário Barra do Sul, segundo os registros da Colônia de Pescadores Z3, há 350 pescadores cadastrados, dentre eles 125 mulheres, que vivem da pesca artesanal. Esse montante significa 1,45% dos pescadores artesanais do Estado de Santa Catarina, que totalizam 24.067 (8.366 mulheres), segundo registros encontrados no painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira, do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Em relação às mulheres pescadoras, Balneário Barra do Sul detém um percentual maior em comparação ao Estado, conforme ilustra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Gráfico comparativo da distribuição dos pescadores artesanais do estado de Santa Catarina e de Balneário Barra do Sul (SC), 2024



Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura e Colônia de Pescadores Z-3.

Mas isso não quer dizer que essas mulheres trabalham embarcadas. Esse número reflete o que diz a Lei 11959/2009 em seu artigo 4º que reconhece como pescadores artesanais os trabalhadores que realizam a confecção e reparo dos petrechos de pesca, a construção ou reforma de embarcação de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal, que é o caso das mulheres barrassulenses em sua maioria. E é exatamente o cenário encontrado em Balneário Barra do Sul, ou seja, homens trabalham embarcado, e mulheres cuidam do pescado em terra.

A pesca artesanal apresenta uma divisão entre o trabalho feminino e masculino. São os homens que vão para o mar realizar a captura. As mulheres cuidam do pescado quando chega a terra e fazem o processamento do produto. São elas que auxiliam na administração das finanças e na regularização da documentação necessária, e muitas vezes, ajudam no reparo de petrechos e redes. Existem, porém, mulheres que pescam sozinhas ou auxiliam seu marido no mar (Bannwart, 2014, p.18).

Entretanto, dentre os pescadores entrevistados para esta pesquisa, se destaca a pescadora Safira Cristina Mendes de Souza, 51 anos, e que ainda pesca embarcada com seu esposo, dessa forma contribuindo para a renda familiar.

Alinhar a pesca artesanal à dimensão social também envolve garantir que os pescadores artesanais e suas famílias tenham acesso a direitos sociais, como educação, saúde, previdência e moradia. O fortalecimento das associações de pescadores também pode promover empoderamento social, ajudando essas comunidades a lutarem por seus direitos e melhorar suas condições de vida.

Em Balneário Barra do Sul, a Colônia de Pescadores Z3, fundada em 3 de novembro de 1963, é a principal entidade representativa da classe. Essas entidades, que em Santa Catarina somam 38 unidades, segundo a Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina, “são baseadas no modelo de “companha”³ própria da pesca ibérica, de onde se trouxe as colônias de pescadores, introduzida por volta de 1922”. (Diegues, 2004, p. 67). Segundo o que preconiza o artigo 2º da Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008, cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição.

³ Companha (ou companhia), nome proveniente de Portugal e que significa sociedade ou grupo de pescadores que trabalham juntos, de forma igualitária. (Diegues, 1983, p.122)

Para os pescadores barrasulenses a Colônia fornece o apoio social que inclui ajuda com defeso⁴, auxílio em questões burocráticas e assistência jurídica, principalmente no que tange à previdência e serve de intermediária entre os pescadores e as autoridades governamentais, seja do Executivo quanto do Legislativo. Uma pesquisa realizada por Serafini (2012) entre as comunidades pesqueiras da Baía da Babitonga, mostrou que para os pescadores entrevistados, o papel principal da Colônia gira em torno da expedição de documentos.

Porém, o apoio à classe deveria ir além desse serviço. Segundo Serafini (2012), caberia também a articulação junto ao governo federal para conseguir subsídios, como combustível mais barato, venda de equipamentos de pesca por preços mais acessíveis, a prestação de alguns serviços como médico, odontológico e de assistência jurídica, e a instalação de fábricas de gelo em parceria com prefeituras municipais e o MPA, este último serviço é disponibilizado na colônia de Pescadores Z3 desde 2007. Também destacaram a importância da Colônia, principalmente através das reuniões, para a divulgação de informações relevantes, tais como novas políticas sociais para os pescadores e da legislação pesqueira em vigor (Serafini, 2012).

Contudo, caberia também à Colônia de Pescadores Z3 colaborar na regulamentação da atividade pesqueira, ajudando a garantir que os pescadores sigam as leis e diretrizes relacionadas à pesca sustentável, como o respeito aos períodos de defeso (épocas de proibição de pesca para proteger espécies em reprodução) e às áreas de preservação ambiental, mas infelizmente não é o que acontece, a visão de apoio ao pescador artesanal barrasulense fica restrita à comercialização do gelo, que é utilizado para a conservação do pescado, e o auxílio no defeso, entretanto, o pescador que precisar desse serviço ainda deve pagar uma taxa anual para a colônia.

A Colônia Z-3 atende pescadores e pescadoras cadastrados na instituição, porém, atualmente está ativa a Associação de Mulheres Trabalhadoras da Área da Pesca Artesanal de Balneário Barra do Sul (Amupesc). Fundada em 2007, a

⁴ O defeso é a paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes. Nesse período é garantido por Lei (Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, alterada pela Lei nº 13.134, de 14 de junho de 2015) ao Pescador profissional artesanal o pagamento de seguro-defeso, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, que é o seguro-desemprego especial, pago ao pescador. (Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura, disponível em <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/periodo-de-defeso>).

associação passou por períodos de inatividade, mas foi reestruturada e hoje conta com aproximadamente 80 mulheres associadas. Seu foco principal é garantir os direitos sociais das pescadoras, promovendo capacitações para que elas empreendam, especialmente em atividades como filetagem e empanação de pescado, que são muito procurados pelas “salgas”⁵. Com o apoio da Prefeitura, a Amupesc conquistou um terreno onde será edificada a sede.

Em Balneário Barra do Sul, é frequente que projetos e iniciativas, como associações ou organizações sociais, enfrentem dificuldades em se manter devido à falta de engajamento da própria comunidade pesqueira. Essa ausência de continuidade limita o impacto dessas ações e mantém os pescadores em uma posição de vulnerabilidade. “O pescador artesanal ainda carece de informação e espaço em que possa se posicionar, em especial no que diz respeito à normatização e ao ordenamento para uso dos recursos pesqueiros” (Bannwart, 2014, p.18).

A Prefeitura de Balneário Barra do Sul, por meio da Secretaria de Pesca e Agricultura, desempenha um papel central na assistência aos pescadores artesanais, oferecendo uma série de serviços essenciais. Entre as ações destacam-se: a disponibilização de carreiras e equipes para movimentação e manutenção das embarcações, a oferta de espaços para a comercialização de pescados, conhecidos como “bancas”, equipados com energia elétrica e água potável sem custos adicionais, e o suporte na emissão de nota do produtor⁶.

Além desses serviços, a secretaria presta assistência em emergências no mar, por meio de uma lancha e equipe especializada, e disponibiliza auxílio financeiro para pescadores que enfrentam acidentes ou avarias em suas embarcações, impedindo a continuidade de suas atividades. Esses serviços atendem diretamente às necessidades básicas e emergenciais dos pescadores artesanais, promovendo a sustentabilidade de sua atividade econômica. No entanto, este tema será explorado em maior profundidade posteriormente, na Dimensão Política.

⁵ Em Balneário Barra do Sul, os lugares onde o pescado é beneficiado são conhecidos por “salgas”, que remonta à época onde o pescado era salgado para posteriormente comercializar.

⁶ A nota do produtor é a Nota Fiscal do Produtor Rural e serve para comercialização do produto dando a garantia da procedência e deve ser usado para acompanhar as mercadorias. Serve também para o produtor usar como comprovante de renda para ser contemplado em financiamentos específicos além de comprovar que o pescador está em plena atividade para receber o auxílio defeso. Com a emissão da nota o município recolhe impostos.

Além disso, os pescadores artesanais contam com o atendimento da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) – empresa vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria da Agricultura e Pecuária, cujo objetivo é promover a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro. Em Balneário Barra do Sul, é por meio dos serviços oferecidos pela Epagri que os pescadores tem acesso à linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que financia projetos que gerem renda às famílias, como por exemplo, compra de embarcação ou petrechos de pesca (Silva, 2015).

Dentro da estrutura do programa (Pronaf) os pescadores artesanais são também beneficiários (...). A criação deste eixo do programa se deu no período 2003/2004, mesmo ano de criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Esta época se configura como um dos marcos da história da atividade, pois compreendeu a atuação do Estado no que concerne à gestão e o controle da categoria e de seus trabalhadores (Buch *et al*, 2014, p.100).

Figura 4 – Nota publicada sobre o lançamento do livro “A menina e o Mar” na Escola de Jovens e Adultos, em Balneário Barra do Sul, 2024



Fonte: <https://www.facebook.com/Educacaobbbs>. Acesso em out. 2024.

Figura 5 – Notícia publicada no portal da Epagri sobre o lançamento do livro A Menina e o Mar em Balneário Barra do Sul, em 2024



Fonte: www.epagri.sc.gov.br. Acesso em out. 2024.

No âmbito educacional, entendendo a essencialidade da Educação para o desenvolvimento (Sachs, 2008), o município oferece acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno, atendendo pessoas a partir de 15 anos. Essa iniciativa compreende que o público atendido, em sua maioria, é composto por trabalhadores, incluindo pescadores que exercem suas atividades durante o dia. Atualmente, segundo a Secretaria de Educação e Cultura, a EJA atende 11 alunos pescadores, destes, seis são mulheres. Um exemplo de sucesso fornecido pelo programa EJA é Safira Cristina Mendes de Souza, pescadora e aluna da turma de Alfabetização, que, em julho de 2024, lançou o livro intitulado “A Menina e o Mar”. (Figuras 4 e 5)

2.2.2 A pesca artesanal na dimensão econômica

Na dimensão de sustentabilidade da economia, Sachs (2009) elenca alguns critérios, entre eles a segurança alimentar e a capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção.

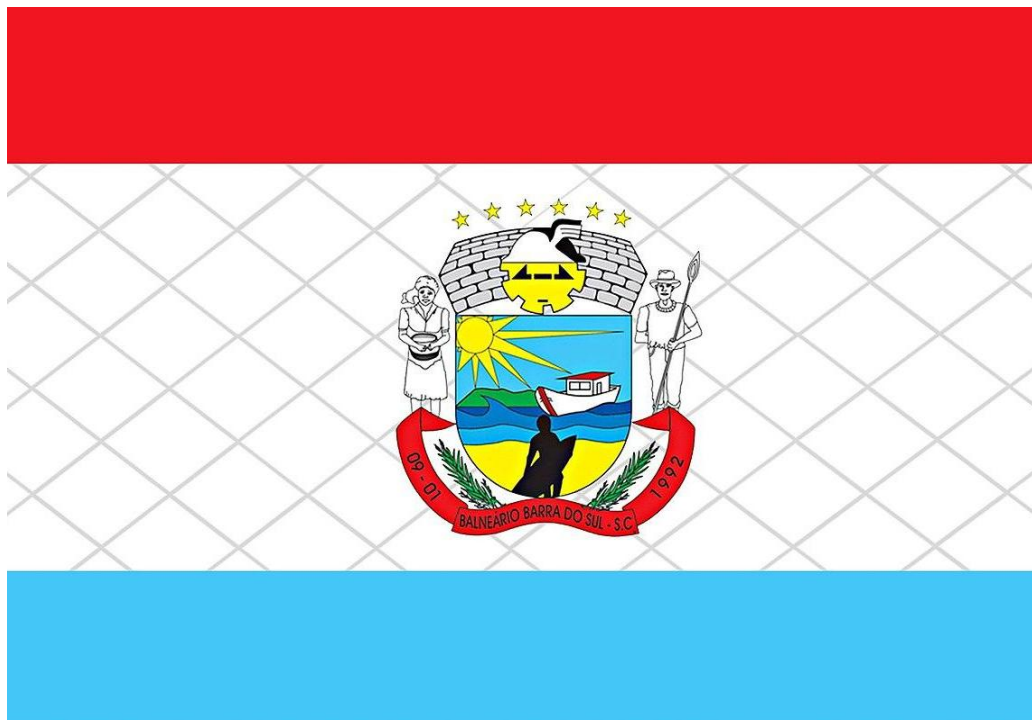
A pesca artesanal é um importante posto de trabalho e de economia no Brasil (Silva, 2015). O alinhamento econômico exige garantir a sustentabilidade econômica da pesca artesanal, de modo que os pescadores possam obter renda adequada sem comprometer os recursos naturais. Ela destaca-se como circuito produtivo em que, na

maioria das vezes, o trabalhador é dono dos meios de produção, que são em geral o barco, a rede, os petrechos e a técnica de pescar (Silva, 2015). “A pesca é uma das atividades mais tradicionais para os habitantes das regiões costeiras, onde são comuns as pescarias de pequena ou média escala que exploram camarões e peixes costeiros”. (Martins, 2012, p.57)

Além da diversidade ecológica, social e cultural atribuída, a atividade pesqueira marinha e estuarina no Brasil se configura como de grande importância social e econômica para o país, tanto na produção de alimentos como na geração de emprego, renda e receitas (Nogueira, 2017, p.11).

De fato, a pesca artesanal desempenha um papel central na economia de Balneário Barra do Sul, sendo historicamente reconhecida como a principal atividade econômica do município, mesmo antes de sua emancipação, ocorrida em 1992. Essa relevância é simbolizada na bandeira municipal (figura 6), cujo brasão é composto por um barco de pesca, um pescador e uma descascadora de camarão. Além das linhas, dispostas na faixa branca, que se cruzam remetendo às malhas da rede de pesca. Segundo a Lei 57/94, art. 6º, o barco representa o meio de transporte dos pescadores e destaca a pesca como uma das maiores fontes de renda locais. Esse reconhecimento demonstra a importância da atividade pesqueira para o município.

Figura 6 – Bandeira de Balneário Barra do Sul, 2024



Fonte: Wikipedia. Acesso em set. 2024.

Anterior aos monitoramentos realizados pela Universidade do Vale do Itajaí e pela Epagri, não se sabia ao certo o quantitativo de pescados capturados em Balneário Barra do Sul, pois a pesca realizada era anotada em cadernetas pelo proprietário da salga onde o pescado era entregue. Mesmo com a possibilidade, é comum os pescadores venderem seu produto diretamente ao comerciante, atravessador ou em bancas sem expedir a Nota do Produtor com as quantidades e espécies exatas.

Com o advento da tecnologia, não somente os comerciantes foram beneficiados como também os pescadores. Algumas tecnologias adotadas por tem contribuído significativamente para a pesca artesanal, otimizando processos, garantindo maior eficiência e consequentemente contribuindo na renda.

Equipamentos como GPS e sondas marítimas permitem aos pescadores localizarem cardumes com maior precisão e rapidez no tempo de busca pelas espécies-alvo, resultando em maior eficiência e economia de recursos, o combustível utilizado por exemplo.

Tecnologias de comunicação, como rádios VHF, aplicativos de mensagens e aplicativos de previsão do tempo, auxiliam a monitorar as condições climáticas e a comunicar em casos de emergência, reduzindo os riscos inerentes à atividade pesqueira. O uso de guinchos e outros dispositivos mecânicos facilita a retirada de redes do mar, aumentando a produtividade. Além disso, aplicativos e sistemas digitais ajudam na organização das vendas, emissão de notas fiscais e na conexão direta com consumidores e peixarias.

Mesmo com o uso de tecnologias, a eficácia da pesca artesanal depende do conhecimento dos pescadores, cuja experiência preserva a historicidade da atividade ao mesmo tempo em que se adapta ao contexto atual da economia global (Silva, 2014a). Nesse sentido, Diegues (2004) ressalta que a introdução de novas tecnologias pode transformar alguns aspectos da produção e da vida social dos pescadores, sem, contudo, alterar os elementos essenciais da pequena produção mercantil.

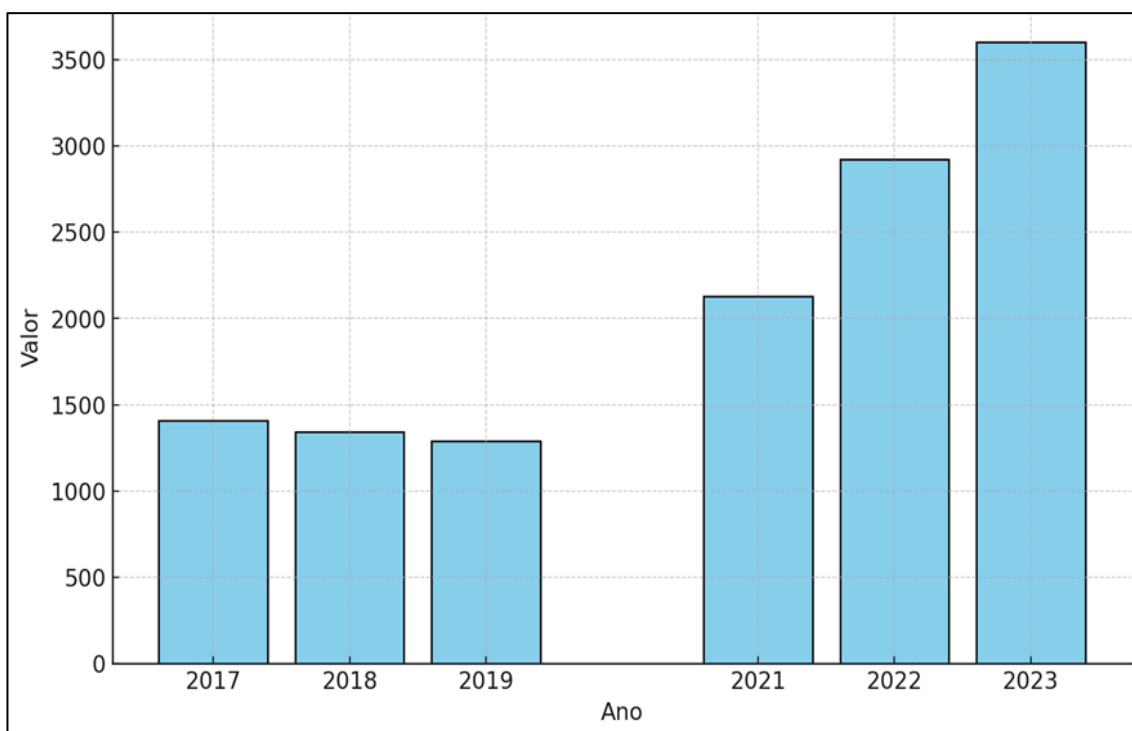
“A atividade pesqueira quer seja a praticada pela frota industrial, quer pela artesanal, sempre correspondeu a um segmento importante do contexto da economia do estado” (Rodrigues, 2000, p. 16). Segundos os dados do Ministério da Pesca e Aquicultura, Balneário Barra do Sul não possui a pesca industrial, ficando a cargo da pesca artesanal a manutenção da economia local, dessa forma a renda gerada

permanece na própria comunidade, incentivando o desenvolvimento local e sustentando uma cadeia produtiva que respeita o ecossistema, além de promover a segurança alimentar da comunidade.

Inclusive o consumo de pescado é incentivado na rede municipal de ensino por meio das Leis nº 809, de 29 de maio de 2008 (inclui peixe e frutos do mar no cardápio da merenda escolar) e nº 1.585, de 28 de setembro de 2021 (que institui a Semana do Pescado e tem como um dos objetivos estimular o consumo de pescados, valorizando os pescadores artesanais).

Em 2016, a Universidade do Vale do Itajaí – Univali iniciou o Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado de Santa Catarina – PMAP-SC, sendo Balneário Barra do Sul um dos municípios monitorados. Os resultados apresentados desde 2017 apresentaram um crescimento significativo na captura de pescado, conforme demonstrado no gráfico 2. Somente em 2020 o monitoramento não aconteceu devido à pandemia do Covid.

Gráfico 2 – Resultados de captura de pescado em Balneário Barra do Sul de 2017 a 2023 (valor em toneladas)



Fonte: PMAP-SC (Univali).

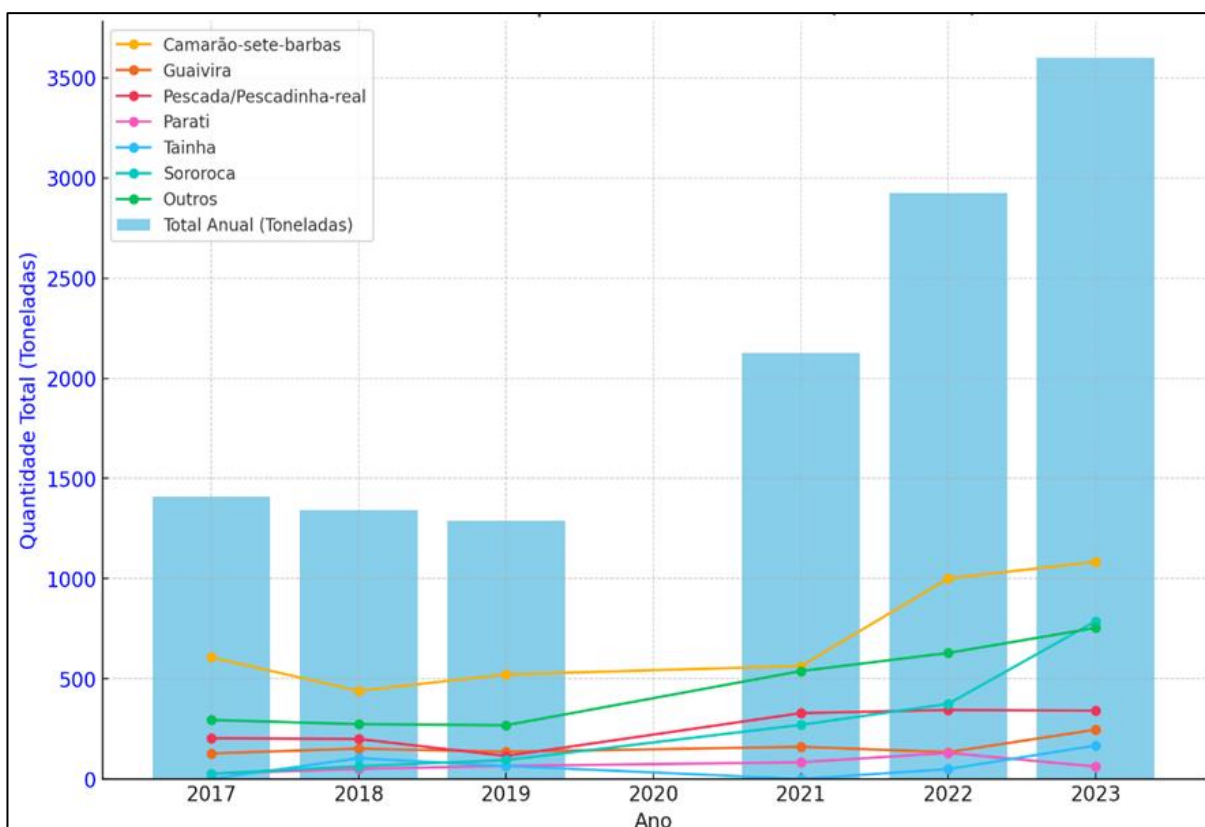
A partir da leitura do gráfico 2, o que se percebe é que nos três primeiros anos a pesca ficou abaixo de 1.500 toneladas, diferentemente dos últimos 3 anos que

superaram as 2 mil toneladas. É importante destacar que essa atividade sofre influências naturais que refletem nos resultados.

Efetivamente, mais do que qualquer outra atividade econômica, a pesca é influenciada pelas forças da natureza, com reflexos imediatos na regularidade da captura, na formação do excedente, no relacionamento dos grupos e classes sociais envolvidos no processo de produção (Diegues, 1983, p.3).

Segundo os dados do monitoramento, as principais espécies capturadas são o camarão-sete-barbas, pescadinha-real, tainha, sororoca, guaivira, parati e outros conforme demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Total anual e espécies mais pescadas em Balneário Barra do Sul, de 2017 a 2023



Fonte: PMAP-SC (Univali).

É imprescindível apoiar a comercialização justa dos produtos da pesca artesanal, criando cadeias produtivas locais que valorizem os produtos e agreguem valor. Em pesquisa realizada nas comunidades pesqueiras do entorno da Baía Babitonga entre os anos de 2010 e 2011, as formas de comercialização do pescado em Balneário Barra do Sul se concentrava em casa, peixarias de terceiros,

atravessadores⁷, restaurantes, bancas e entrepostos. (Serafini *et al*, 2014), ou seja, dentre as seis formas citadas, a metade (casa, restaurante e banca) é feita pelo próprio pescador ou familiares.

Já o Projeto Caracterização Socioeconômica das Atividades de Pesca e Aquicultura em Santa Catarina (PCSPA-SC, 2015) executado pela Univali no período de janeiro de 2014 a junho de 2015, quantificou o destino da produção de pescado: 25 % dos pescadores barrassulenses foram entrevistados e desses 37,77% faziam venda própria e 83,84% repassavam para peixarias, atravessadores e salgas.

Embora as pesquisas tenham sido realizadas há mais de 10 anos, percebe-se que não houve alterações significativas na forma de comercialização.

Em 2009, a Epagri, em parceria com as Associação das Mulheres Pescadoras (Amupesc), criou o Projeto Cambira visando o aumento de renda da comunidade de pescadores artesanais de Balneário Barra do Sul, melhorando as condições econômicas e provendo a sustentabilidade da atividade com a preservação ambiental, através da capacitação profissionalizante sobre processamentos de pescados e cooperativismo (Blog Projeto Cambira, 2009).

Além disso, o projeto teve como objetivo resgatar os aspectos culturais da região e elevar o nível educacional de pescadores artesanais juntamente com seus familiares, especialmente a juventude e mulheres de pescadores. Infelizmente, não conseguimos informações sobre a quantidade de pescadores e pescadoras que participaram do projeto, porém, mesmo com o término, em 2012, o Projeto Cambira se perpetua nas práticas aprendidas e até hoje utilizadas pelas mulheres pescadoras no beneficiamento do pescado.

O Projeto Cambira contribuiu significativamente para ampliar a visão econômica dos pescadores participantes, representando um passo importante em direção à sua autonomia. No entanto, os seus resultados não foram suficientes para transformar completamente a realidade local. Ainda há um número significativo de pescadores que ficam à mercê de comerciantes ou atravessadores.

Nesse contexto, os comerciantes frequentemente determinam os preços, o que cria uma relação desigual, semelhante à de patrão e empregado. Resende (2014) lembra que durante a Primeira República essa já era uma prática comum.

Sabendo que os pescadores trabalhavam diariamente para o consumo próprio e para a venda, e que não tinham tempo de percorrer

⁷ No âmbito da pesca artesanal, o atravessador é o intermediário entre os pescadores e os comércios e consumidores.

quilômetros de distância até à cidade para vender o pescado (...) os atravessadores prevaleciam dessas pessoas, comprando-lhes a preço irrisório os frutos da pesca (Resende, 2014, p. 55).

Sem uma representação coletiva forte, os pescadores artesanais acabam dependentes dos comerciantes locais para a venda de seus produtos. Assim, a falta de organização comunitária, de políticas eficientes e de alternativas econômicas contribui para a manutenção de relações que dificultam a emancipação socioeconômica dos pescadores artesanais. Nesse sentido, experiências como o projeto “Olha o Peixe”, desenvolvido no litoral do Paraná, mostram caminhos possíveis para o fortalecimento da autonomia dos pescadores. A iniciativa promove a venda direta do pescado fresco aos consumidores, sem a intermediação de atravessadores, garantindo preços mais justos, visibilidade ao trabalho artesanal e maior vínculo entre comunidade pesqueira e sociedade.

Os pescadores que comercializam o próprio produto, com apoio da Secretaria de Agricultura e Pesca, emitem a Nota Fiscal do Produtor Rural, dessa forma eles conseguem comprovar a procedência do produto e contribuir com o recolhimento de imposto para a cidade.

Porém, a economia regida pela pesca artesanal em Balneário Barra do Sul não se limita à venda de pescados, mas apresenta uma complexidade que vai além da atividade pesqueira em si, englobando uma ampla rede de serviços e produtos que sustentam essa prática tradicional. Essa cadeia produtiva mobiliza outros setores e profissionais que atuam na esfera dos insumos necessários para a continuidade da pesca, incluindo atividades como o conserto de embarcações, motores e petrechos, o comércio de gelo, combustível, roupas de pesca e equipamentos específicos, como redes, boias e cabos (cordas) (Silva, 2014a).

Essa interconexão reforça a importância da pesca artesanal não apenas como uma atividade econômica primária, mas como um eixo que sustenta e dinamiza o tecido econômico e social do município.

2.2.3 A pesca artesanal na dimensão cultural

“Incluir a cultura na discussão sobre sustentabilidade amplia as possibilidades de abordagem para resolver problemas causados pela globalização” (Leff *et al*, 2002, p.358). Isso significa que, ao valorizar a diversidade cultural e os conhecimentos locais, podem surgir soluções alternativas mais compatíveis com as necessidades e

particularidades de diferentes comunidades, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

A pesca artesanal desempenha um papel crucial na preservação da diversidade cultural. Ela é inseparável das tradições locais, rituais e costumes, muitas vezes incorporando elementos religiosos e cerimoniais que refletem a relação íntima entre as comunidades costeiras e o mar. A fabricação de barcos tradicionais, as redes entalhadas⁸ à mão, os métodos de conservação do pescado e o conhecimento sobre como e onde pescar são transmitidos ao longo das gerações são testemunhos tangíveis desta rica herança cultural.

A pesca artesanal se insere de maneira significativa na dimensão cultural proposta por Sachs (2009), ao atuar como um elemento que preserva e reforça práticas tradicionais e identidades locais. Segundo Pelegrini e Funari (2013), a cultura é uma das principais forças que dão sentido à existência das comunidades, especialmente em espaços como os litorais, onde a pesca artesanal é mais do que uma atividade econômica: é uma expressão de pertencimento e saberes herdados. Nesse contexto, a pesca artesanal carrega em si um rico conjunto de narrativas, rituais e práticas transmitidas de geração em geração, que moldam os modos de vida e a relação dessas comunidades com o ambiente marinho.

Diegues (2004) destaca que a pesca artesanal integra a memória coletiva e os valores culturais que promovem a sustentabilidade das comunidades, entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal.

Em 2021, os pescadores artesanais vinculados à Colônia de Pescadores Z3 foram reconhecidos como “comunidade tradicional” por meio da Lei Municipal 1554.

Art. 3º- A presente lei tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantias nas terras e águas que tradicionalmente ocupam, nas questões sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização de sua identidade, formas de organização e suas instituições e patrimônio material e imaterial (Balneário Barra do Sul. Lei n.º 1554, de 2021).

Assim, a pesca artesanal transcende sua função econômica e ecológica, sendo também uma manifestação cultural que conecta o passado ao presente,

⁸ Entre a comunidade pesqueira, entalhar é o ato de fazer as malhas das redes com fio de nylon ou prender as malhas já prontas a um cabo/corda com uma agulha e fio específico.

permitindo que as comunidades preservem suas raízes tradicionais em um mundo em constante transformação.

Desde sua criação, em 1992, a Festa da Tainha foi pensada como uma celebração cultural que buscava evidenciar a importância da pesca artesanal na identidade do município. No entanto, a evolução da festa, que hoje inclui grandes espetáculos nacionais e atrai visitantes principalmente nos aspectos comerciais e gastronômicos, levanta questionamentos sobre a sua configuração cultural original. O ano de 2024 marcou a 30ª edição da festa que aconteceu todos os anos, desde a emancipação, com exceção dos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia do Covid-19.

Esta 30ª edição da festa também se destacou pela participação do projeto “*Tradition*”, com a exposição Ecos da Babitonga, e mostrou como a Festa da Tainha pode ser também um espaço de troca de saberes. A iniciativa aproximou ciência, arte e tradição, valorizando a memória da pesca artesanal e fortalecendo a identidade local. Dessa forma, contribuiu para que a comunidade se reconhecesse como parte importante da preservação cultural ligada ao mar e à pesca.

Figuras 7 e 8 – Panfleto da 1ª Festa da Tainha em Balneário Barra do Sul, 1992; banner da 30ª Festa da Tainha, 2024



Fonte: acervo Sabrina Hille Castanho (1) e www.facebook.com/prefeitura-debalneariobarradosul. Acesso em out. 2024 (2).

Também acontecia no município a Fescam – Festa do Camarão, promovida pela Colônia de Pescadores, que teve sua última edição em 2001, inclusive únicos registros do acontecimento da festa são as leis autorizativas de uso do espaço, sendo a Lei 310/2001 a última, que em seu artigo 2º definia que “o direito de uso autorizado nesta lei, será exclusivo para os dias de realização da Festa do Camarão - Fescam”.

Entretanto é primordial se fazer uma reflexão acerca dessas duas festividades. A continuidade da Festa da Tainha e o fim da Festa do Camarão em Balneário Barra do Sul reflete as transformações que as festividades ligadas à pesca artesanal podem sofrer ao longo do tempo.

Desde sua criação, em 1992, a Festa da Tainha foi pensada como uma celebração cultural que buscava evidenciar a importância da pesca artesanal na identidade do município. No entanto, a evolução da festa, que hoje inclui grandes espetáculos nacionais e atrai visitantes principalmente nos aspectos comerciais e gastronômicos, levanta questionamentos sobre a sua configuração cultural original.

Por outro lado, a Festa do Camarão, que também tinha o objetivo de valorizar uma das espécies mais pescadas na região, foi descontinuada após a sua edição em 2001, possivelmente não recebeu o mesmo apoio institucional para sua continuidade. Isso é significativo, especialmente considerando que o camarão-sete-barbas é a espécie mais representativa da pesca em Balneário Barra do Sul, conforme dados monitorados pela Univali (gráfico 3).

A comparação entre essas festividades evidencia uma tensão entre a valorização cultural e a dinâmica econômica. A Festa da Tainha, que ainda ocorre, é percebida por muitos pescadores locais como um evento mais comercial do que cultural, enquanto a ausência da Festa do Camarão pode simbolizar a falta de atenção a outras tradições relevantes da pesca artesanal, como o caso da Festa do Pescador, que acontecia na década de 1980 e era promovida pela igreja Nossa Senhora dos Navegantes, em alusão ao Dia de São Pedro, padroeiro dos pescadores, comemorado no dia 29 de junho.

Porém, mesmo sem a tradicional festa, todos os anos a Igreja Nossa Senhora dos Navegantes realiza a barqueata juntamente com os pescadores artesanais devotos para comemorar a data.

Nas Festas religiosas são renovadas devoções e crenças, com a realização de ritos e a mobilização de artefatos rituais, por meio dos quais se busca restabelecer elos entre a dimensão humana e a divina;

geralmente dotadas de calendário específico, inscrevem, no cotidiano, o tempo sagrado (Gonçalves, 2020, p. 181).

Figura 9 – Barqueata em Balneário Barra do Sul em comemoração ao Dia de São Pedro em 2024



Fonte: <https://www.facebook.com/prefeituradebalneariobarradosul>, acesso em out. 2024.

Em 2017, por meio da Lei 157, foram instituídos os três feriados municipais o primeiro, em 9 de janeiro celebra a emancipação e os outros dois são de cunho religioso, o dia 2 de fevereiro data comemorativa à Nossa Senhora dos Navegantes, Padroeira do Município, e o dia 29 de junho, data comemorativa a São Pedro, padroeiro dos pescadores.

Em uma busca simples na ferramenta de pesquisa do Google, observou-se que o dia de Nossa Senhora dos Navegantes é celebrado em muitas cidades litorâneas brasileiras. Pelegrini e Funari (2013, p. 96) explicam que “a designação Nossa Senhora dos Navegantes, originou-se no século XV, em decorrência do incremento dos empreendimentos náuticos europeus, em especial dos portugueses”.

A essa época, a figura de Maria era, simbolicamente, associada a uma mulher audaciosa e mestra dos viajantes – o que a transformava num talismã nas tempestades. As tradições de associar a deusa da água salgada, Salácia, em latim, eram muito antigas em todo o Mediterrâneo e as antigas procissões pagãs foram revestidas de um verniz cristão, com a associação da Virgem à antiga divindade de Salácia, esposa do deus Netuno (Pelegrini, Funari, 2013, p.96).

Assim como no dia de São Pedro, Nossa Senhora dos Navegantes também tem uma barqueata organizada pela igreja juntamente com os pescadores. Na ocasião, os pescadores devotos enfeitam suas embarcações e o barco que lidera a

procissão pelas águas carrega a imagem do santo (São Pedro, dia 20 de junho, e Nossa Senhora dos Navegantes, dia 2 de fevereiro) e as lideranças religiosas e públicas. É tradição, após a barqueata, a igreja Nossa Senhora dos Navegantes celebrar uma missa.

Entendemos que a cultura é fruto de uma espiritualidade, a qual é construída coletivamente a partir de valores individuais, que promovem sentido para a vida humana. Nesse contexto, também observamos que a espiritualidade é o núcleo de uma cultura. Assim, espiritualidade e cultura se entrelaçam, pois uma é condição e possibilidade da outra (Westphal, 2017, p.217).

Com a intenção de reconhecer a importância dos pescadores artesanais para o município, em 2021 a Lei Municipal 1560, instituiu o dia do Pescador Artesanal, a ser comemorada juntamente com o dia do padroeiro, 29 de junho, possibilitando assim a comemoração por toda a classe pesqueira, uma vez que nem todos os pescadores são membros da igreja católica. Em sua redação, o artigo 3º da citada lei não traz nenhuma alusão às questões religiosas, mais sim, a promoção e a valorização da classe:

Art. 3º O dia municipal do pescador tem como objetivo:

I - promover a valorização dos pescadores artesanais, homens, mulheres e jovens de Balneário Barra do Sul, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento, nas questões sociais, ambientais, econômicas e culturais, com respeito e valorização de sua identidade, formas de organização e suas instituições e patrimônio material e imaterial;

II - promover ações de conscientização da atividade e importância no cenário social, financeiro e ambiental para o desenvolvimento sustentável;

III - conscientizar os pescadores e sensibilizar os diversos segmentos da sociedade acerca da importância da atividade pesqueira artesanal;

IV - incentivar o consumo de pescados como forma de melhorar a qualidade de vida;

V - Valorizar as formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

VI - de homenagear os pescadores artesanais mais antigos.

(Balneário Barra do Sul, 2021)

Como já mencionado, Balneário Barra do Sul apresenta uma captura expressiva de camarão, e grande parte desse pescado é comercializado limpo, ou seja, somente a parte comestível. Esse processo de limpeza é feito manualmente pelas descascadoras de camarão, geralmente mulheres que fazem parte de famílias

de pescadores. Reconhecendo a importância dessa atividade e buscando valorizar as mulheres pertencentes à comunidade tradicional, o município instituiu, por meio da Lei Ordinária nº 374 de 2002, o dia 8 de setembro como o Dia da Descascadeira de Camarão (Figura 10).

Até o ano de 2006, quando São Francisco do Sul também decidiu homenagear essas trabalhadoras, Balneário Barra do Sul era o único município do litoral catarinense a comemorar oficialmente essa data. Essas mulheres, no entanto, já foram homenageadas simbolicamente desde a emancipação do município, em 1992, quando o brasão oficial foi construído e trouxe sua figura ao lado do pescador, destacando-se como protagonistas tanto da economia quanto da cultura local. Esse tema, com sua relevância histórica e simbólica, será abordado em maior profundidade no capítulo 3 desta dissertação.

Figura 10 – Banner em homenagem ao Dia das Descascadeiras de Camarão de Balneário Barra do Sul, 2024



Fonte: www.facebook.com/prefeituradebalneariobarradosul. Acesso nov. 2024.

No âmbito estadual, Balneário Barra do Sul detém o título de Capital Catarinense da Construção Naval Artesanal, instituído pela Lei nº 12.348, de 22 de janeiro de 2002. Isso reflete a relevância histórica e cultural do município na construção de embarcações, em grande parte produzida artesanalmente por pescadores locais. Esses trabalhadores, ao longo de gerações, aprenderam o

ofício com os mais antigos, perpetuando técnicas tradicionais e adaptando-se às demandas atuais.

A valorização dos barcos e das manifestações tradicionais referentes ao universo marítimo, pertencentes a cada espaço geográfico, são ações centrais para a preservação desse patrimônio rico cultural, por ora pouco conhecido e divulgado (Moreira, 2018, p.83).

Essa prática vai além de sua funcionalidade econômica, inserindo-se como um elemento essencial do patrimônio cultural da região. Os barcos construídos artesanalmente simbolizam o vínculo histórico dos pescadores com o mar.

2.2.4 A pesca artesanal nas dimensões ambiental e ecológica

As dimensões ambiental e ecológica propostas por Sachs (2009) possuem interseções significativas, uma vez que ambas estão relacionadas ao equilíbrio e à preservação dos sistemas naturais e à relação do ser humano com o meio ambiente. O convívio do pescador artesanal com a natureza é caracterizado por uma relação de interdependência e respeito.

Segundo Leff (2002), a sustentabilidade ecológica deve ser um princípio orientador para reestruturar a ordem econômica, garantindo a preservação dos recursos naturais necessários à sobrevivência humana e promovendo um modelo de desenvolvimento sustentável. Sachs (2009) também destaca a necessidade de adotar práticas econômicas seguras que garantam a continuidade e a renovação dos recursos naturais ao longo do tempo.

A economia de permanência deveria estar afirmada na perenidade dos recursos, isto é, na habilidade de transformar os elementos do meio ambiente em recursos sem destruir o capital da natureza. O conceito de recurso é cultural e histórico. É o reconhecimento, pela sociedade, do potencial do seu meio ambiente, o que hoje é recurso, ontem não o era, e alguns dos recursos dos quais somos dependentes hoje, serão descartados amanhã; assim caminha o progresso técnico (Sachs, 2009, p. 69-70).

Essa visão enfatiza a gestão responsável dos recursos naturais, buscando um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Nesse contexto, a pesca artesanal é essencial para a sustentabilidade ecológica e ambiental, pois a sua prática utiliza técnicas tradicionais e de baixa tecnologia, muitas vezes empregando métodos seletivos com modalidades de pesca

diferenciadas, minimizando o impacto ambiental, preservando a biodiversidade e reduzindo a poluição.

Em contraste com a pesca industrial, que frequentemente resulta em práticas predatórias, como a captura acidental e a destruição de habitats marinhos. Silva (2014) ainda destaca na pesca industrial a falta de saneamento, a poluição industrial e as obras que mudam a dinâmica da natureza.

Segundo o diagnóstico realizado para o Plano Municipal de Recuperação e Conservação da Mata Atlântica de Balneário Barra do Sul – PMMA (2024), o município está inserido no setor Costa Centro-Norte de SC para a Zona Costeira e Marinha (ZCM-122)⁹, categorizado com importância biológica e prioridade de ação extremamente altas. Para este setor a redução e mitigação de impactos de atividades degradantes devem ser o foco de atuação dos tomadores de decisão. Entre algumas ações indicadas estão o estímulo a pescarias sustentáveis e o fortalecimento de cadeias de pesca sustentável.

Em 2002, a Lei 379 regulamentou o perímetro urbano do município, incorporando as terras localizadas nas ilhas dos Remédios, Araras, Feia, Istripitinga e Lobos, transformando-as em áreas de proteção ambiental e relevância turística.

Devido ao fácil acesso, estes ambientes são explorados com frequência não só pela pesca artesanal e comercial, mas também pelo turismo, o que ao longo dos anos vem causando um processo de degradação crescente ao ecossistema (Alves e Pinheiro, 2011, p.18).

Porém, neste arquipélago estão os pesqueiros tradicionalmente utilizados pelos pescadores artesanais e regulamentações protetivas negam o pescador, negando a história dos lugares e impedindo-os de pescar sob o discurso político de proteção ambiental (Silva, 2014a), evidenciando a sobreposição de interesses e a importância de preservar o equilíbrio entre as demandas econômicas, ambientais e sociais.

Segundo documento elaborado pela FAO (2011), se uma AMP foi planejada e executada sem envolver as comunidades costeiras e os usuários de recursos em questão, suas situações e necessidades, há grande risco de fracasso, especialmente pela falta de aceitação e, conseqüentemente, do não cumprimento de seus regulamentos (Foppa, 2015, p.5).

⁹ A Zona Costeira do Brasil é uma unidade territorial que se estende, na sua porção terrestre, por mais de 8.500 km, abrangendo 17 estados e mais de quatrocentos municípios. A Zona Marinha tem início na região costeira e compreende a plataforma continental marinha e a Zona Econômica Exclusiva – ZEE que, no caso brasileiro, alonga-se até 200 milhas da costa. (Ministério do Meio Ambiente)

Em dezembro de 2024, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semmam) apresentou ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema) a proposta de criação de unidades de conservação (UC) com o objetivo de promover a conservação da natureza, a educação ambiental e o turismo sustentável.

Este estudo representa um marco histórico de Balneário Barra do Sul, ao propor a criação de unidades de conservação que visam proteger e valorizar a rica biodiversidade e os ecossistemas locais. Com a implementação do Arquipélago dos Remédios, do Parque Natural Municipal do Encanto e do Parque Natural Municipal do Linguado II, o município não apenas reafirma seu compromisso com a sustentabilidade, mas também se alinha às diretrizes estabelecidas pela Lei Federal 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Semmam, 2024, p.3).

A relação do pescador artesanal com o meio ambiente é pautada pela observação cuidadosa dos ciclos naturais, como os períodos de reprodução das espécies, as variações das marés e os sinais climáticos. O conhecimento tradicional dos pescadores artesanais sobre o local de pesca, hábitos e detalhamento do comportamento dos peixes, reflete na sustentabilidade ambiental. (Diegues, 2004; Gerhardinger *et al.*, 2018; Martins, 2012; Serafini, 2012)

Nesse sentido, é empírico e prático, combinando informações sobre o comportamento dos peixes, taxonomias e classificações de espécies e habitats, assegurando capturas regulares e, muitas vezes, a sustentabilidade, a longo prazo, das atividades pesqueiras (Diegues, 2004, p. 195).

Diegues (2004, p.200) ainda ressalta que “esse conhecimento tradicional não é pré-lógico ou pré-científico”, mas sim baseado em observação contínua de fenômenos naturais que permite ao pescador decidir sobre o tempo certo de pescaria.

Além disso, as comunidades pesqueiras tradicionais costumam atuar como guardiãs dos recursos naturais, preservando o equilíbrio ecológico dos oceanos e promovendo práticas de conservação, como a utilização de técnicas menos predatórias e a adoção de períodos de defeso, pois muitas espécies de pescado exploradas são cíclicas e móveis.

Cíclicas no sentido de que são passíveis de exploração somente em algumas épocas do ano, pois passam por diversas fases até chegar à maturidade; móveis porque não ocupam um nicho ecológico fixo,

ultrapassando não somente fronteiras marítimas de países, como até se deslocam de um oceano a outro (Diegues, 1983, p.82-83).

Em Balneário Barra do Sul a pesca de algumas espécies, como camarão-sete-barbas, anchova e bagre, pode ser considerada cíclica. Essas espécies possuem períodos de defeso, determinados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, nos quais a pesca é proibida para garantir a preservação dos estoques.

Durante esses períodos, os pescadores com licença específica para a captura dessas espécies têm direito ao benefício do defeso, que é pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e varia entre 2 e 3 salários-mínimos, dependendo da duração estabelecida (tabela 1). Além dessas espécies, destaca-se a tainha como um exemplo de espécie móvel, que realiza sua trajetória do Rio Grande do Sul em direção ao Norte do Brasil.

Em 2024, a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) realizou um levantamento de normativas relacionadas à pesca de diversas espécies. A partir desse conjunto de normas e restrições destacamos aquelas que são capturadas em Balneário Barra do Sul. Cada espécie possui regras específicas quanto à captura, defesa, áreas interditadas, petrechos permitidos e monitoramento, demonstrando um esforço para equilibrar a atividade pesqueira com a conservação dos estoques naturais.

Quadro 2 – Normativas de pesca para a região do Balneário Barra do Sul

Tipo de medida	Descrição	Ato normativo
ANCHOVA		
Defeso	Pesca proibida no período de 1º de dezembro a 31 de março.	Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº 02/2009
BAGRES		
Defeso	Pesca de bagre rosado (<i>Genidens genidens</i> ; <i>Genidens barbatus</i> ; <i>Cathorops agassizii</i>) proibida no período de 1º de janeiro a 31 de março.	Portaria SUDEPE N-42/1984
CAMARÃO		
Defeso	Proibida a pesca com tração motorizada de camarão-rosa, camarão sete-barbas, camarão-branco, santana (vermelho) e barba-ruça	Portaria SAP/MAPA nº 656/2022, alterada pela Portaria

	(ferrinho), no Mar Territorial e na Zona Econômica Exclusiva no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no período de 28 de janeiro a 30 de abril.	SAP/MAPA nº 695/2022
TAINHA (<i>Mugil liza</i>)		
Temporada de pesca (Não aplicável em lagoas e estuários)	Para modalidade cerco traineira: de 1º de junho a 31 de julho; para modalidade de emalhe anilhado: de 15 de maio a 31 de julho; Para modalidade de emalhe costeiro de superfície a) embarcações até 10 AB, entre 15 de maio a 15 de outubro; b) embarcações acima de 10 AB, entre 15 de maio e 31 de julho. Para modalidades de pesca desembarcada ou para embarcações sem motor: entre 1º de maio e 31 de dezembro.	Portaria Nº 24/2018
Áreas interditadas	A partir da linha de costa até a distância de cinco milhas náuticas, para qualquer operação de pesca da modalidade cerco/traineira, independente do porte da embarcação, no período entre 1º de junho e 31 de julho.	
	Para as modalidades de emalhe costeiro de superfície e emalhe anilhado, com embarcações motorizadas, na faixa de uma milha náutica medida a partir da linha de costa.	
	No raio de 150 metros ao redor das ilhas, lajes e costões rochosos do litoral, na pesca desembarcada na modalidade de emalhe fixo ou deriva.	

	A menos de 300 metros dos costões rochosos e a menos de uma milha náutica da costa, nos locais onde ocorre a prática tradicional de arrastão de praia com canoas a remo: no período de 1º de maio a 31 de dezembro é proibido o uso de redes de trolha, cerco flutuante, rede de emalhe, faróis manuais, anzóis, físgas e garatéias; no período de 1º de maio a 31 de julho é proibida a captura de isca-viva. No período de 15 de março a 15 de setembro, em todas as desembocaduras estuarino-lagunares, definida como as áreas compreendidas a 1.000 metros da boca da barra para fora, em direção ao oceano, a 200 m, à montante da boca da barra, para dentro do rio ou estuário e de 1.000 m de extensão nas margens adjacentes às desembocaduras dos rios ou estuários, para todas as modalidades de pesca, exceto tarrafa.	
Limites de captura e de esforço de pesca	Em 2024 foram autorizadas até 8 embarcações de pesca para modalidade de cerco/traineira para captura de uma cota de 480 toneladas, com cota individual de 50 toneladas; e até 130 embarcações de emalhe anilhado para a captura de uma cota de 586 toneladas.	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 9/2024
GAROUPA-VERDADEIRA (<i>Epinephelus marginatus</i>)		
Período de defeso	Proíbe a pesca direcionada, o transporte, o desembarque e a comercialização da garoupa-verdadeira, anualmente, de 1º de novembro a 28 de fevereiro.	Portaria Interministerial nº 41/2018
MERO (<i>Epinephelus itajara</i>)		
Proteção para recomposição dos estoques	Proíbe por um período de 8 anos (de 2015 até 2023), a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do mero em águas jurisdicionais brasileiras, bem como o desembarque, armazenamento, transporte e a	Portaria Interministerial MPA-MMA

	comercialização de exemplares dessa espécie em todo o território nacional.	
CARANGUEJO-UÇÁ		
Período de defeso	Proíbe anualmente, a captura, manutenção em cativeiro, transporte, beneficiamento, industrialização, armazenamento e a comercialização no período de 1º de outubro a 30 de novembro (machos e fêmeas) e de 1º de dezembro a 31 de dezembro (somente fêmeas).	Portaria IBAMA nº 52/2003

Fonte: Universidade do Vale do Itajaí (Univali), 2024.

As normativas demonstram um esforço significativo para equilibrar a pesca comercial e artesanal com a conservação ambiental e política. As medidas de defesa, restrições de captura, controle sobre embarques e monitoramento são estratégias fundamentais para garantir a sustentabilidade da pesca e a preservação das espécies ao longo do tempo.

Sobre os tipos de pesca, em Balneário Barra do Sul se destacam as redes de emalhe¹⁰ e de arrasto, segundo dados do Projeto de Monitoramento de Atividade Pesqueira de Santa Catarina - PMAP. O primeiro é utilizado para a pesca de peixes e o segundo para a captura de camarão-sete-barbas.

Com as redes de emalhe, os pescadores artesanais utilizam técnicas, ou artes de pesca, como nominada por Nogues (2017), diferenciadas das quais se destacam o caracol (cerco), caceio e rede fixa ou rede botada. O caracol consiste em soltar a rede com um peso na ponta amarrado a uma bandeira e, com a embarcação em movimento fazer um “cerco” para chegar novamente à bandeira. Dessa forma a rede é fechada em círculo, fazendo uma espécie de saco onde os peixes ficam “emalhados”. Terminando o cerco, a rede é puxada para o barco.

Sobre a arte de pesca caracol, em entrevista dada a Nogues (2017), um pescador de Ipanema, no Pontal do Paraná (PR), relata que o inventor do caracol é de Balneário Barra do Sul.

O inventor do Caracol é de Barra do Sul, em um dia de pescaria perdeu seu apetrecho de arrasto e no outro dia voltou para tentar resgatar,

¹⁰ Aparelhos relativamente simples consistem na forma mais básica em retângulos de “panos” de rede com flutuadores (boias) numa extremidade e pesos (chumbo) na extremidade oposta.

soltou uma rede de caceio com uma pedra presa à ponta e iniciou movimentos circulares próximo a área onde havia perdido o apetrecho, quando puxou a rede se surpreendeu com a quantidade de peixe, estava então criado o Caracol (Nogues, 2017, p. 31).

Na técnica de caceio a rede de emalhe é disposta na água, não é fundeada e fica à deriva presa à embarcação ou não, sempre no sentido da costa para o oceano para correr de acordo com o fluxo da maré. Funciona de forma passiva, pois a captura ocorre pela retenção dos peixes na malha da rede, também conhecida como rede de espera.

Em relação à rede fixa, essa técnica consiste em colocar o petrecho com pesos em cada extremidade a fim de deixá-lo fixo, até o momento de ser recolhido, podendo ficar no mar por 24 horas. Porém, essa técnica é pouco utilizada pelos pescadores barrasulenses, sendo usada somente para a pesca do Robalo-flecha, cuja malha da rede é propícia somente para essa espécie.

Figuras 11 e 12 – redes de emalhe para sororoca e para guaivira usadas em Balneário Barra do Sul. 2018 e 2019



Fonte: Sabrina Hille Castanho

Em todas as três técnicas, as redes utilizadas variam o tamanho das malhas, conforme a espécie-alvo e o tamanho do peixe pretendido, dessa forma contribuindo com a preservação das espécies, como mostrado claramente nas figuras 11 e 12 onde o tipo de rede de pesca possibilitou o emalhe apenas da espécie-alvo, no caso a sororoca e a guaivira.

Já a pesca artesanal de arrasto (Sedrez *et al.*, 2013) é dirigida ao camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), usando o método de arrasto motorizado com portas, e tem sido praticada na costa de Santa Catarina, onde ele gera emprego e renda, e ajuda a manter a tradição cultural tradicional açoriana viva, desde 1960. Diegues (1983) diz que esta técnica de pesca já era utilizada desde 1900 no Rio de Janeiro por pescadores portugueses e espanhóis.

Por volta de 1900, os pescadores portugueses e espanhóis do bairro do Caju começaram a empregar o balão, rede, que sustentada por dois longos cabos, presos a uma canoa em movimento, propiciava um rendimento bem superior às redes tradicionais, puxadas manualmente pelos pescadores. Posteriormente, alguns portugueses começaram a utilizar uma pequena rede de arrasto, em forma de saco, puxada por duas cancas, cuja boca se mantinha aberta. Pouco depois, os espanhóis acrescentaram-lhe duas portas, à semelhança de *ottertrawl*, de maneira que, puxada por uma só embarcação, a boca da rede se mantivesse aberta (Diegues, 1983, p.121).

A pesca de arrasto para camarão é um método eficiente para capturar espécies-alvo, mas também resulta na captura accidental de uma grande variedade de organismos, conhecidos como fauna acompanhante ou captura accidental (Alverson *et al.*, 1994; Sedrez *et al.*, 2013). Após finalizar o arrasto e puxar as redes, os pescadores artesanais realizam o processo de “catar” o camarão, ou seja, separar o camarão da fauna acompanhante. Esse procedimento, quando realizado de forma eficaz, permite devolver ao mar espécies que ainda estão vivas. Já os peixes trazidos junto às redes, conhecidos como “mistura”, também são comercializados.

Entretanto, é fato que uma parte significativa da fauna acompanhante é descartada. Pesquisa realizada em Porto Belo (SC) constatou que exemplares jovens de diversas espécies, além de camarões miúdos e outros macros invertebrados sem valor comercial, são frequentemente descartados ao mar, muitas vezes já mortos. Essa prática não só impacta as cadeias tróficas, mas também pode comprometer a sustentabilidade da pesca artesanal, agravando o declínio desses recursos em capturas futuras (Sedrez *et al.*, 2013).

Apesar dessas questões, a pesca artesanal, embora não isenta de impactos, representa uma alternativa mais sustentável para a exploração dos recursos pesqueiros, pois utiliza técnicas consideravelmente menos agressivas ao ecossistema em comparação à pesca comercial de larga escala. Nesta modalidade, grande quantidade de peixes é descartada e a pesca de arrasto de camarão tropical é identificada como a principal responsável por essa alta taxa de descarte, pois captura uma grande quantidade de organismos marinhos não-alvo (como peixes e outros animais).

Estimativas globais indicam que entre 17,9 e 39,5 milhões de toneladas (média de 27 milhões) de peixes são descartados anualmente em pescarias comerciais. No entanto, pescarias de arrasto de camarão tropical, em particular, geram uma proporção maior de descartes do que qualquer outro tipo de pesca, sendo responsáveis por cerca de um terço do total global (Alverson *et al.* 1994).

Figuras 13 e 14 – Fauna acompanhante e camarão catado em Balneário Barra do Sul, 2024



Fonte: Sabrina Hille Castanho

No entanto, o pescador artesanal também é um atento espectador da natureza. No cenário dinâmico e imprevisível do mar, ele vivencia uma relação não apenas com as espécies aquáticas, mas também com uma ampla diversidade de animais e os

fenômenos naturais que moldam seu cotidiano. Sua rotina é marcada por momentos de contemplação únicos, como o nascer e o pôr do sol, ou ainda a sincronia dos golfinhos e a majestosa visita de baleias francas que fazem de Balneário Barra do Sul passagem obrigatória todos os anos.

Enquanto lança suas redes ou as recolhe, o pescador compartilha seu espaço com aves como garças, biguás, atobás e gaivotas, que acompanham sua rotina em busca de alimento. Esses companheiros tornam-se parceiros silenciosos, anunciando cardumes ou alertando para mudanças no clima. Nos manguezais, que permeiam o Canal do Linguado, ele divide o habitat com caranguejos, capivaras, garças, entendendo que cada espécie tem seu papel no equilíbrio da natureza. Também tem o privilégio de contemplar a revoada dos guarás que reapareceram na região da Babitonga depois de 150 anos sem registro (Fink 2013 *apud* Albuquerque, 2021). Atualmente, é a única colônia ativa de guarás no sul do País (Grose *et al.* 2019 *apud* Albuquerque, 2021).

Figuras 15 e 16 – Guarás no Canal do Linguado, em Balneário Barra do Sul, 2024



Fonte: Sabrina Hille Castanho

Em cada jornada, o pescador artesanal aprende a conviver com a força e a delicadeza da natureza, reconhecendo que é apenas mais um elemento nesse vasto cenário e criando uma relação de profundo respeito e harmonia com o ambiente que lhe

sustenta e define. Essa perspectiva torna-se relevante para o Observatório de Sustentabilidade, que encontra na prática pesqueira artesanal um exemplo concreto de equilíbrio entre tradição, uso responsável dos recursos naturais e preservação cultural.

Figura 17 – Nascer do sol em alto-mar em Balneário Barra do Sul, 2024



Fonte: Salomão Castanho

Figuras 18 e 19 – Pássaros Atobás e golfinhos acompanhando embarcação de pesca em Balneário Barra do Sul, 2024



Fonte: Salomão Castanho

2.2.5 A pesca artesanal na dimensão territorial

Incluir a pesca artesanal na dimensão da territorialidade proposta por Sachs (2009) exige reconhecer o território como mais do que uma delimitação geográfica. É reconhecer que o território do pescador se estende além da terra e dos limites marítimos. Trata-se de um espaço vivido, que envolve relações culturais, sociais e econômicas profundamente enraizadas na identidade de comunidades tradicionais.

A pesca artesanal, por sua própria natureza, transcende o simples ato de captura de recursos aquáticos, pois está intrinsecamente conectada à história, aos costumes e ao manejo sustentável do território onde ocorre. Diegues (2004) destaca que o conhecimento que se tem sobre o mar é fruto do acúmulo de informações que se iniciou quando o homem primitivo começou, da terra, a observar o mar e os seres que nele vivem.

O mar e os oceanos, desde os primórdios, foram objeto de curiosidade, de conhecimentos, de ricas simbologias e de práticas culturais antigas ligadas à pesca, à coleta, à navegação. Todas essas atividades foram exigindo um conhecimento crescente do mar e de seus fenômenos, a partir das práticas culturais que foram se acumulando durante vários milênios (Diegues, 2004, p. 15).

Silva (2015) propõe compreender a pesca pelas "geografias das existências", isso implica considerar como o espaço se torna, simultaneamente, um local de sobrevivência, resistência e criação de significados. A pesca não é apenas uma prática técnica, mas um modo de existir em interação constante com o território, o ambiente e a sociedade.

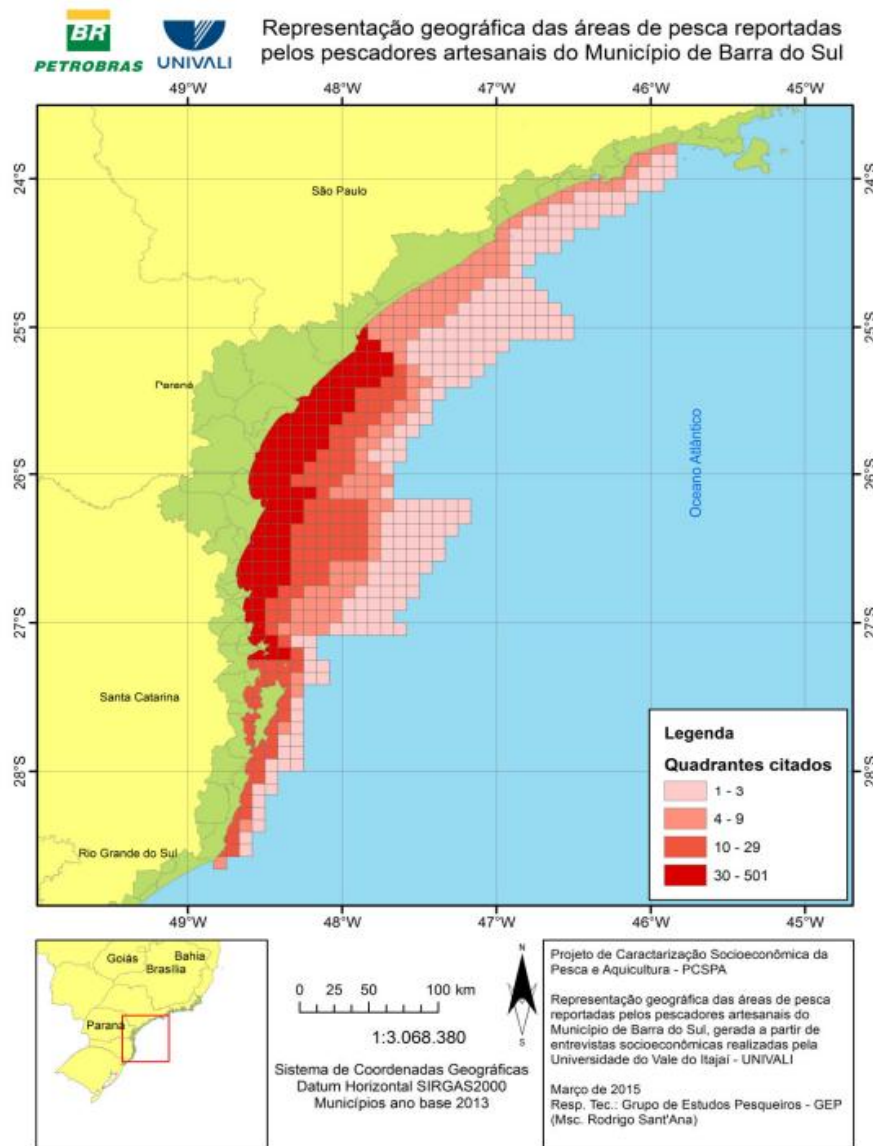
As geografias das existências fazem referência à produção do cotidiano e do lugar, tecidas nas relações de trabalho, nos vínculos sociais, nas sociabilidades e heranças culturais que marcam o pescador no exercício de sua função, mas também no ócio e no convívio com amigos e familiares (Silva, 2015, p.21).

O território da pesca artesanal não se limita às águas onde se pesca. Ele se expande para o espaço costeiro, os manguezais, os portos e as comunidades que sustentam a prática. Diegues (2004) enfatiza que a territorialidade dos pescadores artesanais é construída por meio de um uso contínuo e simbólico do espaço, conferindo identidade e pertencimento às comunidades. Isso significa que o território

não é apenas o local físico onde ocorre a pesca, mas também um espaço de memória coletiva, de transmissão de saberes e de práticas que refletem o equilíbrio entre as necessidades humanas e a conservação ambiental.

Esse conhecimento vai além das fronteiras marítimas locais. Segundo os dados da pesquisa realizada pela Univali para o projeto Caracterização Socioeconômica das Atividades de Pesca e Aquicultura em Santa Catarina (PCSPA-SC, 2015), os pescadores artesanais de Balneário Barra do Sul também exercem sua atividade nos estados do Paraná e São Paulo, conforme ilustra a figura 20.

Figura 20 – Representação geográfica das áreas de pesca reportadas pelos pescadores artesanais de Balneário Barra do Sul, 2015



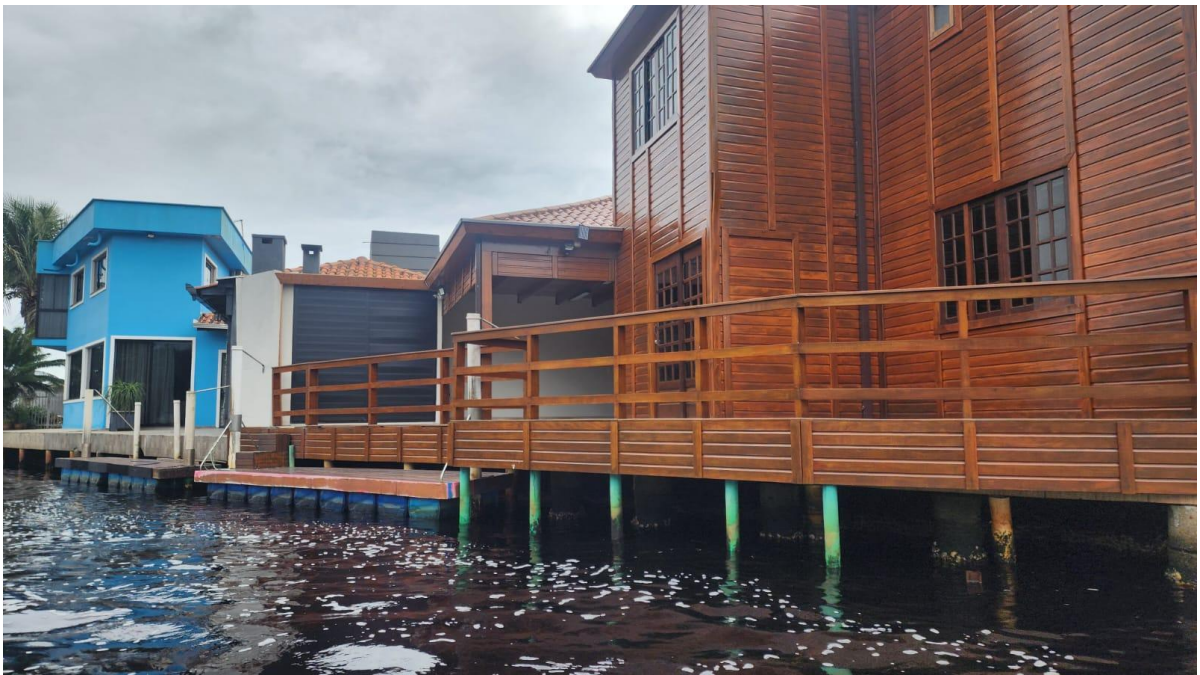
Fonte: Univali

As pescarias feitas em águas paranaenses e paulistas são antigas, como lembra o pescador Aristóte de Souza (2003), pois na época relatada, o produto tinha mais valor nesses estados.

Lá eu viajava, fui de canoa, porque há uns anos nós fomos morar na cidade de Peruíbe, eu fui de canoa com ela (esposa) e três filhos até Peruíbe, em 1959, numa canoinha de 80 centímetros de boca. Levou dois dias e meio. Ficamos seis meses e voltamos. Depois eu fazia a temporada sozinho, pra lá na canoa, entrava em Paranaguá. (...) outro dia esse dono da Peixaria da Barra foi junto comigo, nós fomos numa canoa pescar em Cananéia (Souza, 2003).

A territorialidade na pesca artesanal é marcada por dinâmicas de convivência e disputa, seja com a pesca industrial, que frequentemente compromete a sustentabilidade dos recursos naturais, seja com atividades econômicas que transformam o espaço em áreas voltadas para o turismo ou a urbanização, como demonstradas pela figura 21. De Paula (2020, p.181) caracteriza essas ações como “impactos ambientais que resultam na extinção de territórios tradicionais de pesca”.

Figura 21 – Casas às margens do rio Perequê, em Balneário Barra do Sul (SC), 2024



Fonte: Sabrina Hille Castanho

A criação de áreas de conservação sem a devida consulta à parte interessada também causa problemas às comunidades tradicionais. Como no caso da Lei municipal 379 de 2002, citada anteriormente, que estabeleceu a área das 5 ilhas

(Remédios, Feia, Araras, Istripitinga, Lobos) como espaço de proteção ambiental, um importante pesqueiro utilizado pelos pescadores artesanais. Contudo, a atividade acontece, pois, a regulamentação não é de conhecimento dos pescadores e também não há fiscalização para o cumprimento da lei.

As Unidades de Conservação, no entanto, têm sido interpretadas, por um lado, como potencial para repensar a gestão dos recursos naturais, com a participação dos usuários, e por outro, como geradora de conflitos, uma vez que afetam os modos de vida tradicionais de comunidades e grupos sociais que precederam a sua criação. Todavia, importa reconhecer no contexto da zona costeira a presença de comunidades tradicionais como parte constituinte desses espaços naturais, configurando territórios que expressam modos de vida e saberes tradicionais (Foppa, 2015, p.2).

Em Balneário Barra do Sul, onde não há grandes empresas e predominam comércios de pequeno e médio porte, o desenvolvimento econômico está intimamente ligado à criação de atrativos turísticos que aproveitam a paisagem para movimentar a economia local.

Schossler (2021) ressalta que, enquanto para muitos o litoral é um espaço de sobrevivência e trabalho, para outros é um local de descanso, lazer e turismo. Essa dualidade gera a necessidade de dividir o espaço marítimo utilizado pelos pescadores artesanais com embarcações fretadas para a prática da pesca esportiva e embarcações de pequeno porte destinadas ao lazer dos turistas.

Além da divisão do espaço marítimo, o avanço do desenvolvimento traz também outros problemas, como por exemplo, a expulsão dos pescadores de seus territórios à beira da água, ilustrada pela imagem 14. A chegada de novos moradores traz a insatisfação de dividir espaço com salgas, onde se beneficia o pescado, ou portos onde os pescados são desembarcados.

Para o avanço desses projetos de “desenvolvimento” frequentemente há criminalização das comunidades, para desqualificar os usos tradicionais, realizando por meio do judiciário os preceitos da modernização (De Paula, 2020, p.186).

Entretanto, a pesca artesanal em Balneário Barra do Sul apresenta uma característica diferenciada em relação a outras regiões da Baía Babitonga: não há conflitos diretos com empreendimentos portuários. Esse aspecto contribui para a manutenção da atividade pesqueira em equilíbrio com o espaço costeiro, reforçando seu potencial de preservação e valorização.

Para além das delimitações geográficas, o pescador artesanal possui um profundo conhecimento do território marítimo em que atua, acumulado por gerações e transmitido de forma oral. Este saber reflete uma compreensão singular dos pesqueiros, das condições ambientais e das dinâmicas que caracterizam o ambiente marinho.

Como aponta Dorsa (2015, p. 37), “ao escolher o mapa mental de um pescador para analisar os territórios pesqueiros, estamos privilegiando a sua visão de mundo, a sua representação individual daquele espaço”. Este mapa mental representa um saber prático, construído a partir da experiência cotidiana e do convívio direto com o mar.

Conforme observado por Saint-Hilaire (2020, p. 152) em sua passagem pela região em 1820, os habitantes tem um profundo conhecimento do seu território marítimo, para eles “o mar é elemento natural dos habitantes da região, todo mundo sabe de que lado sopra o vento, a que horas a maré vai subir ou descer (...).”

“A pesca artesanal, em sua essência, está enraizada nesse conjunto de conhecimentos específicos sobre o meio ambiente, as condições de marés, a localização precisa dos pesqueiros e o manejo dos instrumentos de pesca” (Diegues, 2004, p.188).

Esses saberes são fundamentais para o êxito das atividades de pesca e constituem um dos principais patrimônios imateriais das comunidades pesqueiras, pois como definido por Pelegrini (2021, p.71), “o patrimônio imaterial se refere a práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas.” Além disso, a transmissão oral desses conhecimentos, muitas vezes liderada por mestres experientes, reforça os laços culturais e sociais que dão sentido e continuidade à prática pesqueira tradicional (Diegues, 2004).

Assim, o território marítimo dos pescadores artesanais não se limita a um espaço físico determinado, mas abrange também as representações simbólicas e os saberes que moldam a relação desses trabalhadores com o mar. Esses conhecimentos, ao mesmo tempo técnicos e culturais, são indispensáveis para a preservação da pesca artesanal e para o reconhecimento de seu papel na sustentabilidade econômica e ambiental das comunidades litorâneas, afinal, o “pescador também faz parte da territorialidade ‘natural’” (Silva, 2014a, p. 16).

As comunidades tradicionais estão inseridas cada vez mais nos diálogos em torno da biodiversidade a partir da tentativa de superação das teses preservacionistas fundamentadas em estratégias de separação entre homem e natureza, firmando a intenção de que uma

comunidade que detém o conhecimento e o modo de vida singular tem o direito de manter-se em seu território utilizando seus meios sem sofrer como consequência, práticas danosas ou predatórias (Dorsa, 2015, p. 67).

O território, para essas comunidades, é mais do que uma delimitação geográfica: é o local de trabalho, um espaço de memórias, experiências e relações construídas com o ambiente ao longo de gerações.

2.2.6 A pesca artesanal na dimensão política

Na dimensão política proposta por Sachs (2009), o foco está na participação, organização e empoderamento das comunidades locais em processos decisórios e na gestão dos recursos. Essa perspectiva é essencial para compreender a pesca artesanal, que não se limita apenas a uma atividade econômica ou cultural, mas também se configura como um campo de disputas e reivindicações por direitos e reconhecimento.

Pensar em políticas públicas para a pesca artesanal é um desafio. Em um primeiro momento a provocação está em compreender os pescadores como sujeitos com direitos, sendo que ao longo do tempo estes foram negligenciados em detrimento a outras atividades (De Paula, 2015, p.9).

Nesse sentido, a dimensão política destaca-se como um espaço para a mobilização desses trabalhadores, possibilitando que eles sejam protagonistas na definição de suas prioridades e no gerenciamento dos recursos naturais que utilizam.

Em 1919, o Estado iniciou um projeto de institucionalização da pesca e criou as “zonas de pesca”, ou seja, núcleos de pescadores que já tinham a tradição de serem chamados de “colônias” (Silva, 2015). Segundo Diegues (2004), as colônias foram introduzidas em 1922.

A partir desse período, a responsabilidade sobre a atividade passou da Marinha do Brasil, para o Ministério de Agricultura (1926), em 2003 para a Secretaria Especial de Agricultura e Pesca até chegar ao Ministério da Pesca e Agricultura, institucionalizado em 2009 (Silva, 2015).

Atualmente, a atividade é regulamentada pela lei federal 11.959 de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Curiosamente a lei foi homologada dia 29

de junho, dia do Padroeiro do Pescador. De acordo com Diegues (2004), a participação ativa dos pescadores na gestão de recursos é fundamental para garantir a sustentabilidade e a equidade no uso dos bens comuns, além de fortalecer a autonomia das comunidades pesqueiras.

O governo federal, quando gerido pelo Partido dos Trabalhadores, sempre deu atenção especial à classe pesqueira. Corroborando com a afirmação pode-se citar a Lei da Pesca 11.959. Em novembro de 2024, o presidente Luíz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Complementar nº 210, que dispõe sobre a proposição e a execução de emendas parlamentares na Lei Orçamentária Anual (LOA). Segundo o Ministério da Aquicultura e Pesca (2024), pela primeira vez, a pesca foi incluída como um dos setores prioritários, o que deve estimular a alocação de recursos e a promoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor.

Além disso, também está em discussão o Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPA) que foi instituído através da Portaria MPA Nº 269, de 11 de junho de 2024, e tem como propostas estabelecer princípios, objetivos, iniciativas, estratégias, diretrizes, metas, ações e prazos que visem orientar, fundamentar e planejar as ações do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) na elaboração e efetivação de políticas públicas para as pescadoras e pescadores artesanais do Brasil para os próximos 10 anos, de 2025 a 2035 (MPA, 2024).

Em Balneário Barra do Sul, a Colônia de Pescadores Z-3 e a Associação das Mulheres Pescadoras (Amupesc) é uma expressão da dimensão política da pesca artesanal. Essas instituições desempenham um papel crucial na articulação de demandas coletivas entre os órgãos públicos e privados da cidade.

Entretanto, atualmente, o único serviço expressivo realizado pela Colônia de Pescadores é possibilitar o acesso ao seguro defeso dos pescadores artesanais cadastrados na instituição. Já a Amupesc, depois de 10 anos sem atividade, retornou em 2021 e está se reestruturando e buscando apoio para a continuidade dos trabalhos.

A dimensão política também reflete a necessidade de diálogo e interação entre pescadores e o poder público. Em Balneário Barra do Sul, por exemplo, o apoio municipal é um reflexo do papel do Estado na criação de condições mínimas para a subsistência dos pescadores. Em pesquisa realizada no portal Leis Municipais, usando palavras como “pescador” e “barco” encontrou-se 44 leis e decretos que de alguma forma regulamentam e orientam a atividade no município.

As legislações podem ser incluídas dentro das dimensões de sustentabilidade proposta por Sachs (2009) como a social, cultural, econômica, ambiental e ecológica, territorial e, claro, política (no quadro 3 estão divididas por cores, identificadas no título da tabela). Não foram considerados os decretos emergenciais emitidos durante anos seguidos em razão do assoreamento do Canal da Boca da Barra, e que mediante este ato o município conseguiu, de forma emergencial, contratar os serviços de dragagem do “caminho do mar”, contribuindo para a continuidade da pesca.

Quadro 3 – Legislações existentes em Balneário Barra do Sul que contemplam a atividade pesqueira, de 1994 a 2024. Cada cor representa uma dimensão: social, cultural, econômica, ambiental e ecológica, territorial, política

Lei nº 57/94	Dispõe sobre a criação do Brasão do município de Barra do Sul, estado de Santa Catarina e dá outras providências.
Lei nº 60/94	Dispõe sobre a criação da Bandeira do município de Balneário Barra do Sul, estado de Santa Catarina e dá outras providências.
Lei nº 71/94	Dispõe sobre autorização para o executivo municipal isentar a Colônia de Pescadores Z-3 de todos os tributos e taxas municipais.
Lei nº 101/95.	Autoriza isenção do IPTU/1995 para Colônia de Pescadores Z-3, isenta os pescadores do município da cobrança da taxa para alvará de autônomo exercício 1995.
Lei nº 157/97	Que institui os feriados públicos municipais
Lei nº 255/2000	Autoriza o poder executivo municipal conceder uso das instalações do ginásio municipal de esportes.
Decreto nº 258/2001	Proíbe o uso das instalações das bancas de comércio de pescados para limpeza de camarão, peixes, crustáceos, frutos do mar e dá outras providências.
Lei nº 310/01.	Autoriza o poder executivo municipal conceder uso das instalações do ginásio municipal de esportes para Colônia de Pescadores Z-3.
Lei nº 439/2003	Autoriza a permissão de uso das dependências do ginásio municipal de esportes Cláudio Roberto dos Santos para a Colônia de Pescadores Z-3 e dá outras providências.
Decreto nº 652/ 2006.	Fixa normas para disciplinar o uso do espaço físico do cais de atracação de embarcações e da praça Olibio José Dias e dá outras providências.

Lei nº 695/2006.	Autoriza o chefe do poder executivo municipal de Balneário Barra do Sul (SC) a doar material de construção de embarcação a pessoa carente do município
Lei nº 701/2006.	Autoriza o executivo municipal a firmar termo de compromisso com a Colônia de Pescadores Z-3 de Balneário Barra do Sul e dá outras providências.
Lei nº 706/2006.	Autoriza o poder executivo municipal a anexar na área onde será construído o mercado público municipal a fábrica de gelo da Colônia de Pescadores Z-3.
Lei nº 709/2006	Cria o fundo municipal de recuperação contínua do canal da Boca da Barra, de Balneário Barra do Sul.
Lei nº 736/2007	Autoriza repasse de recursos financeiros para entidades do município de Balneário Barra do Sul - estado de Santa Catarina
Lei nº 738/2007.	Autoriza o poder executivo municipal a anexar à área de construção do projeto do mercado público municipal a construção da fábrica de gelo da colônia de Pescadores Z-3.
Lei nº 751/2007.	Autoriza o poder executivo municipal de Balneário Barra do Sul (SC) a doar auxílio financeiro para reforma de motor de embarcação à pessoa carente da comunidade.
Lei nº 753/2007.	Proíbe e estabelece o emprego de aparelhos e modalidades de pescas na praia e costões do litoral de Balneário Barra do Sul e dá outras providências.
Lei nº 824/2008	Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal da Pesca (CMP) do município de Balneário Barra do Sul, estado de Santa Catarina e dá outras providências.
Lei nº 897/2009	Autoriza o executivo municipal, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente Agricultura e Pesca, a celebrar convênio de cooperação mútua com a Colônia de Pesca Z-3 para desenvolvimento das atividades pesqueiras e aquícolas do município de Balneário Barra do Sul.
Lei nº 908/2009	Autoriza o poder executivo municipal a criar o programa municipal de desenvolvimento da cadeia produtiva da aquicultura familiar, bem como utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade.

Lei nº 936/2010	Autoriza o chefe do poder executivo a conceder transferências financeiras.
Lei nº 939/2010	Altera o art. 3º da lei nº 753 , de 20/06/2007, que proíbe e estabelece o emprego de aparelhos e modalidades de pescas na praia e costões do litoral de balneário barra do sul e dá outras providências".
Decreto nº 982/2011.	Regulamenta a fiscalização dos tamanhos mínimos dos peixes capturados no âmbito do município de balneário barra do sul/sc e dá outras providências.
Lei nº 1022/2011.	Altera lei 982 /2010 e lei 1.019 /2011, que autoriza o chefe do poder executivo a realizar transferências financeiras para entidades sem fins lucrativos no ano 2011.
Decreto nº 1033/2012	Regulamenta o uso das carreiras de barco destinadas a manutenção de barcos no município de Balneário Barra do Sul
Decreto nº 1036/2012	Regulamenta o uso do caminhão frigorífico em viagens fora do município e do estado de Santa Catarina a serviços dos pescadores artesanais do município de Balneário Barra do Sul
Lei nº 1060/2012	Dá nome ao mercado público municipal de Laércio Pereira.
Lei nº 1092/2013	Autoriza o poder executivo municipal a criar o programa municipal de desenvolvimento da cadeia produtiva da aquicultura familiar, bem como utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade.
Lei nº 1201/2014	autoriza o executivo municipal, por intermédio da secretaria de meio ambiente agricultura e pesca, a celebrar convênio de cooperação mútua com a Colônia de Pesca Z-3 para desenvolvimento das atividades pesqueiras e aquícolas do município de Balneário Barra do Sul.
Lei nº 1264/2015	Autoriza o poder executivo a dar o nome de Odete dos Santos às bancas dos pescadores localizada na avenida Amandio Cabral no centro do município de Balneário Barra do Sul - SC.
Lei nº 1263/2015	Autoriza o poder executivo a dar o nome de Teodoro de Souza às bancas de pescadores localizada na boca da barra no centro do município de Balneário Barra do Sul - SC.
Lei nº 1338/2017	Autoriza o chefe do poder executivo municipal a outorgar permissão de uso de área pertencente ao patrimônio público para

	a Colônia de Pescadores Z-3 de Balneário Barra do Sul, e dá outras providências.
Lei nº 1420/2019	Dispõe sobre a proibição da queima, soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos no município de Balneário Barra do Sul e dá outras providências.
Lei nº 1452/2019	Dispõe sobre a concessão de benefício eventual na modalidade "auxílio emergencial" em virtude da situação anormal, caracterizada como excepcional, aos pescadores vítimas de acidente com a embarcação da pesca".
Lei nº 1.454/2019	Altera o art. 7º da lei nº 709 , de 28 de setembro de 2006, que cria o fundo municipal de recuperação contínua do Canal da Boca da Barra, de Balneário Barra do Sul, e dá outras providências.
Lei nº 1.469/2020	O centro de convivência municipal denominar-se-á centro de convivência municipal Cristiane de Borba Pereira.
Lei nº 1.554/2021.	Reconhece como comunidade tradicional a comunidade de pescadores artesanais de Balneário Barra do Sul/SC, através da Colônia de Pescadores Z-3, estabelecida neste município, e dá outras providências.
Lei nº 1560/2021	Dispõe sobre os pescadores artesanais, instituindo o dia do Pescador Artesanal em Balneário Barra do Sul (SC)
Lei nº 1585/2021	Institui a semana dos pescados no calendário do município de Balneário Barra do Sul, e dá outras providências.
Decreto nº 1750/2021	Declara área de utilidade pública e interesse social para fins de desapropriação
Lei nº 1671/2022	Dá nome a ponte rio Perequê, que liga a avenida São Francisco do Sul com a avenida Jaraguá do Sul, bairro Centro, de Ponte do Amigo.
Lei nº 1780/2024	Declara a pesca artesanal como patrimônio cultural imaterial do município de Balneário Barra do Sul, SC.
Decreto nº 1988/2024	Regulamenta a lei nº 1.781 , de 18 de setembro de 2024 que autoriza o poder executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), na forma em que especifica abaixo".

Decreto nº 1989/2024	"regulamenta a lei nº 1.782 , de 18 de setembro de 2024, que autoriza o poder executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), na forma em que especifica abaixo".
----------------------	--

Fonte: leismunicipais.com.br, acesso em 15 nov. 2024.

A prefeitura, por meio da Secretaria de Agricultura e Pesca, oferece à classe vantagens específicas, destacando-se:

a - carreiras: no total, nove equipamentos instalados à beira do rio Perequê e do Canal do Linguado, utilizados para a retirada do barco da água a fim de realizar manutenções e reforma. Nos locais há energia elétrica e água para uso durante o serviço. (Decreto 1033/2012)

b - draga: equipamento utilizado para a dragagem do Canal do Linguado, precisamente na Boca da Barra, local muito afetado pelo assoreamento. Ou seja, retirada do excesso de areia que se acumula no canal devido às movimentações da maré. Quando não há manutenção, a entrada e saída das embarcações são prejudicadas devido ao baixo calado ocasionando o encalhe dos barcos e até acidentes mais graves.

c - bancas: espaço cedido pela prefeitura aos pescadores para a comercialização de pescados. Nos locais há energia elétrica, água potável e banheiro para uso dos comerciantes/pescadores (Decreto 258/2001 e Lei nº 1338/2017). Em 2012, a prefeitura inaugurou o Mercado Público, porém com a troca de gestão em 2013, o prédio foi destinado ao uso de três secretarias. Em 2024, aconteceu nova licitação para reforma do Mercado Público para posteriormente ser utilizado a que se destina, inclusive há previsão de espaços a serem ocupados por famílias tradicionais de pescadores para a comercialização do produto. (Lei 1060/2012, Decretos 1988 e 1989/2024)

d - lancha de apoio e socorro: A lancha Vitória 2, sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Pesca, desempenha um papel essencial no apoio aos pescadores artesanais, oferecendo assistência em situações de emergência no mar. Suas atividades incluem o resgate de embarques acidentados e o suporte técnico em casos de falhas mecânicas, contribuindo para a segurança e continuidade das atividades pesqueiras no município. Até o momento da escrita desta dissertação, segundo informações da Secretaria de Agricultura e Pesca, desde 2021 a equipe

atendeu 13 ocorrências envolvendo pescadores tanto locais quanto de outras localidades que encontram o pesqueiro em Balneário Barra do Sul. As ocorrências foram consideradas encalhes, colisões e batidas (em pedras ou na praia). Anterior a esse período não há registros.

e - auxílio emergencial: é concedido um pagamento em parcela única de três salários-mínimos ao pescador vítima de acidente com a embarcações de pesca artesanal que, em decorrência, fique impossibilitado de trabalhar, caracterizando situação de vulnerabilidade temporária. (Lei Municipal 1452/2019).

Figura 22 – embarcação resgatada pela equipe da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura, em Balneário Barra do Sul, 2023



Fonte: Sabrina Hille Castanho

Sobre a relação dos pescadores artesanais com órgãos governamentais e entidades ligadas à atividade pesqueira, (Rodrigues, 2000) evidencia que esses trabalhadores demonstram preocupação em cumprir as normas determinadas, tanto pelas instituições governamentais, como o Ibama, responsável pelas regulamentações ambientais, e a Capitania dos Portos, que fiscaliza a segurança e as operações marítimas, quanto pela entidade de classe, a Colônia de Pesca. Essa postura reflete o reconhecimento da importância de seguir regras que visam organizar e garantir a continuidade da pesca.

No caso do Ibama e da Capitania dos Portos, o fato deve-se, provavelmente, ao receio de serem surpreendidos pela fiscalização. Quanto à Colônia de pesca, a preocupação deve estar relacionada com questões relativas aos direitos trabalhistas, como aposentadoria, auxílio defeso (Rodrigues, 2000, p.72).

Em Balneário Barra do Sul, o alinhamento político frequentemente envolve a participação das comunidades pesqueiras, representadas pela Colônia de Pescadores Z3 e pela Associação das Mulheres Pescadoras (Amupesc), com o intuito de tratar de questões que impactam a vida e o meio de subsistência dos pescadores e pescadoras.

No entanto, é importante observar que, nem sempre, os diálogos resultam em efeitos positivos. Isso levanta uma questão crucial sobre a eficácia da participação comunitária nas decisões políticas e o impacto real dessas discussões no cotidiano da pesca artesanal.

Para que haja a devida valorização da pesca artesanal, a gestão pública deve compreender que as políticas precisam ser desenhadas de maneira participativa, considerando o saber tradicional dos pescadores como um componente essencial no processo decisório. Sem esse reconhecimento, as regulamentações que são formuladas de maneira unificada acabam se tornando, muitas vezes, apenas "enfeites", sem efetividade prática.

Esse tipo de abordagem fragiliza as ações e políticas que, teoricamente, deveriam proteger e promover a pesca artesanal, deixando-a à mercê de decisões que não consideram as especificidades e a experiência local.

Por outro lado, um ponto crítico que ainda persiste em Balneário Barra do Sul é a baixa participação dos pescadores em audiências e reuniões públicas, fator influenciado pela forte presença de política partidária no município e pela falta de informações sobre os temas em discussão. Esse distanciamento dos espaços de decisão prejudica significativamente o processo, uma vez que as definições tomadas nessas instâncias impactam diretamente a atividade pesqueira. A criação de Unidades de Conservação, por exemplo, é um tema que gera preocupações entre os pescadores, pois as limitações impostas podem afetar suas áreas de trabalho.

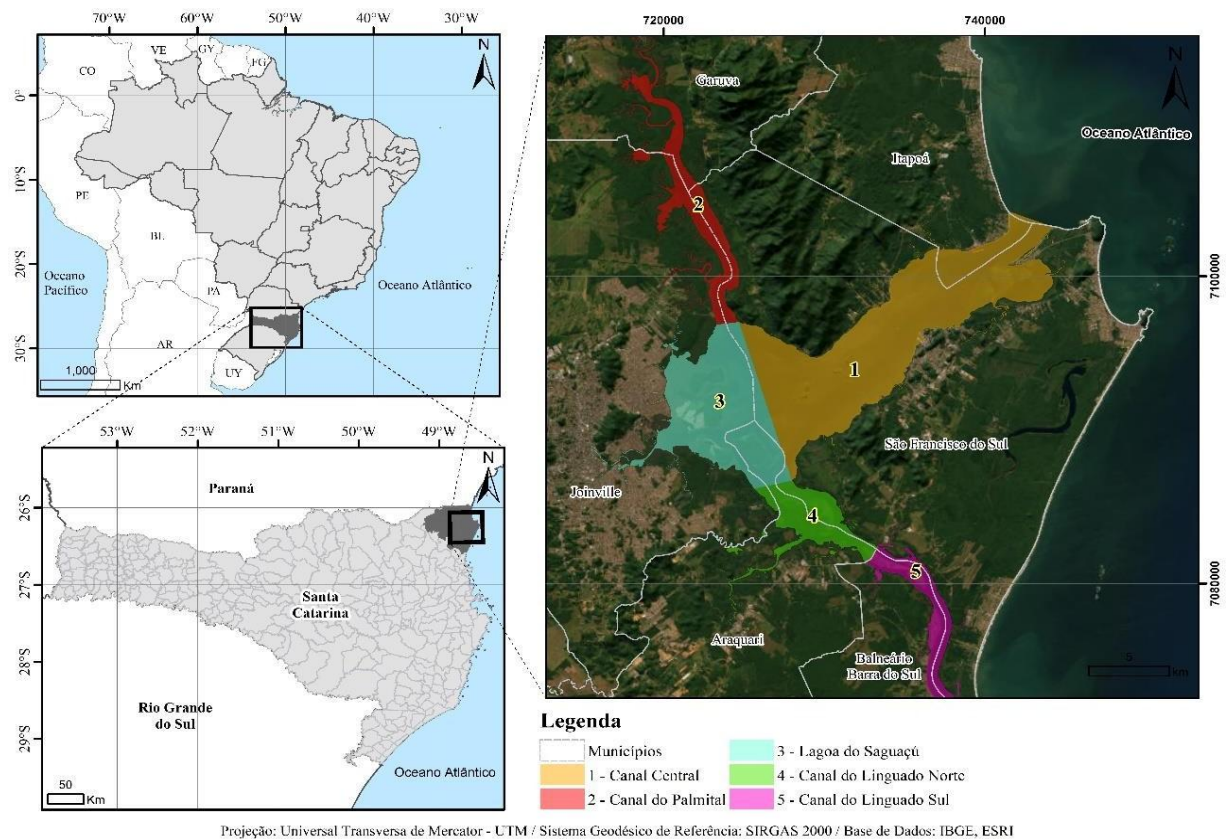
Nesse sentido, a ausência de uma comunicação eficaz e da real participação dos envolvidos no processo decisório reflete a desconexão entre as políticas públicas e a realidade vivida pelos pescadores. Assim, fica evidente que, para garantir a eficácia das regulamentações e o fortalecimento da pesca artesanal, é imprescindível que o diálogo seja efetivo, inclusivo e, sobretudo, respeite as particularidades das comunidades pesqueiras.

3. RAÍZES DA PESCA ARTESANAL: UM POUCO DA HISTÓRIA DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL

Antes de explorarmos a história da vila de pescadores conhecida como Barra do Sul, é essencial destacar a Baía Babitonga, onde está situado o município de Balneário Barra do Sul, cujas raízes históricas estão profundamente entrelaçadas.

Localizada no nordeste de Santa Catarina, a Baía Babitonga é o maior estuário do Estado de Santa Catarina, reconhecido tanto por sua importância ecológica quanto por seus aspectos históricos e socioeconômicos (Vieira *et al*, 2024). Também reconhecida por preservar a maior área de manguezal do território catarinense cuja bacia hidrográfica possui uma superfície de 1.567 km² (Vieira *et al*, 2008, p.86).

Figura 23 – Localização da Baía Babitonga e setores internos da baía em 2024



Fonte: Vieira *et al*, 2024

Compreendendo o território dos municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá, Joinville e São Francisco do Sul, a Baía Babitonga pode ser dividida em cinco setores distintos: 1- Canal Central, 2 – Canal do Palmital, 3 - Lagoa

do Saguaçu, 4 - Canal do Linguado Norte e 5 - Canal do Linguado Sul (Vieira *et al*, 2024), neste último território está localizado o Balneário Barra do Sul. (Figura 23)

A Baía Babitonga é habitat de diversas espécies ameaçadas de extinção, entre elas a toninha (*Pontoporia blainvillei*), o boto-cinza (*Sotalia guianensis*), a tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), o mero (*Epinephelus itajara*), o bagre-branco (*Genidens barbatus*), a miraguaia (*Pogonias cromis*), o guará (*Eudocimus ruber*), o maçarico-de-papo-vermelho (*Calidris canutus*) e o bicudinho-do-brejo (*Stymphalornis acutirostris*) (Pró-Babitonga, 2024).

Afinal, o que significa o nome Babitonga? Hilaire (2020, p.143) relata que “nos tempos dos índios a entrada norte se chamava Babitonga ou Bopitanga (provavelmente das palavras guaranis ‘mbopi’, morcego, e ‘tang’, novo, tenro). Porém, num artigo publicado no site da Academia Joinvilense de Letras, José Carlos Vieira (2021) relata que teve acesso à cópia dos manuscritos da viagem de Álvaro Nunes Cabeza de Vaca quando passou pelo território da Baía Babitonga seguindo para o Paraguai em 1541 e, segundo ele, “no mapa usado por Cabeza de Vaca lá estava a Lagoa de Saguaçu (grande macaco), e Bahia de Mbe Pitanga!”

Sim, agora tinha sentido o nome Babitonga, pois não só temos muitas pitangueiras (e poucos morcegos), como as águas calmas da baía sugerem o nome Mbe Pitanga (lugar das pitangas ou crianças) tendo em vista que a palavra pitanga também significa criança em tupi-guarani (Vieira, 2021).

Entretanto, outro nome aparece no relatório de viagem de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca. Segundo Olavo Raul Quandt, autor do livro “Cabeza de Vaca e o Peabiru”, o espanhol passou pela *vaya de ytabuan* (figura 24) e seguiu o curso do Rio da Prata rumo ao destino nas terras paraguaias, conforme tradução feita pelo autor do documento *Información*, do Arquivo Geral das Índias.

Se sabem então que tomada a posse pelo senhor Governador da dita baía de Itabuan como terra que novamente descobria e intitulava, e havendo-se apropriado e adjudicado à província de Vera, conforme as capitulações de Sua Majestade, em dois dias do mês de novembro do dito ano de mil quinhentos e quarenta e um partiram pela terra firme da dita baía de Itabuan em prosseguimento do dito caminho (...) (Quandt, 2007, p. 75).

Segundo Quandt (2007, p.78) a baía de Ytabuan descrita no documento, trata-se da baía de Itapoá, também conhecida por ria de São Francisco, cujo nome atual é Baía de Babitonga.

Figura 24 – Localização da Baía de Ytabuán, São Francisco do Sul, em 1541



Fonte: Quandt (2007, p. 91).

A Baía Babitonga também abriga um patrimônio arqueológico de grande importância, constituído por um expressivo conjunto de sambaquis. Esses sítios estão associados a grupos de pescadores-caçadores-coletores pré-coloniais, que habitaram a região há milhares de anos, deixando marcas materiais que comprovam a antiga e contínua relação entre os povos originários e o ambiente costeiro (Bandeira et al., 2018).

Há mais 170 sítios arqueológicos pré-coloniais na baía da Babitonga, distribuídos desde a planície litorânea até a encosta da serra do Mar, entre os quais se compreendem sítios de pontas, oficinas líticas de polimento, sambaquis com cerâmica, sambaqui fluvial, sítio Guarani, sítios Jê, estruturas subterrâneas, sambaquis a céu aberto e um único sambaqui sob rocha (Bandeira et al., 2018, p.208).

A relevância histórica e científica desses vestígios levou ao seu reconhecimento como patrimônio cultural da nação. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, inclui os sítios arqueológicos no rol de bens protegidos, enquanto a Lei Federal nº 3.924/1961 dispõe sobre a salvaguarda dos monumentos arqueológicos e pré-históricos, proibindo sua destruição ou exploração sem autorização oficial. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),

por meio de portarias e normas técnicas, reforça essa proteção, definindo os sambaquis como bens da União e regulando pesquisas e intervenções nesses sítios.

Esse conjunto de legislações evidencia não apenas o valor cultural dos sambaquis, mas também a necessidade de sua preservação para a produção de conhecimento científico. Um exemplo disso foi o estudo realizado em 2019 no local, fez uma estimativa do montante de pesca capturada por populações pré-coloniais utilizando como fontes restos de peixes coletados em sambaquis. A pesquisa concluiu que esses grupos exploraram cerca de 184.678,20 t de peixes ao longo de cerca de 6.000 anos, representando ca. 31,6 t/ano (Fossile *et al*, 2019).

O modelo cronológico para a Baía Babitonga produziu boa concordância com a distribuição de datas de radiocarbono por local (Amodel 107.6), situando o início das pescarias pré-colombianas na região de ca. 6.530–6.130 cal BP (95% de probabilidade). A partir desta época, numerosos sambaquis foram formados ao longo do estuário e da área costeira adjacente até cerca de 730–500 cal BP (95% de probabilidade), correspondendo a um intervalo de tempo de ca. 5.690 anos (mediana) (Fossile *et al*, 2019).

Além disso, seis sítios apresentam artefatos de pesca confeccionados em osso e/ou lítico: o sambaqui fluvial Itacoara e os sambaquis Bupeva II, Morro do Ouro, Rio Pinheiros II, Enseada I e Forte Marechal Luz. (Ferreira *et al*, 2019), dessa forma confirmando a importância da atividade pesqueira pelos povos pré-coloniais.

Assim, a Baía Babitonga se destaca não apenas como um estuário de grande relevância ecológica, mas também como um território profundamente marcado pela presença humana ao longo de milênios. Desde os primeiros pescadores-caçadores-coletores que construíram os sambaquis até as comunidades tradicionais que ainda hoje dependem da pesca artesanal, sua trajetória evidencia a interdependência entre cultura e meio ambiente.

3.1 Vestígios ancestrais da cultura dos povos sambaquianos

A história de Balneário Barra do Sul está ligada à Baía Babitonga, nesse contexto é natural afirmar que o município compartilha dessa mesma história, com um território marcado por vestígios arqueológicos significativos que atestam a presença humana há milênios.

Dentre esses vestígios, destacam-se os sambaquis — sítios arqueológicos formados por acúmulos de conchas, ossos, artefatos e outros materiais orgânicos e

inorgânicos — construídos por populações de pescadores-caçadores-coletores pré-coloniais (Bandeira *et al.*, 2018), sendo esses um dos vestígios mais antigos das populações litorâneas brasileiras (Schroder, 2020, p.23).

Em Balneário Barra do Sul, foram catalogados 25 sítios arqueológicos pré-coloniais sendo 22 sambaquis, um sambaqui com cerâmica e duas oficinas líticas de polimento (figura 26 e quadro 4). Estando um sambaqui e duas oficinas líticas de polimento na Ilha dos Remédios (figura 25). “Provavelmente, estas ilhas eram visitadas para a pesca mais especializada, extração de moluscos nas rochas e obtenção de rochas para ferramentas” (Bartz, 2018). Inclusive a ocorrência do sambaqui na Ilha dos Remédios é lembrada pelo pescador Nazário Praxedes (2003).

Figura 25 – Oficina lítica de polimento e sambaqui na Ilha dos Remédios, em Balneário Barra do Sul (SC), 2024



Fonte: Sabrina Hille Castanho

Cristiano Mendes (2025) também ressalta ter conhecimento de pelo menos quatros sambaquis no território de Balneário Barra do Sul: “Aqui temos um ali na Confloresta, entra lá no Rio Vermelho, naquele asfalto. Tem um bem na beira do Rio Perequê (sítio Rio Perequê). E atrás das aldeias dos índios ali tem dois grandões (possivelmente os sítios Rio Velho da Barra do Sul I e II)”.

Quadro 4 – Sítios arqueológicos pré-coloniais de Balneário Barra do Sul, 2025

Nº	Tipo	Nome	Latitude	Longitude
1	Sambaqui	Fazenda dos Búfalos	734568,07	7070733,53
2	Sambaqui	Sobra 1	738155,04	7070344,56
3	Sambaqui	Sobral 2	738299,08	7070273,60
4	Sambaqui	Areias Grandes	733115,00	7079187,00
5	Sambaqui	Barra do Sul	738495,00	7070281,00
6	Sambaqui	Bispo	738296,00	7069928,00
7	Sambaqui	Cacuruçu I	735038,00	7079378,00
8	Sambaqui	Cacuruçu II	734761,00	7079200,00
9	Sambaqui	Cacuruçu III	735038,00	7079236,00
10	Sambaqui	Conquista	732198,00	7076608,00
11	Sambaqui	Consquista II	732850,00	7078839,00
12	Sambaqui	Costeira	735588,00	7071547,00
13	Sambaqui	Ilha dos Remédios	741146,00	7071284,00
14	Sambaqui	Pernambuco	732654,00	7079986,00
15	Sambaqui	Pinheiros (10)	736126,00	7074099,00
16	Sambaqui	Rio Perequê	734652,00	7070837,00
17	Sambaqui	Rio Pinheiros I	736085,00	7075738,00
18	Sambaqui e Jê	Rio Pinheiros II	735827,00	7075291,00
19	Sambaqui	Rio Velho da Barra do Sul	735400,00	7078953,00
20	Sambaqui	Rio Velho da Barra do Sul II	736221,00	7078855,00
21	Sambaqui	Salinas II	738128,00	7069706,00
22	Sambaqui	Tetequera	736413,00	7077351,00
23	Oficina Lítica de Polimento	Ilha dos Remédios I	741235,00	7071455,00
24	Oficina Lítica de Polimento	Ilha dos Remédios II	741145,00	7071312,00
25	Sambaqui	Salinas I	738128,92	7069713,55

Fonte: Laboratório de Arqueologia e Patrimônio Arqueológico (Laparq), Univille.

O sambaqui mais pesquisado foi o Conquista. Segundo Guilherme Tiburtius, foram oito anos de estudos e observações, de 1952 a 1964, onde constatou-se que este sítio era diferente dos demais já pesquisados à época, uma vez que havia dois tipos de monte: um de forma cônica e outro mais longo do que largo e o da Conquista não se encaixou em nenhuma dessas duas formas (Tiburtius, 1966, p. 72).

Trata-se de um sambaqui de grandes proporções, com elevação central e circundado por um dique de resíduos (Tiburtius, 1966, p.74). Além de ossos de mamíferos, ossos e escamas de peixes, conchas, zoólitos, vários instrumentos líticos foram catalogados, entre eles estão:

machados, batedores, facas, instrumentos cuneiformes, instrumentos diversos, recipientes, objetos de adorno confeccionados da parte basal dos recipientes, diversos artefatos confeccionados de fragmentos, objetos líticos com e sem depressão, trituradores de frutos, pedras para amolar (Tiburtius, 1966, p. 80).

Espalhados por toda parte do sambaqui foram encontrados artefatos confeccionados a partir de ossos de baleia, que segundo o pesquisador também utilizavam a carne como alimento “como sugerem restos de inúmeros ossos carbonizados” (Tiburtius, 1966, p. 110).

Além dos objetos, foram identificados vestígios de cinco “possantes” fogueiras que segundo o pesquisador “serviu não apenas para ter fogo disponível, mas para servi-lhes de noite como proteção contra o inimigo” (Tiburtius, p. 75-79, 1966).

Outro achado significativo no sambaqui da Conquista foi a quantidade de esqueletos.

Não foi possível precisar o número de ossadas exatas. Calcula-se, entretanto, que o sambaqui continha pelo menos 600 esqueletos. As escavações realizadas em áreas relativamente reduzidas, revelaram a existência de 82 esqueletos de adultos e 5 infantis (Tiburtius, 1966, p. 123).

Contudo, segundo o pesquisador Tiburtius (1966), o sambaqui já se encontrava completamente destruído em 1966, possivelmente por ter sido utilizado na produção de cal. Essa informação é corroborada por Luiz (2003), que recorda a existência de uma caieira localizada na estrada do cemitério, onde o material extraído era queimado, e o cal resultante comercializado tanto na comunidade local quanto em São Francisco do Sul.

Em 1953, o sambaqui do rio Pinheiros também foi objeto de pesquisa. A escavação levou cerca de 20 meses para ser concluída e, embora tenha sido considerado pelos pesquisadores como um sambaqui “sujo” devido ao material calcinado, permitiu um estudo mais satisfatório, pois foi possível realizar observações estratigráficas (Tiburtius, Bigarella e Bigarella, 1954).

Ainda segundo os pesquisadores, quando os estudos tiveram início, o sambaqui já se encontrava alterado, restando apenas a metade da formação original.

Dividido em quatro camadas, os resultados obtidos chamaram a atenção dos pesquisadores. Segundo eles, “as camadas 2 e 4 apresentaram matéria lítica e de origem animal, tendo encontrado também grande número de esqueletos” (Tiburtius,

Bigarella e Bigarella, 1954, p. 196). Já nas camadas 1 e 3, não foram encontrados vestígios de rocha e osso.

Neste sambaqui, não foram encontradas ossadas de animais, exceto esporadicamente, o que leva à suposição de que a caça não era praticada, alimentando-se apenas do que coletavam. Também foram encontrados vestígios de fogueiras.

“De um modo geral, portanto, somos levados a concluir que o sambaqui foi erigido por agrupamentos humanos, de pelo menos, três culturas diferentes, que, a julgar pela espessura das camadas, sucederam-se em intervalos de tempo relativamente longos” (Tiburtius, Bigarella e Bigarella, 1954, p. 196).

Além da produção de cal, o uso dos “casqueiros” — como os sambaquis eram popularmente conhecidos — era uma prática comum entre os moradores de Balneário Barra do Sul para a melhoria das vias públicas. Maria Ávila Luiz (2003) relembra que “tinha um bem grande (sambaqui) na Costa, que nós chamamos, tinha um bem grande, bem alto. E um menor. Aí o Vítor, que fez a estrada, puxou tudo, e forrou a estrada tudo.”

Na mesma linha, Souza (2003) menciona o aproveitamento dos sambaquis para fins de pavimentação, especialmente o localizado na região do Maria Fernanda, localizada no bairro Pinheiros que teria sido removido com esse propósito. Essa afirmação é corroborada pela lembrança de Sebastião Vicente da Silva (2004) que recorda “de um casqueiro que tinha mais ou menos uns vinte metros de altura, e foi tudo tirado”. Ambos os relatos destacam que, entre os materiais extraídos, além das conchas, eram encontrados ossos humanos.

O ex-prefeito Miguel Tito Rosa (2003) também recorda o uso recorrente dos sambaquis na construção de estradas:

...em qualquer canto tinha um sambaqui, um morro daquele. Então, o sujeito ampliava o traçado da estrada e pegava o sambaqui, com carroças, de cavalos, e enchia aquela carroça. Com 2, 3 homens, uma pá, e era fácil, porque o material estava ali, e ia espalhando” (Rosa, 2003).

A utilização dos sambaquis como material de base para a construção de estradas remonta ao século XIX. Auguste de Saint-Hilaire (2020), em sua passagem por São Francisco do Sul em 1820, já observava que as ruas da cidade permaneciam sem lama, uma vez que o solo era composto por uma mistura de terra, areia e conchas.

Quanto à origem dos “casqueiros”, as interpretações populares variam. Tanto Souza (2003) quanto Praxedes (2003) acreditam que os sambaquis seriam vestígios do dilúvio citado na Bíblia. Segundo Praxedes:

Os casqueiros, pelo que eu entendo e compreendendo do povo aqui, que a gente escutava dos mais antigos, que foi no tempo do dilúvio que fez estes casqueiros, onde as águas foram remoendo e então pararam aquelas conchas. Ali as águas amontoaram e fizeram aquilo” (Praxedes, 2003).

Praxedes ainda destaca a dimensão impressionante de alguns sambaquis, especialmente na região do Bupeva:

Tem casqueiro que dá para fazer estrada daqui para Brasília. (...) Nessas Ilhas de São Francisco que atravessa para lá. Nessa Baía de São Francisco. Tem cinco, seis casqueiros grandes assim. Onde que os índios davam conta de comer todas aquelas cascas de mariscos!?” (Praxedes, 2003).

Esses relatos evidenciam como os sambaquis foram, ao longo do tempo, apropriados de maneira utilitária pela população local. No entanto, para além desse uso, os vestígios arqueológicos têm importância fundamental para a compreensão das formas de ocupação humana pretéritas.

Esses vestígios revelam, ainda, que Balneário Barra do Sul já era, desde o período pré-colonial, uma terra de pescadores. A localização dos sítios arqueológicos, distribuídos entre o canal do linguado, áreas de restinga e ilhas oceânicas, indica que esses grupos pescavam tanto em águas abrigadas quanto em mar aberto, o que sugere o uso de embarcações e um conhecimento profundo do ambiente costeiro. Desse modo, a prática da pesca se apresenta não apenas como atividade ancestral, mas como eixo estruturante da ocupação territorial e da cultura local.

Assim, a arqueologia de Balneário Barra do Sul não apenas contribui para a reconstrução histórica da região, mas também reforça o reconhecimento do município como parte de um patrimônio cultural mais amplo, que envolve práticas, representações e conhecimentos transmitidos entre gerações.

Ainda assim, causa preocupação a ausência de iniciativas consistentes por parte dos órgãos públicos no sentido de proteger, estudar e valorizar os sambaquis remanescentes. A falta de pesquisas arqueológicas sistemáticas representa uma

negligência com a memória coletiva e com um patrimônio que poderia enriquecer o conhecimento histórico e fortalecer a identidade local.

3.2 Antes das fronteiras: a presença indígena em Balneário Barra do Sul

Como demonstrado anteriormente, muito antes da chegada dos europeus ao litoral sul do Brasil, esta região já era ocupada por povos originários (Brighenti, 2012) que desenvolveram modos de vida complexos e profundamente integrados à natureza.

Durante todo o século XVI, muitos foram os viajantes, navegadores e soldados europeus que chegaram à Santa Catarina, principalmente os espanhóis. Neste momento, a Europa passava por escassez de metais preciosos e, por meio das navegações transatlânticas no Novo Mundo, puderam, ao chegar às costas litorâneas de Santa Catarina, ter conhecimento de rotas indígenas que davam acesso aos metais preciosos como o ouro e a prata (Amaral *et al*, 2016, p. 2).

As pesquisas arqueológicas realizadas na ilha de Santa Catarina encontraram vestígios da presença dessa população 400 anos antes da chegada dos europeus, à época denominada Carijó. Em 1528 aparece pela primeira vez o emprego do nome Guarani, na carta de Luiz Ramires (Brighenti, 2012).

Na região da Baía Babitonga não foi diferente. As pesquisas arqueológicas indicam a presença de povos ancestrais aos indígenas atuais Guarani, Kaingang e Laklãnõ. Há registro de 7 sambaqui sobre os quais há cerâmica que indica a presença ou contato com grupos proto-Jês, ou seja, ancestrais das etnias Kaingang e Laklãnõ. Há registro de 2 sítios Guarani identificados também pela presença de cerâmica típica deste grupo além de diversos achados isolados da cerâmica deste grupo na região.

As primeiras descrições desses povos é o relato feito pelo navegador francês Binnot Paulmier de Gonneville, quando, acredita-se, esteve por estas terras em 1504, que os considerou amigáveis e trabalhadores. Suas observações, entretanto, devem ser vistas com cautela, pois não há dados documentais que confirmem integralmente as informações apresentadas.

Gonneville descreve seus hospedeiros como acolhedores e cordiais, vivendo da caça, pesca e pequena agricultura, vestidos com mantos de pele ou plumas, habitando cabanas de cobertura vegetal, dormindo sobre esteiras (Perrone-Moisés, 1992, p. 52).

Além da descrição dos indígenas, Gonneville também relata que as “habitações dos indígenas formavam aldeias de trinta, quarenta, cinquenta ou

oitenta cabanas, feitas à maneira de galpões com estacas unidas umas às outras” (Perrone-Moisés, 1992).

A convivência entre o navegador francês Binot Paulmier de Gonneville e os indígenas da região de São Francisco do Sul foi marcada por uma relação de confiança e cordialidade tão significativa que, ao término de sua permanência, Gonneville recebeu autorização do chefe Arosca para levar consigo à Europa seu filho Essomericq.

Já Cabeza de Vaca, em 1541, faz menção apenas aos indígenas que estavam na Ilha de Santa Catarina (Florianópolis) e os encontrados durante o percurso a pé para Assunção, no local conhecido por “Campo” (Vaca, 2009).

Em 1550, o alemão Hans Staden chegou às terras de São Francisco do Sul e encontrou um cristão entre os selvagens, que havia sido encarregado de ensinar “aos Carijós, uma tribo (sic) amiga dos espanhóis, a plantar mandioca para fornecer alimentos aos navios quando chegassem” (Staden, 2024).

A aldeia dos selvagens chamava-se Cutia, e o homem que havíamos encontrado chamava-se Juan Fernando e era um basco da cidade de Bilbao, e os selvagens eram os Carijós. Trouxeram-nos muita caça e pescado. Em troca lhe demos anzóis (Staden, 2024, p.51).

Esse breve trecho ilustra mais uma vez a presença da pesca como prática cotidiana entre os povos originários da região. A doação de anzóis, nesse contexto, representa o contato entre dois mundos — o europeu e o indígena — onde o saber pesqueiro é um ponto de convergência. Ao mesmo tempo, reafirma-se a pesca como elemento estruturante das relações sociais, econômicas e culturais na região.

Segundo Brighenti (2012, p.8), “a estratégia de contato adotada pelos Guarani com o não indígena não foi de confronto. Acolheram, apoiaram com alimentos, indicaram caminhos e nominaram os lugares e as coisas.”

Alguns anos depois, em 1820, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, já citado, de passagem pela região onde se situa Balneário Barra do Sul (como veremos mais detalhes adiante), relata que não encontrou nenhum indígena, porém, pouco antes de sua viagem havia acontecido um ataque.

Bandos de índios (sic) selvagens vindos do interior, costumavam atacar a praia que eu percorrera ao sair do Piraquê. Pouco tempo antes de minha viagem eles tinham degolado dois rapazes num sítio afastado. Foram perseguidos e um deles, que tinha lábio inferior furado, foi morto. Os índios que infestam a Província de Santa Catarina

são, como os do Sul da Província de São Paulo, designados pelo nome de Bugres (Saint-Hilaire, 2020, p.163).

Segundo Sousa (2002), o marechal de campo Antero José Ferreira de Brito em relatório enviado à Assembleia Legislativa em 1841, queixava-se das depredações e mortes.

Esses silvícolas se movimentam em bandos diminutos, esgueirando-se por entre as árvores da mata, caindo repentinamente sobre sítios isolados, onde degolam mulheres e crianças, e fogem ao primeiro disparo de espingarda que ouvem, deixando em poder de seus inimigos os próprios filhos quando mostram fracos demais para acompanhá-los” (Sousa, 2002, p.20).

Ao longo do processo de colonização, os Guarani, ao perceberem que os não indígenas não eram confiáveis, optaram pelo distanciamento como estratégia de preservação. Conforme aponta Brighenti (2012), eles se faziam invisíveis, refugiando-se nas matas e realizando constantes migrações como forma de permanecerem Guarani, protegendo sua cultura e sua autonomia. Apesar dessas estratégias de resistência, por todo o período colonial, os indígenas continuaram a sofrer severas perdas, morrendo em razão de doenças introduzidas pelos colonizadores e da escravidão (Amaral *et al.* 2016).

Entretanto, Sousa (2002) destaca que no extremo Sul da Ilha de São Francisco, existia uma aldeia de “indígenas pacíficos”, denominada “Gupeva”, que aos poucos emigraram para vilas vizinhas, inclusive para a Barra do Araquari, posteriormente Balneário Barra do Sul.

Porém, durante a pesquisa não foram encontradas outras referências ao nome “Gupeva”, somente Bupeva, inclusive territórios de sambaquis. Há um sambaqui (sambaqui Bupeva II) com cerâmica Jê nesta localidade, datada em 375 ± 40 anos antes do presente (Bandeira, 2004).

A partir da década de 1970, com a crescente devastação da floresta atlântica, os Guarani foram violentamente atingidos, aumentaram as migrações e os acampamentos nas margens das rodovias (Brighenti, 2012).

Uma parte desse povo atualmente está em Balneário Barra do Sul na Terra Indígena (TI) Pindoty, (reconhecida pela Portaria nº 953/2010 do Ministério da Justiça) que abrange áreas dos municípios de Balneário Barra do Sul (aldeia Jataity) e Araquari, totalizando aproximadamente 3.294 hectares, habitados por indígenas da etnia Guarani Mbyá (Terras Indígenas no Brasil, 2010).

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE, o município conta com 64 indígenas, dos quais 50 vivem em terras indígenas e 14 residem fora delas, sendo 31 homens e 33 mulheres.

No campo da educação, a legislação brasileira — como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996, artigos 78 e 79), o Decreto nº 6.861/2009, a Resolução CNE/CEB nº 5/2012 e as propostas dos Planos Nacionais de Educação — assegura aos povos indígenas o direito a uma educação específica, bilíngue e intercultural.

Em Balneário Barra do Sul, há uma escola localizada dentro do território indígena que atende crianças a partir dos 6 anos de idade, financiada pelo Estado. Em comum acordo com as lideranças da aldeia Jataity, o município também oferece a educação infantil pré-escolar (para crianças de 4 e 5 anos). Em ambas as etapas, são respeitados os princípios da educação bilíngue, utilizando-se a língua materna, o Guaraní, como primeira língua e o português como segunda.

A língua Guaraní é amplamente falada em todas as aldeias da região, sendo, para muitos indivíduos, a única língua de uso cotidiano. O português, por sua vez, é empregado principalmente na comunicação com não indígenas e com indígenas de outros povos (Brighenti, 2012).

3.3 Barra do Sul na rota das grandes navegações

Ao mergulhar na história de Balneário Barra do Sul, se faz necessário também focar um pouco sobre São Francisco do Sul, afinal, antes de se tornar o município que é hoje, a localidade de Barra do Sul, atual Balneário Barra do Sul, fazia parte da freguesia Parati de São Francisco do Sul emancipada em 1876 e que iria se tornar o Município de Araquari. Por isso é lógico dizer que as histórias desses três municípios se entrelaçam.

Nesse sentido, convém trazer a esta pesquisa as informações sobre a chegada do primeiro francês a essas terras francisquenses, o capitão Binot Paulmier de Gonneville. Entretanto, cabe destacar que a visita de Gonneville é alvo de controvérsia entre historiadores, pois não há comprovação do ocorrido, apenas suposições.

De acordo com as informações retiradas do portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), a primeira expedição de europeus que aportou em São Francisco do Sul, foi do navegador francês Binot Paulmier de Gonneville, em

janeiro de 1504. A chegada às terras brasileiras não era intencional, uma vez que o objetivo da viagem de Gonneville era chegar às Índias Orientais.

Assim, no dia 5 de janeiro de 1504, depois de sete meses de viagem e seis meses de alto-mar, ‘descobriram uma grande terra’. Cabral levara menos de dois meses para chegar à costa brasileira. O uso da palavra ‘descobriram’ pelos declarantes normandos, indica que eles a imaginavam desconhecida (Perrone-Moisés, 1992, p.49).

Mas, o que é importante salientar, é que na busca por mais dados acerca da chegada do europeu, as informações encontradas são superficiais e idênticas. As páginas dos órgãos oficiais como Prefeitura de São Francisco do Sul, Iphan e IBGE, trazem poucas informações. Inclusive, Gomes (2022) faz uma crítica a este respeito:

Ainda, no que diz respeito ao contexto em que o pequeno texto se encontra no site da Prefeitura, percebemos que é numa seção sobre a cidade como um todo, junto com as seções Ambiente, Calendário de Eventos, Cultura, Economia e Símbolos, (...) apresentando textos curtos e objetivos sobre cada um dos tópicos. Dessa forma, nos parece que o texto faz, em grande medida, uma propaganda objetiva da cidade (...) (Gomes, 2022, p.3).

Em todos os textos consultados, não há nenhuma menção clara sobre por qual lado da Ilha de São Francisco do Sul a nau *L’Espoir*, comandada por Binot Paulmier de Gonneville, supostamente teria entrado para aportar em busca de segurança, água e comida.

No entanto, Leyla Perrone-Moisés, em seu livro *Vinte Luas*, apresenta os resultados de três anos de estudo sobre a expedição de Gonneville, baseando-se em diversas fontes, incluindo manuscritos originais da viagem.

Para os objetivos desta pesquisa, a contribuição mais relevante do trabalho de Perrone-Moisés foi a identificação do local exato por onde a nau teria adentrado a região, fornecendo uma informação inédita e crucial para o entendimento da rota e do contexto histórico da chegada de Gonneville à costa catarinense.

Uma descrição do fim do século XVI confirma a desembocadura desse rio como um bom lugar para aportar: “Do rio Alagado ao de São Francisco são cinco léguas, o qual está em vinte e seis graus e dois terços e tem na boca três ilhéus. Neste rio entram navios da costa, onde estão seguros de todo o tempo(...) (Perrone-Moisés, 1992, p. 51).

Se os documentos pesquisados por Perrone-Moisés estiverem corretos, então, ao confrontar o relato com a geografia atual, é possível que a nau *L’Espoir* adentrou a Baía

Alguns anos após a chegada de Gonneville em terras francisquenses, possivelmente outra expedição de grande importância para história passou por estas águas. Em 1541, o espanhol Álvar Núñez Cabeza de Vaca tinha como missão oficial seguir até Assunção (no atual Paraguai) por terra, partindo de Santa Catarina, atravessando a serra e o interior do território, explorando e consolidando o domínio espanhol na região.

Convém mencionar a teoria de Raul Olavo Quandt em seu livro “Cabeza de Vaca e o Peabiru”, sobre a passagem do espanhol Álvar Núñez Cabeza de Vaca pela região.

Segundo ele, em alguns livros aparece a indicação de que a comitiva do espanhol teria partido da foz do rio Itapocu, no atual município de Barra Velha, em Santa Catarina, mas o documento da expedição cita a saída da caminhada pela baía de Ytabuan (Babitonga) (Quandt, 2007).

Tudo indica que a origem desse engano se encontra na interpretação do livro “Comentários”, na parte onde Pero Hernández escreveu “que soubera pelos índios que a maneira mais segura e próxima de entrar para a terra povoada era por um rio chamado Itabocu (...) Tanto o documento *Información* quanto o livro *Naufrágios y Comentarios*, deixam claro que a entrada de Cabeza de Vaca se deu por terra firme da baía de Ytabuan, atual Babitonga (Quandt, 2007, p.6).

De acordo com tradução feita pelo autor do documento *Información de Cabeza de Vaca*, a comitiva espanhola partiu a pé, da terra firme da baía de Ytabuan, no dia 2 de novembro de 1541 (Quandt, 2007, p.41).

Quandt (2007, p. 79) traduziu alguns trechos do livro *Naufragios y Comentarios* que esclarece a forma como o documento *Información de Cabeza de Vaca* foi levado de Asunción, no Paraguai, para Sevilha, na Espanha. Em nota, o autor explica sua teoria:

Esse rio que Hernández chamou de Itabucu pode muito bem ser o atual rio Três Barras, em Garuva, que deságua na baía de Itabuan, também conhecida como “baía de São Francisco” e “Babitonga”. Outra possibilidade é de que se trate do canal meridional da ria de Itabuan, atual canal do Linguado (Quandt, 2007, p. 83).

Ainda segundo o autor, pelas coordenadas descritas no documento, o local de entrada da expedição seria em São Francisco Sul, possivelmente pela Barra Sul, ou seja, por onde se encontra atualmente a cidade de Balneário Barra do Sul. A

conclusão é que as 18 ou 20 léguas marítimas medidas a partir da ponta norte da Ilha de Santa Catarina, sempre alcançam a ilha de São Francisco (Quandt, 2007, p.21), ou seja, se a teoria estiver correta, a nau Santa Luzia carregada com mais de 250 homens e 26 cavalos, navegou por águas barrasulense.

Dessa forma, ao considerar as passagens documentadas de Binot Paulmier de Gonneville, em 1504, e de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, em 1541, evidencia-se que a região onde hoje se encontra Balneário Barra do Sul foi cenário de episódios históricos de grande relevância e participou ativamente de momentos fundadores da história do sul do Brasil.

3.4 O início de uma vila

Passados aproximadamente 300 anos desde as expedições de Binot Paulmier de Gonneville e Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, outra importante figura europeia registrou sua passagem pela região: o botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire.

Em 1820, durante sua viagem de São Francisco do Sul à Armação do Itapocoroia — atual município de Penha —, Hilaire percorreu parte do trajeto por vias fluviais e, posteriormente, por terra firme, passando por áreas que hoje correspondem a Balneário Barra do Sul, Barra do Itapocu, Barra Velha, Piçarras e Penha.

Para alcançar seu destino, Saint-Hilaire navegou inicialmente pelas águas internas da Baía Babitonga, utilizando o rio Araquari — atualmente conhecido como Canal do Linguado —, até alcançar a foz do rio Piraquê (ou rio Perequê). Nesse ponto, desembarcou e buscou abrigo no destacamento de milicianos encarregados da vigilância da Barra do Araquari. Conforme sua própria descrição, os soldados ali estabelecidos encontravam-se alojados em uma simples choupana, localizada na margem esquerda do rio Piraquê, do lado de terra firme (Saint-Hilaire, 2020).

Como o botânico chegou ao destino durante a madrugada e teve de esperar a chegada dos cavalos que ajudariam sua caminhada até a Armação do Itapocoroia, ele aproveitou o tempo para conhecer a localidade e colher plantas. Porém, mesmo ficando por apenas um dia no local, Saint-Hilaire descreveu sua impressão.

Nas imediações do posto militar o terreno é úmido e pantanoso e coberto exclusivamente de manguezais. Atravessei o Rio Piraquê e segui pela praia, do lado sul, muito além do Rio São Francisco. Essa

praia é composta de uma areia brancacenta e fofa com um pequeno número de plantas esparsas, mas apresentando de vez em quando pequenos trechos de relva bastante viçosa” (Saint-Hilaire, 2020, p.161).

Uma importante informação nos relatos do botânico francês nos dá a certeza de que nessas terras havia morador cujo ocupação se dividia entre a criação de vacas e a pesca.

Acima da praia há uma mata fechada, à beira da qual vi um sítio. O seu proprietário achava-se ocupado em estender suas redes sobre a areia, para secá-las, e me disse que havia abundância de peixe no lugar. Esse homem possuía algumas vacas; provei do seu leite, que me pareceu sem sabor e já não era o mesmo leite cremoso dos Campos Gerais (Saint-Hilaire, 2020, p. 161).

Saint-Hilaire (2020) também descreveu as ilhas que fazem parte do arquipélago de Balneário Barra do Sul, porém, as três mais próximas da praia, ele citou com um único nome: Ilha dos Remédios. Segundo informações que passaram ao botânico “o nome Remédios se deve ao fato de que as ilhas servem de abrigo em caso de necessidade às embarcações que não podem entrar no canal.” (Saint-Hilaire, 2020, p. 161).

Para a pescadora Safira Cristina Mendes de Souza (2024), a Ilha dos Remédios recebeu esse nome devido ao poder de cura tanto espiritual como física, além de ser abrigo para os pescadores.

Figura 29 – Ilhas dos Remédios (à frente), Feia (à direita) e Araras, em Balneário Barra do Sul (SC), 2010



Fonte: Rafael Imhof

As três ilhas situadas próximas à costa de Balneário Barra do Sul são conhecidas atualmente como Remédios, Feia e Araras (figura 29). No entanto, em relação a esta última, observa-se uma particularidade: mapas do século XIX (figuras 30 e 31) a identificam com o nome de Ilha do Caçã. Apesar disso, não foram encontrados registros que esclareçam quando ou por que ocorreu a mudança de nomenclatura. O que se sabe é que, em 1950, a ilha já era oficialmente denominada Araras, conforme o verbete do Vocabulário Geográfico de Santa Catarina (1950).

Há ainda outra possível explicação para o nome "Ilha das Araras", uma vez que Saint-Hilaire menciona, entre os vários significados atribuídos ao nome Araquari, a possibilidade de significar “rio do ninho das araras”. Como o Canal do Linguado, em sua extremidade meridional, era conhecido como Rio Araquari, pode-se supor que o nome da ilha tenha se originado desse mesmo fator.

Além dessas, Saint-Hilaire (2020, p. 161) também menciona duas ilhas mais afastadas da costa: a Ilha dos Lobos e a Ilha Tapetinga, cujo nome deriva do termo guarani *Tapetyga*, que significa “caminho branco”. Na contemporaneidade, a Ilha Tapetinga é apresentada nos mapas oficiais como Istripitinga. Já a Ilha dos Lobos (figuras 30 e 31), entre alguns pescadores locais, é referida como Islovo, o que representa uma variação linguística na pronúncia do nome. As ilhas são formações rochosas, de difícil acesso e sem possibilidade de habitar.

Figura 30 – Detalhe do mapa de São Francisco do Sul, de Antônio Xavier de Noronha Torrezão, 1840, foz do Canal do Linguado



Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>.

Figura 31 – Detalhe do mapa da Colônia Dona Francisca, de Jeronimo Francisco Coelho, 1846. Foz do Canal do Linguado



Fonte: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo>.

Nessa mesma época, em 1820, segundo Sousa (2002), 196 famílias lideradas por João Pereira Santana, saíram de São Francisco do Sul e se fixaram em terras que futuramente seriam Balneário Barra do Sul. Porém, anterior à chegada dos primeiros colonizadores, Sousa (2002) lembra que em 1780, soldados da guarda nacional foram enviados para as terras a fim de auxiliar os viajantes que passavam pelo lugar.

Embora os serviços militares fossem considerados necessários, a ocupação definitiva começou somente em 1820. Neste mesmo ano da passagem de Hilaire por Barra do Sul, chegaram à região os primeiros colonizadores. Num total, foram 196 famílias vindas de São Francisco do Sul a fim de colonizar as terras (Sousa, 2002).

Não sabemos ao certo o motivo que os levou a tomarem essa iniciativa, porém foi notório que a “comitiva”, composta pelo sr. João Pereira Santana (pela tradição um ex-escravocrata), sua esposa e dois filhos, viajando via fluvial, adentrou seu batel no primeiro afluente da margem esquerda do Rio Perequê, aportando na marginal da atual Rua Ademar dos Santos (marco zero), local que há anos fora chamado “porto do Santana) (Sousa, 2002, p.17).

À época da chegada dos colonizadores, a região era caracterizada por terrenos úmidos e pantanosos, cobertos por manguezais nas imediações do rio Perequê, além de praias de areia branca e fofa e vastas áreas de Mata Atlântica (Sousa, 2002, p. 18; Saint-Hilaire, 2020, p. 161). Havia ainda três pequenas ilhas, e, conforme Saint-Hilaire (2020), naquela época não existiam moradores fixos, apesar da presença de água potável e terras cultiváveis nestas porções insulares. Sousa (2002) menciona também a existência de um banco de areia ao norte da Barra, que permitia, durante a maré baixa, a travessia a pé até a Ilha dos Remédios.

O pequeno povoado que se formava ficou conhecido como Barra do Araquari, devido à importância do rio Araquari — atual Canal do Linguado — para a circulação e sobrevivência local, estando então sob administração do capitão-mor Francisco de Oliveira Camacho, de São Francisco do Sul (Sousa, 2002, p. 18).

A estabilidade do grupo se deu gradualmente, sustentada pela pesca no rio Araquari, criação de gado e agricultura de subsistência. Com o crescimento do povoado, surgiram engenhos e a necessidade de estradas para o escoamento da produção e conexão com localidades vizinhas (Sousa, 2002). Ainda hoje, remanesce a Estrada do Estivado, uma das primeiras abertas, ligando a localidade de Pinheiros (atual bairro de Balneário Barra do Sul) à localidade de Rainha (bairro de Araquari), o que impulsionou a economia da região.

Sobre o ex-escravocrata João Pereira Santana, o pescador Nazário Praxedes (2003) lembra que sua madrastra contava que “a mãe dela trabalhava para o tal do Santana que tinha escravatura”. Contudo, não foram encontradas informações que embasem a afirmação sobre Santana ter continuado com a escravidão de negros no pequeno povoado de Barra do Araquari. Segundo o Censo de 2022, realizado pelo IBGE, em Balneário Barra do Sul residem apenas 5 moradores quilombolas.

Em 1860, o bairro Pinheiros começou a se formar com a chegada de José Francisco e sua família, oriundos de Parati (Araquari), que se estabeleceram às margens do rio Pinheiros e construíram um engenho para farinha e açúcar (Sousa, 2002, p. 23). Poucos anos depois, por volta de 1865, outro grupo liderado por Hilário de Souza, Luís Nunes Mendes e José Cipriano Mendes também se fixou na região, trazendo gado e abrindo trilhas até o “Barranco Alto” (atual rua Cleto Rosa) para retirada de lenha e plantio (Sousa, 2002, p. 21).

Com a criação do município de Parati em 1876, novos colonizadores, como Miguel Lopes e sua esposa, instalaram-se próximo ao rio Araquari, numa área

batizada de Costeira, aproveitando-se da pesca como atividade principal (Sousa, 2002, p. 23-24).

A pesca, inclusive, era uma prática comum entre os moradores, sendo muitas vezes realizada durante o intervalo das safras, corroborando com Diegues (1983, p.123) quando afirma que os “migrantes açorianos, que no século XIX vieram povoar o litoral de Santa Catarina, eram sobretudo agricultores que praticavam a pequena pesca como atividade sazonal”. Saint-Hilaire (2020, p. 152) reforça que, independentemente da profissão, todos os moradores de São Francisco do Sul e região também praticavam a pesca.

Em 1897, um grupo de doze pessoas oriundas de Parati fixou-se às margens do rio Areias, fundando a comunidade da Conquista (Sousa, 2002, p. 24).

Ao final do século XIX, segundo o Censo Demográfico de 1900 (Censo do Brasil, 1905), a cidade de Parati contabilizava 7720 moradores e a região da Barra de Araquari somava 400 habitantes (Sousa, 2002).

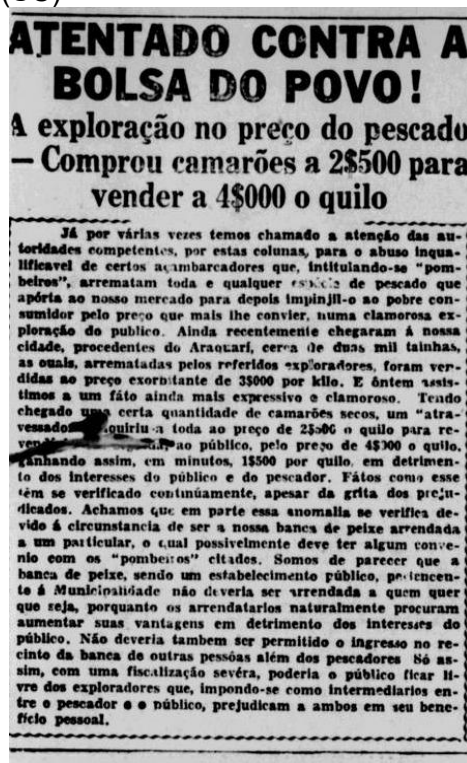
No início do século XX, a comunidade do Linguado, à época território de Parati, também começou a se desenvolver, a partir da instalação de Paulino Souza e Florência da Silva em 1921, seguida por outras famílias. A principal atividade econômica era a extração de folhas de mangue e casca de jacapirana para venda aos curtumes de Joinville. No entanto, o fechamento do Canal do Linguado, em 1935, levou ao fim dessa atividade e à intensificação da pesca, pois com a obstrução do canal, o barco que coletava o material não pode mais passar (Sousa, 2002, p.36).

Enquanto família chegavam e aos poucos se instalavam no vilarejo, a agricultura ganhou força, principalmente com o plantio da mandioca. Conforme Sousa (2002), em 1929 esse mercado emergiu devido ao trânsito de armadores pelo Canal do Linguado que compravam o produto para revender. “Em decorrência dessa demanda, rapidamente três novos engenhos de farinha surgiram nas redondezas” (Sousa, 2002, p. 38).

Além dos produtos agrícolas, houve também o aumento da produtividade do pescado, porém havia dificuldades para sua comercialização local. Na década de 30, alguns pescadores passaram a atuar como intermediários entre os produtores e o mercado urbano. Essa prática, conhecida entre eles como a função de “bombeiro”, consistia na compra do peixe *in natura* diretamente dos pescadores e sua revenda em Joinville (Sousa, 2002). Entre os que exerciam essa atividade estava João Teixeira, o Janga, atualmente com 88 anos.

Além de mim, o seu Nazário Mendes, também fazia isso. Ele puxava o peixe. (...) Nós comprava baratinho, né? Carregavam as canoas e remavam pro Linguado. Chegava lá, passava o peixe, tudo em balaio, cesto. Depois passava a canoa por cima do trilho, do outro lado, como é ali, como tá lá. (...) E carregava de novo. Esperava o nordestinho na Ilha do Mel e botava vela, e ajudava. 5 horas da tarde, por aí, chegava no Mercado Municipal” (Teixeira, 2025).

Figura 32 – Reportagem sobre o preço do pescado em Joinville, recorte do Jornal A Notícia, de 1 de julho de 1941. Joinville (SC)



Fonte: <https://memoria.bn.gov.br/> Acesso em 10 abr 2024.

Contudo, ao que tudo indica, a grafia mais apropriada para essa função seria “pombeiro” — termo que, segundo o dicionário Infopedia (2025), refere-se a um vendedor ambulante de pombos, mas que no contexto regional passou a designar o revendedor de peixes. Essa designação também aparece em registros históricos, como uma nota publicada no jornal *A Notícia* em 1º de julho de 1941 (figura 32), que mencionava o alto preço do peixe e do camarão vendido no Mercado Público de Joinville, sugerindo que o proprietário da banca tinha convênio com um “pombeiro”.

A precariedade do comércio era agravada pelas longas e exaustivas jornadas exigidas para transportar o pescado até Joinville. Os relatos apontam para um processo rudimentar e penoso de logística, feito inteiramente com força humana e embarcações à vela ou remo, em um esforço que envolvia múltiplas etapas de carga

e descarga, inclusive com a travessia do Canal do Linguado. O pescador Nazário Praxedes confirma esse cenário:

O transporte dos peixes era de canoa a remo daqui para Joinville, depois que fizeram o Linguado, a banda de cá do Linguado. Descarregava tudo novamente, dava trabalho, descarregava tudo, passava a canoa, pagava gente ali para ajudar, dava um peixe para um, peixe para outro, depois que passava a canoa, passavam os peixes todos e carregavam, depois iam descarregar no Mercado de Joinville” (Praxedes, 2003).

No caso do camarão, Carvalho (2025) relata que ele era previamente cozido antes de ser transportado para Joinville, o que ajudava a conservar o produto durante a longa viagem. Como o deslocamento até o Mercado Público exigia grande esforço físico e tempo, os pescadores costumavam pernoitar no próprio mercado, que oferecia acomodações improvisadas para esses trabalhadores.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, Teixeira (2025) recorda com orgulho que os pescados vindos da Barra do Araquari eram muito valorizados pela população joinvilense e, por isso, vendidos com rapidez.

Esses depoimentos evidenciam não apenas a criatividade e resiliência dos pescadores diante da falta de infraestrutura, mas também a informalidade e vulnerabilidade que marcavam o comércio de pescado em Balneário Barra do Sul nas décadas anteriores à modernização dos meios de transporte e armazenamento.

Aos poucos, a modernidade chegava à vila de pescadores. Em 1940, o “bombeiro” Nazário Pantaleão Mendes comprou o primeiro motor de centro¹¹ à gasolina. Alguns anos depois, em 1948, os irmãos Pereira adquiriram o primeiro caminhão para fazer o transporte, mesmo com a estrada precária (Sousa, 2002).

Nesta época, os pescadores artesanais da então Barra do Araquari eram vinculados à Colônia de Pescadores Z1, sediada em São Francisco do Sul. Segundo nota publicada no jornal A Notícia, em agosto de 1941 (figura 34), havia grande insatisfação por parte dos pescadores da vila quanto à gestão do então presidente da colônia, Ismael July Ozório.

O descontentamento foi formalizado por meio de uma carta enviada ao comandante Raja Gabaglia, capitão do Porto de São Francisco do Sul, cujo teor foi publicado no periódico (figura 33). O documento, assinado por 45 pescadores (encabeçado pelo pescador Nazário Pantaleão Mendes), solicitava a substituição do

¹¹ Motor de centro era um motor alimentado à gasolina, instalado no centro da embarcação.

dirigente, alegando a necessidade de alguém mais digno da confiança da comunidade: “cortar o mal pela raiz e substituir o senhor July por uma pessoa em quem pudessem depositar a boa-fé de homens simples” (A Notícia, 1941).

Figura 33 – Carta de pescadores ao comandante Raja Gabaglia. Recorte do Jornal A Notícia de 30 de agosto de 1941. Joinville (SC)



Fonte: <https://memoria.bn.gov.br/> Acesso em 10 abr 2024.

Em 1943, a vila então conhecida por Araquari ou Barra do Araquari, perdeu o domínio do nome quando por meio da Lei Estadual 941 de 31 de dezembro (Arquivo Público de Santa Catarina, 1989), o município de Parati passou a chamar-se Araquari. Com isso, a nomenclatura aos poucos foi sendo alterada pelos moradores que habitavam na outra margem do Canal do Linguado, conhecida por “Gupeva”, que ao se referirem à vila a mencionavam como “Barra do Sul” (Sousa, 2002).

Essa informação pode ser confirmada ao verificar o Certificado de Reservista do pescador Jetel Mendes (figura 34), alistado no ano de 1949, cujo local de residência era “Barra do Sul em Araquari (SC)”.

Figura 34 – Recorte do Certificado de Reservista de Jetel Mendes. São Francisco do Sul, 1949.

Cmt. do corpo ou enere da formação de serviço

C) MOBILIZAÇÃO CYRO DENTICE CALDAS
MAJOR CHEFE DA 16a. CR.

Destino de mobilização..... Seção Mob. n.....

Residência Barra do Sul (Cidade e, se possível, rua e número) (5)

Em caso de mobilização deverá apresentar-se { Cidade (lugar)..... (5)
Centro de Mobilização n..... (5)
No..... dia de mobilização (5)

(5)..... Florianópolis..... 8 de janeiro de 1954

(a) Cyril de Jesus

Fonte: Acervo de Sabrina Hille Castanho

Foi na década de 1950 que se iniciou a abertura da estrada que ligaria a pequena vila da Barra do Sul à BR-280. A obra foi idealizada por proprietários de terras na região, interessados em valorizá-las e comercializá-las — objetivo que dependia diretamente da melhoria no acesso à localidade. O ex-prefeito Miguel Tito Rosa (2003) lembra que, ao chegar à vila, nesse mesmo período, “não tinha luz, não tinha estrada, não tinha nada, era uma vilazinha de pescadores.”

As lembranças de Luiz (2003), que também chegou à vila nessa época, reforçam a imagem de um lugar simples, com poucos moradores, todos pescadores e interligados por laços de vizinhança e necessidade. Ela descreve:

O pessoal era pobre, só viviam da pescaria, e a pescaria não era de canoa a motor, eram aquelas canoas à remo, os coitados saíam de madrugada de casa para voltar mais tarde com aqueles peixinhos dentro do balaio, remando. Peixe não tinha pra quem vender, nem tinha comprador para os peixes, traziam aqueles peixes, tinha que escalar, secar para vender depois de seco ou senão embarcar numa canoinha para Joinville (Luiz, 2003).

Essas condições refletem a precariedade não só da atividade pesqueira, mas do comércio local como um todo, marcado por dificuldades de escoamento, ausência de compradores e um sistema de trocas informal.

João Teixeira, o Janga, complementa essa memória ao descrever o modo de vida da época. Segundo ele, as moradias eram muito simples: “choupaninhas de palha, com chão batido e pra fazer comida, pendurava no arame um cadeirão. Era assim que funcionava a Barra” (Teixeira, 2025).

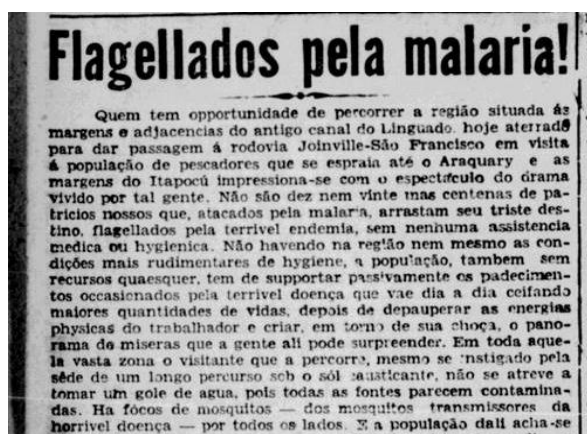
Já Souza (2002) menciona que a mobília também era improvisada, com caixotes de madeira servindo de armários e tarimbás (espécie de beliche fixado na parede) como camas. Ainda conforme o autor, esse tipo de construção foi

desaparecendo gradualmente, e a partir de 1929 já se observava a substituição por casas de madeira e telhas de barro.

A iluminação era rudimentar: usavam lamparinas artesanais abastecidas com óleo de baleia, mais tarde substituído por querosene trazido de Joinville (Sousa, 2002; Luiz, 2003). Os mantimentos não produzidos na própria vila chegavam por meio de canoas ou carroças vindas de municípios vizinhos. Luiz (2003) relata que ela e seu marido transportavam peixe seco até São João do Itaperiú, onde trocavam por itens como café, feijão e açúcar.

Diante da precariedade das estradas, o acesso a serviços básicos de saúde era quase impossível. Uma nota publicada no jornal A Notícia, em 1941 (figura 35), retrata o drama vivido pelos moradores dessa região com a falta de assistência médica quando um surto de malária deixou centenas de pessoas doentes.

Figura 35 – Recorte do Jornal A Notícia com matéria sobre surto de malária. Araquari, 23 de abril 1941



Fonte: <https://memoria.bn.gov.br/> Acesso em 10 abr 2024

Nessas condições, a comunidade recorria às benzedeiras e parteiras. Praxedes (2003) relata que “benziam diversas coisas, de zipra, [erisipela] reumatismo, cobreiro, benziam de bicheira em animal, benziam de sangue.”

Luiz (2003) acrescenta que os benzimentos também se estendiam à picada de cobra e quebrante. Além disso, algumas mulheres da comunidade desempenhavam o papel de parteiras, acompanhando os nascimentos com coragem e sabedoria tradicional. Segundo Luiz (2003, p. 3), eram “mulherzinhas de mais idade que acudiam as outras só com as mãos e a coragem, mas davam conta, graças a Deus, nunca morreu nenhuma criança nas mãos delas. Praxedes (2003,) reforça dizendo que “faziam com benzimento, esfregação, como fazem massagem agora e tudo e graças a Deus...nas mãos dos médicos morrem!”

Figura 36 – Vista aérea da entrada do Rio Perequê pelo Canal do Linguado, em Balneário Barra do Sul (SC). Década de 1940.



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/916826688352758>. Acesso 10 abr 2024.

A inauguração da estrada em 1953 foi motivo de alívio e esperança para os moradores, marcando o início de uma nova etapa de progresso como destacou Rosa (2003, p.2): “E aí foi feita a estrada e começou a desenvolver o município”. Contudo, para maior agilidade e resultados a construção da via utilizou materiais retirados dos sambaquis do Tetequera e da Barroca hoje reconhecidos como importantes sítios arqueológicos (Sousa, 2002). Nove anos depois, uma estrada até a localidade da Barra do Itapocu foi aberta, mas apenas para tráfego de pedestres e veículos de tração animal.

Mesmo com a abertura da estrada o comércio dos pescados ainda era difícil e os produtos ficavam restrito à troca interna ou venda aos “bombeiros”. O pescador Ozório Carvalho (2025), atualmente com 80 anos e ainda na ativa, sendo o pescador mais idoso em atividade na cidade, relata que antigamente tudo era mais difícil,

mesmo tendo abundância de peixe, mas não tinha para quem vender. Uma de suas memórias revela a dificuldade de comercialização do pescado:

Uma vez fui com o Mazuco (um amigo de seu Ozório) dar uma tarrafada e peguei umas tainhas. E agora? Vender pra quem esse peixe? Nem comprador tinha. Então fui no negócio de bolo do seu Joca. Seu Joca tinha uma padaria. Aí fomos falar com ele, aí dizia ele pra nós: ‘rapaz não adianta eu comprar de vocês e ficar com esse peixe aí’. Aí ficamos, sentado na frente da padaria. Aí a mulher dele veio, a dona Belica, e perguntou queria trocar com pão, com essas coisas. Eu disse: ‘olha, mulher, não fala outra vez’. Nós estávamos com fome mesmo (Carvalho, 2025).

Carvalho (2025) também recorda a presença dos grandes peixes, conhecidos como Robalão, que passavam pelo rio Perequê, mas que muitas vezes não eram pescados por falta de compradores. Além dos peixes, o camarão também era encontrado em abundância. No entanto, sem eletricidade para conservar os produtos — já que não havia geladeira ou gelo disponível —, os pescadores enfrentavam dificuldades para manter os alimentos frescos.

Então, em 1957, o senhor Umbelino Aniceto da Costa, vindo de Penha, implantou a primeira "salga" da vila, oferecendo uma alternativa de conservação e comercialização (Sousa, 2002). Souza (2003) lembra que esse empreendimento foi um marco importante, pois o proprietário da salga comprava o camarão de todos os pescadores da comunidade.

Pegava o camarão de todo mundo. Ai tinha uns tachos grandes, cozinhava o camarão e o colocava para as mulheres descascar, muitas mulheres descacava. Tinha época que as mulheres não venciam descascar e ficava para outro dia. Depois lavava e já salgava, colocava sal e misturava hoje e amanhã vinha e salgava outravez. Ele ficava bem escorridinho. Empacotava por quilo e levava para São Paulo” (Souza, 2003, p.15).

Foi nesse momento que se popularizou a designação “descascadeira”, mulheres que durante o dia trabalhavam nas salgas e cujo provento eram “fichas coloridas” aceitas nos pequenos comércios locais com o valor vigente (Sousa, 2002, p.62). O número de salgas foi aumentado, e cada uma adotava uma cor de ficha para realizar o pagamento das mulheres.

Souza (2003) afirma que os proprietários das salgas eram corretos com o pagamento, “se descascava 10 quilos, ganhava 10 fichas e no final do mês trocava por dinheiro”.

Figura 37 – Cartão Postal, Balneário Barra do Sul (SC), 1952



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/916826688352758>. Acesso 10 abr 2024.

Na década de 1950, Barra do Sul já era reconhecida como uma vila de pescadores. No entanto, a categoria ainda estava vinculada à Colônia de Pescadores Z-1, sediada em São Francisco do Sul. Essa dependência dificultava o atendimento das demandas específicas da comunidade local, que crescia em número de famílias e em importância no cenário pesqueiro regional.

Foi nesse contexto que, mesmo sem possuir autonomia municipal, foi fundada, em 3 de novembro de 1963, a Colônia de Pescadores Z-3 de Barra do Sul, “com o objetivo de organizar e fortalecer a classe pesqueira local” (Sousa, 2002, p. 69).

A criação da Z-3 representou um marco na história da vila, pois possibilitou maior representatividade aos pescadores, acesso a benefícios previdenciários, financiamentos e maior autonomia na gestão das atividades pesqueiras. Na eleição para a primeira diretoria, duas chapas concorreram (Azul e Rosa), saindo vitoriosa a Chapa Azul, liderada por Jetel Mendes, que recebeu 114 votos de um total de 136 votantes. A diretoria eleita foi empossada no dia 17 de novembro

daquele ano, para um mandato de três anos, ao final do qual foi realizada nova eleição (Sousa, 2002).

Em 2025, a Colônia de Pescadores Z-3 completa 62 anos de atuação ininterrupta, sendo uma das instituições mais antigas da comunidade e símbolo da luta e da organização dos pescadores artesanais locais.

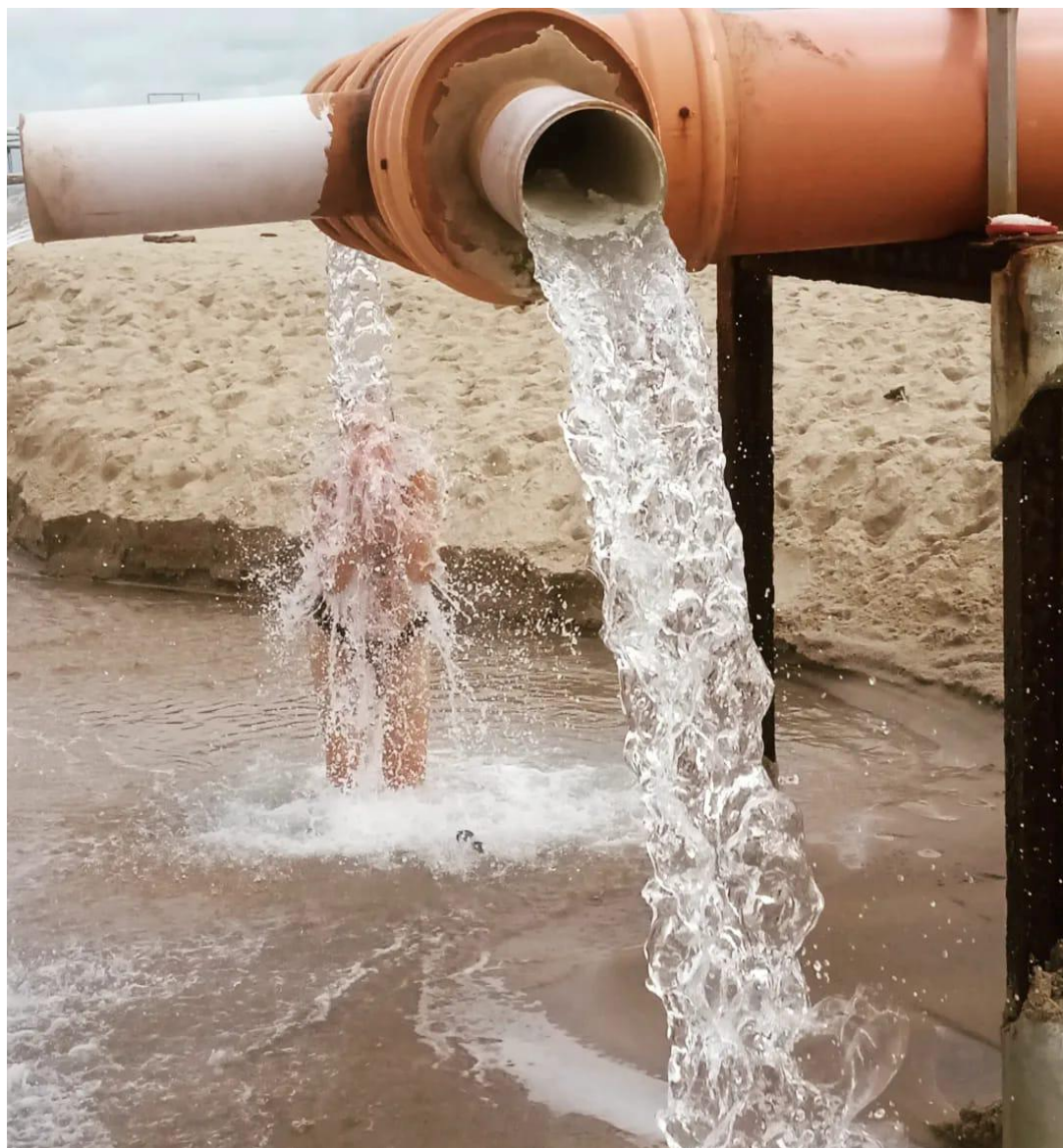
Para o ex-prefeito Miguel Tito Rosa (2003), o verdadeiro início do desenvolvimento de Barra do Sul se deu com a chegada da eletricidade, em 1965. A ocasião foi marcada por uma grande inauguração, que contou com a presença de importantes figuras políticas, como o então candidato ao governo do Estado, Ivo Silveira, o prefeito de Araquari, Higino Aguiar, e o deputado federal Lauro Carneiro de Loyola, considerado o principal responsável pela conquista (Sousa, 2002, p. 73).

Apesar da relevância da obra, o fornecimento de energia ainda era bastante rudimentar. Segundo relatos, um interruptor foi instalado inicialmente em uma residência particular, o que gerava transtornos quando os moradores se ausentavam — nesses casos, toda a vila ficava às escuras por não haver ninguém para acionar o equipamento. A situação só foi parcialmente resolvida quando o interruptor foi transferido para o posto de gasolina local (Sousa, 2002).

O bairro Salinas teve início em 1967, com a instalação de um projeto-piloto de extração de sal liderado pela Indústria Klabin de Papel e Celulose. Contudo, após três anos, constatou-se a inviabilidade do projeto (Sousa, 2002). Nesse contexto, o químico Reinaldo Spitzner percebeu o potencial da água do mar para a produção de derivados de magnésio. Sousa (2002, p. 25) relata que, “por falta de interesse da Klabin, o terreno e as instalações foram vendidos em 1970 à empresa Buschele & Lepper”.

A extração de magnésio em Balneário Barra do Sul tornou-se pioneira no Brasil, utilizando a água do mar como fonte principal. Segundo a Bel Mag (2022), Spitzner “testou as águas marinhas em vários pontos da costa brasileira, encontrando na praia de Salinas as melhores propriedades para a obtenção do magnésio”. Atualmente, um dos locais preferidos para banho dos moradores e turistas é a Bica (figura 38), uma tubulação com saída de água localizada nos fundos da empresa Buschele & Lepper.

Figura 38 – A Bica localizada na praia da Salinas, em Balneário Barra do Sul. 2023



Fonte: www.facebook.com/photo/?fbid=136080516061484&set=pcb.2783513685112. Acesso em 20 de abr. 2025.

Durante a administração do ex-prefeito Miguel Tito Rosa duas importantes ações foram feitas em Barra do Sul. Em 1978 foi realizada a terraplanagem da estrada que fazia a ligação da vila com Itapocu e consequentemente à BR-101 e em 1979 foi implantado um posto telefônico. Rosa (2003) recorda que para fazer a obra da estrada “conseguiu um Aciso¹² que é uma cooperação que o Exército dá aos municípios pequenos, então, aqui, essa estrada eles vieram ajudar a fazer.”

¹² As Ações Cívico Sociais (ACISO) são definidas como um conjunto de atividades de caráter temporário, episódico ou programado, de assistência e auxílio às comunidades promovendo o espírito cívico e comunitário na população atendida. As ACISO abrangem várias vertentes tanto na área assistencial quanto de infraestrutura. (Santo, 2019)

Figura 39 – Vista aérea de Balneário Barra do Sul (SC), década de 1970



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/916826688352758>. Acesso 10 abr 2024.

Com o passar das décadas, Barra do Sul passou a apresentar sinais concretos de crescimento urbano e socioeconômico. Já contava com estradas que a ligavam a outros municípios, posto telefônico, fornecimento de energia elétrica, comércio local ativo, unidades de salga de pescado, além de suas belas praias e paisagens naturais exuberantes, que preservavam o charme rústico da vila. A melhoria dos acessos viários contribuiu significativamente para o aumento do fluxo de visitantes, muitos dos quais se encantavam com o cotidiano simples e autêntico de uma comunidade tradicionalmente pesqueira.

Esse processo gradual de desenvolvimento culminou, em 22 de dezembro de 1981, na criação oficial do distrito de Barra do Sul, conforme a Lei Municipal nº 600, posteriormente homologada pela Lei Estadual nº 6.061, em 13 de maio de 1982.

Um aspecto curioso — e que inclusive dificultou o andamento desta pesquisa — é o fato de o cabeçalho da referida Lei Municipal nº 600 apresentar uma descrição incompatível com o seu conteúdo. O título da lei trata da doação de um terreno para a construção de um hospital, conforme segue: “altera o artigo 1º da Lei nº 363/68, que autoriza o poder executivo a doar área de terreno de propriedade da Prefeitura Municipal, para o governo do Estado de Santa Catarina, para construção de um hospital.” Tal divergência documental levanta questionamentos sobre a organização e conservação dos registros legislativos do período.

A chegada do progresso também transformou significativamente a vida dos pescadores artesanais de Barra do Sul. Com o desenvolvimento do distrito, que já contava com posto de combustível, as tradicionais canoas movidas a remo e vela foram gradativamente substituídas por embarcações motorizadas — inicialmente com motores a gasolina e, posteriormente, a diesel. Esse processo de modernização também alcançou a fabricação de embarcações, que passaram a ser construídas na própria vila, como será abordado mais adiante.

No entanto, o crescimento da atividade pesqueira trouxe consigo novos desafios. O aumento do número de embarcações que saíam diariamente para o mar evidenciou um problema antigo e recorrente: a instabilidade da Boca da Barra. O acesso, que liga a lagoa (Canal do Linguado) ao mar, sofria com o assoreamento e o constante fechamento, dificultando a navegação e colocando em risco a atividade pesqueira local.

A situação se agravou após o aterramento do Canal do Linguado, obra que comprometeu profundamente o fluxo das águas e alterou a dinâmica costeira da região. Rosa (2003) é enfático ao afirmar: “o aterro do Canal do Linguado prejudicou muito a Barra do Sul, porque aí a barra veio a fechar.”

A vários anos os pescadores barrasulense vinham enfrentando sérios problemas no deslocamento ao mar, visto que a Boca da Barra se fechava frequentemente, em função da obstrução do Canal do Linguado (Sousa, 2002, p.86).

Figura 40 – Boca da Barra fechada. Balneário Barra do Sul (SC), década de 80



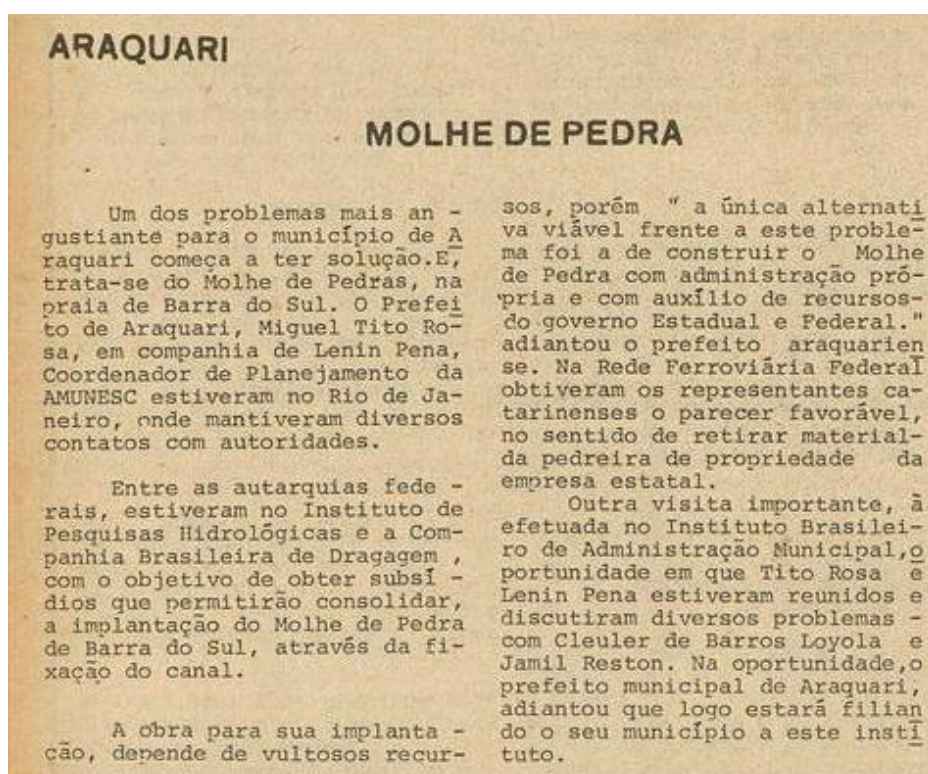
Fonte: <https://www.facebook.com/groups/916826688352758>. Acesso em fev 2025.

Diante dessa realidade, em 1981, o então prefeito de Araquari, Miguel Tito Rosa, iniciou articulações para captar recursos destinados à construção de um molhe de pedras na Boca da Barra. A intenção era estabilizar a abertura do canal, garantindo a navegabilidade e segurança dos pescadores artesanais, além de impulsionar a economia local dependente da pesca.

A obra do molhe representava, assim, mais do que uma solução técnica: simbolizava o reconhecimento da importância social e econômica da atividade pesqueira tradicional, ao mesmo tempo em que marcava uma nova etapa no processo de urbanização e infraestrutura da comunidade.

Conforme matéria publicada no jornal Hora H (figura 41), a mobilização política em torno da obra foi decisiva para sensibilizar os órgãos estaduais e federais sobre a urgência da intervenção. Em 1982 foi inaugurado os molhes de pedra, com a passagem da canoa Girassol do pescador Ademar Cunha (Sousa, 2002) (figura 42).

Figura 41 – Matéria sobre busca de recursos para a construção do molhe de pedras. Recorte do Jornal Hora H. Joinville, 1981



Fonte: <https://memoria.bn.gov.br/> Acesso em 06 mai. 2025.

Figura 42 – Trabalhos na abertura dos molhes de pedra. Balneário Barra do Sul (SC), década de 80



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/916826688352758>. Acesso em fev 2025.

Enquanto se discutira a construção do molhe de pedras, o pescador João Joaquim Teixeira (Janga) realizava um sonho de ter uma peixaria e dessa forma ajudar os pescadores locais pois comprava o pescado e levava para vender em Joinville. Em 1981, foi inaugurada a Peixaria da Barra e, segundo Teixeira (2025), a peixaria ficou famosa e o nome foi estrategicamente escolhido para evidenciar que o produto vinha de Barra do Sul.

Com o crescimento contínuo do distrito, a Prefeitura de Araquari instalou, em 1984, uma Intendência em Barra do Sul, cuja função era administrar localmente os assuntos da comunidade. A partir dessa estrutura administrativa, novos empreendimentos foram implantados, como agência dos correios, cartório e um posto bancário do BESC (Sousa, 2002), fortalecendo o caráter urbano da vila de pescadores.

Com isso, o distrito passou a ser cada vez mais conhecido na região, especialmente por ser o balneário mais próximo de Joinville e Araquari, atraindo veranistas que escolhiam suas praias para passar as férias. Além do apelo turístico, a tradição pesqueira de Barra do Sul já era amplamente reconhecida.

Um dos atrativos mais comentados da época eram as areias monazíticas, especialmente na Praia da Salinas. Há registros históricos informais e testemunhos populares que associam o contato com essas areias à cura de diversas doenças (Orlando, 2023).

O termo monazita deriva do grego (monazein), significa estar sozinho, em alusão à raridade do mineral. A monazita é um fosfato de terras raras e tório essencialmente (Ce, La, Y, Th) PO₄, que são assim associados a outros minerais resistentes e pesados, como magnetita (fórmula ideal Fe₃O₄), a ilmenita (FeTiO₃), rutilo (TiO₂) e zircão (ZrSiO₄) (Orlando, 2023).

Além das praias, outro destaque visual do cenário local eram as grandes dunas, que chamavam a atenção de quem chegava à vila — elas estavam localizadas onde hoje se encontra o centro da cidade, como lembram Praxedes (2003) e Mendes (2025).

Outra atração bastante querida pelos moradores e visitantes era o banho na chamada “lagoa” — o Canal do Linguado — onde muitos se divertiam acompanhados do Boto, um animal que ganhou carinho e notoriedade entre os frequentadores daquelas águas (figura 43).

Figura 43 – Banhista na “lagoa” acompanhado do boto, em Balneário Barra do Sul (SC), década de 80



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/916826688352758>. Acesso em fev. 2025.

À medida que Barra do Sul tomava forma de cidade, intensificaram-se as discussões em torno de sua emancipação política, com base na Lei Complementar Federal nº 1/1967, que “estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios”. Em 1989, foi criada uma comissão emancipadora, e, ainda naquele ano, foi encaminhado à Câmara dos Deputados o pedido para tramitação do projeto de emancipação (Sousa, 2002).

Com amplo apoio da população barrasulense, o plebiscito realizado em 1990 resultou favorável à criação do novo município. A tão esperada emancipação foi oficializada em 9 de janeiro de 1992, com a sanção da Lei Estadual nº 8.521, que elevou o distrito de Barra do Sul à categoria de município. Porém, não era este o nome que a Comissão Emancipadora havia protocolado da Câmara dos Deputados e poucos meses depois, em maio de 1992, a Lei Estadual nº 8.593 alterou a nomenclatura oficial para Balneário Barra do Sul.

A emancipação política representou um marco fundamental para a comunidade local, pois possibilitou maior autonomia na gestão dos recursos públicos, no planejamento urbano e no direcionamento das políticas voltadas às necessidades específicas da população.

Em 1992, ocorreu a primeira eleição municipal direta em Balneário Barra do Sul, com a participação de 2.945 eleitores (Sousa, 2002). Em 2024, o número de votantes aumentou para 9.019, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), representando um crescimento de aproximadamente 206% em relação a 1992 (TSE, 2025).

A bandeira oficial de Balneário Barra do Sul (figura 6) foi criada apenas em 2 de março de 1994, por meio da Lei Municipal nº 60. Sua composição simbólica expressa elementos centrais da identidade local: na parte superior, uma faixa vermelha representa a vitalidade do município; na parte inferior, uma faixa azul simboliza o mar, os rios, a lagoa e as riquezas naturais dessas águas; ao centro, uma faixa branca com entrelaçamento preto representa uma rede de pesca, instrumento fundamental do trabalho artesanal dos pescadores da região.

Dias depois, o brasão municipal foi regulamentado pela Lei nº 57, com forte ênfase na pesca como principal base econômica. A descrição do brasão, presente no artigo 2º da referida lei, apresenta os seguintes elementos:

§ 1º - Seis (06) estrelas em cor amarelo ouro, simbolizando as comunidades do Linguado, Conquista, Pinheiros, Costeira, Salinas e Brasília. § 2º - Muro de pedras em cor cinza, simbolizando os molhes de pedras, que dá acesso ao mar. § 3º - Os símbolos da Indústria, em cor amarelo ouro e do comércio, em cor branca. § 4º - O sol em cor amarelo ouro estilizado, simbolizando a fartura, a luz divina e a riqueza. § 5º - A Ilha dos Remédios em verde musgo, simbolizando um dos principais pontos turísticos do Município. § 6º - Um barco nas cores vermelho, branco e cinza, simbolizando o meio de transporte do pescador, uma das maiores fontes de renda do Município, que é a pesca. § 7º - O mar, representado por três (03) ondas na cor azul médio, simbolizando a fonte da maior riqueza do Balneário. § 8º - A silhueta de um atleta segurando uma prancha, simbolizando a potencialidade do Município para a prática de esportes náuticos. § 9º - Areia na cor amarelo ouro, simbolizando sua riqueza medicinal. § 10 - Dois ramos na cor verde musgo, simbolizando a agricultura. § 11 - Um símbolo representativo da tradição açoriana e pecuária (Balneário Barra do Sul, 1994).

A leitura atenta da descrição legal do brasão permite observar dois pontos significativos. O primeiro é que, embora as figuras do pescador e da descascadeira estejam representadas visualmente no brasão, elas não são mencionadas nos parágrafos que descrevem oficialmente seus elementos — uma omissão relevante, considerando o protagonismo desses personagens na tradição pesqueira de Balneário Barra do Sul.

O segundo ponto é a presença da silhueta de um surfista segurando uma prancha — um elemento raro nas normas da heráldica tradicional, geralmente voltadas a símbolos agrícolas, religiosos ou militares. A inclusão dessa figura esportiva destaca um aspecto contemporâneo da identidade local e representa um caso singular na iconografia oficial dos municípios brasileiros.

Após 33 anos de sua emancipação política, Balneário Barra do Sul conta com uma única empresa de grande porte instalada: a Buschele e Lepper Mag, responsável pela extração de magnésio a partir da água do mar. Além dela, o município abriga cerca de 12 empresas ligadas ao beneficiamento de pescado, que têm papel fundamental na economia local, promovendo a comercialização dos produtos da pesca artesanal, além de pequenas peixarias.

Paralelamente, existem ainda as pequenas salgas — unidades familiares e informais — que empregam principalmente mulheres para o beneficiamento de peixes e o descasque de camarões, reforçando a importância social e econômica da atividade pesqueira.

Dessa forma, a pesca artesanal continua sendo a principal base econômica de Balneário Barra do Sul, sustentando famílias, moldando a cultura local e impulsionando o desenvolvimento da cidade.

No setor do turismo, Balneário Barra do Sul oferece aos visitantes diversas opções de praias para banho, cada uma com características e histórias próprias. Entre elas estão a Boca da Barra e a Lagoa do Maria Fernanda, ambas localizadas às margens do Canal do Linguado. Há também o Point da Dô, nome que faz referência a uma antiga lanchonete do local; a praia do Bispo, assim chamada em alusão à casa do bispo Dom Gregório Warmeling, que existia ali até ser destruída por uma ressaca do mar; e a praia da Picama, cujo nome se originou de uma trilha (ou “picada”) que os surfistas usavam para atravessar a restinga e alcançar o mar.

Além das praias, outros atrativos naturais incluem a Bica, já citada anteriormente, e as ilhas da região — com destaque para a Ilha dos Remédios, a mais procurada para passeios e banhos.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Balneário Barra do Sul possui uma população de 14.912 habitantes. Em comparação com o censo anterior, de 2010, que registrava 8.430 moradores, observa-se um crescimento populacional

expressivo. Esse aumento acompanha a expansão do eleitorado e reflete o desenvolvimento gradual do município (IBGE Cidades, 2025).

3.5 Memórias do tempo da caça à baleia em Barra do Sul

Foi no ano de 1954 que chegou à vila de Barra do Sul um grupo de baleeiros procedentes de Imbituba, com o objetivo de explorar a pesca da baleia na região (Sousa, 2002). Após a saída de dois membros do grupo, surgiram vagas que foram oferecidas a pescadores locais. Segundo Souza (2003), ele e seu amigo Jetel Mendes, movidos pela curiosidade de conhecer essa modalidade de pesca, aceitaram o convite e, já na primeira saída com os baleeiros de Imbituba, capturaram uma baleia.

Essa modalidade pesqueira trazida pelo imbitubense, diferenciava do antigo sistema das “armações”, pois não necessitava de grandes complexos industriais para o beneficiamento do cetáceo, pois o mesmo era comercializado in natura (Sousa, 2002, p.60).

Dois anos depois, entre os meses de junho e agosto, quando as baleias passavam pela região, Aristóte Souza e Jetel Mendes formaram a primeira equipe baleeira barrasulense. Salomão Castanho, filho de Jetel, lembra que seu pai foi um dos pioneiros na pesca da baleia, exercendo a função mais importante da embarcação: o arpoador (Castanho, 2025).

Segundo relatos transmitidos por seu pai, Castanho (2025) conta que eram necessárias de quatro a seis canoas motorizadas para a atividade. Ele afirma: “pescaram bastante baleia na necessidade, porque o óleo da baleia era utilizado para as construções e pra iluminação”.

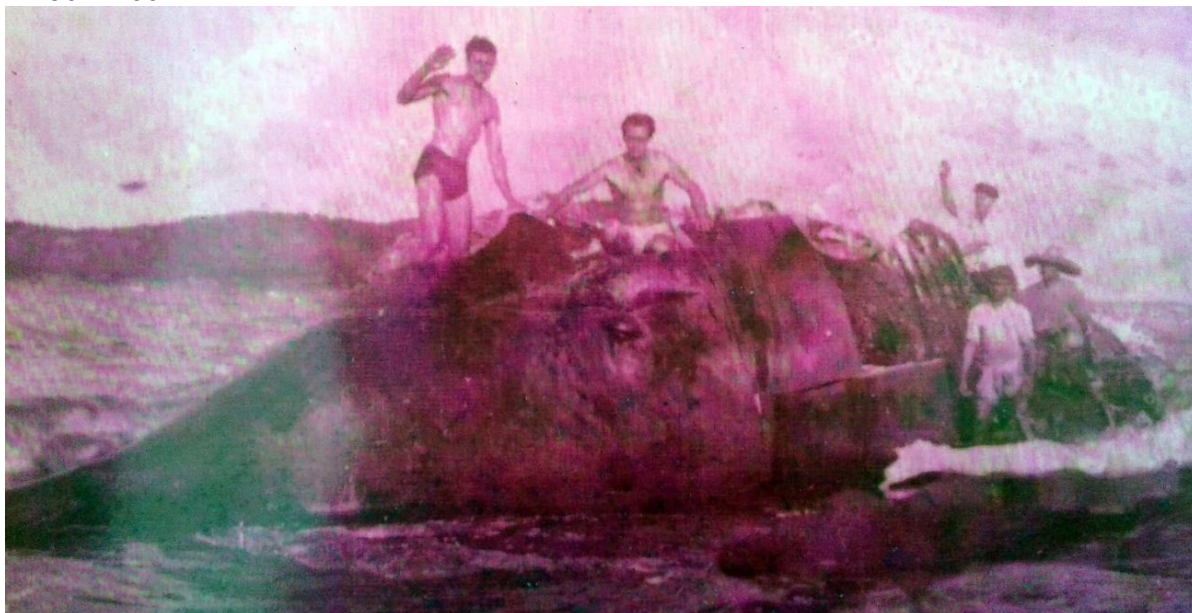
O suporte financeiro para a empreitada vinha do empresário joinvilense Hermes Gottard Kaesemodel, que custeava os acessórios necessários e posteriormente comprava o produto (Sousa, 2002).

O pescador Nazário Praxedes (2003), que integrou a equipe, relata que, ao avistar uma baleia, as canoas a perseguiram até ficarem suficientemente próximas para lançar um arpão carregado com dinamite. Após o disparo, as embarcações se afastavam e, com o auxílio de uma bateria, detonavam a carga explosiva.

Depois de morta a baleia era rebocada pelas canoas até a praia da Picama, o mais próximo possível da areia, até encalhar e ali mesmo era cortada.

Traziam até ali na praia. Quando chegava mais perto, porque ela não chegava bem na praia, ela ficava fora, na pancada, aí eles deixavam ela encalhada ali, pegavam cabos de ferro, amarravam cá em cima com paus grossos, amarravam bem amarrado e ela ficava lá. Aí eles iam com a canoa e subiam nela para cortar aquele toicinho (Luiz, 2003, p.18).

Figura 44 – baleia sendo cortada na praia da Picama, Balneário Barra do Sul (SC). Década de 50 ou 60



Fonte: Aristóte Sousa

Segundo Souza (2003), o trabalho envolvia cerca de 12 homens e podia durar até dois dias e meio. Luiz (2003) também lembra que seu marido era contratado para transportar, com carroça, os pedaços do animal da praia até o local onde a gordura era derretida. Em seguida, o produto era armazenado em barris e levado de caminhão até Imbituba (SC).

Nos casos em que o óleo era destinado a Joinville, conforme Souza (2003), os pedaços da baleia eram transportados em caminhões e derretidos ao chegar na cidade, antes de seguir para São Paulo. Ainda segundo o pescador, cada baleia podia render cerca de 100 barris de óleo. Quanto ao que se fazia com o óleo, Teixeira (2025) diz que tinha conhecimento de que ia para os laboratórios e uma parte faziam sabão.

Essa modalidade de pesca também tinha seus riscos. Teixeira (2025), que também fazia parte do grupo de baleeiros, recorda que durante um dia de pesca a canoa em que estava virou devido a movimentação das águas feita pela baleia, mas todos conseguiram se salvar.

Não se sabe ao certo quando essa modalidade de pesca foi encerrada, mas registros no jornal *A Notícia* confirmam que, ainda em 1962, a caça às baleias ocorria em Barra do Sul (figura 46).

Figura 45 – Baleia sendo cortada na praia da Boca da Barra, atual praia da Picama, Balneário Barra do Sul (SC), década de 50 ou 60



Fonte: https://www.facebook.com/groups/916826688352758?locale=pt_BR. Acesso: jan. 2025.

Figura 46 – Matéria sobre baleia morta em Barra do Sul. Recorte do Jornal A Notícia, Joinville (SC), 8 de agosto 1962



Fonte: <https://memoria.bn.gov.br/>. Acesso: 10 fev 2025.

A caça à baleia, embora realizada por um curto período, representou uma importante atividade econômica para alguns moradores de Barra do Sul durante meados do século XX, especialmente diante das condições de vulnerabilidade social e da escassez de recursos da época.

A prática, marcada por métodos rudimentares e perigosos, mobilizava grupos de pescadores em ações coordenadas que exigiam conhecimento náutico e força física. Conforme apontam os relatos orais e registros históricos, a atividade contribuiu para a subsistência de diversas famílias locais.

No entanto, com o avanço das discussões ambientais e da conscientização sobre a preservação das espécies, o Brasil passou a adotar uma política de proteção aos cetáceos, culminando na proibição da caça às baleias em 1987, através da Lei Federal nº 7.643. Desde então, a pesca baleeira foi extinta em território nacional, sendo substituída por iniciativas de conservação e turismo ecológico.

Em Balneário Barra do Sul, a pesca da baleia integra hoje o campo da memória coletiva, constituindo um capítulo significativo da história local e da trajetória dos trabalhadores do mar. A atividade, outrora marcada pela subsistência e pelas exigências físicas e técnicas da caça, cedeu lugar à contemplação e à preservação.

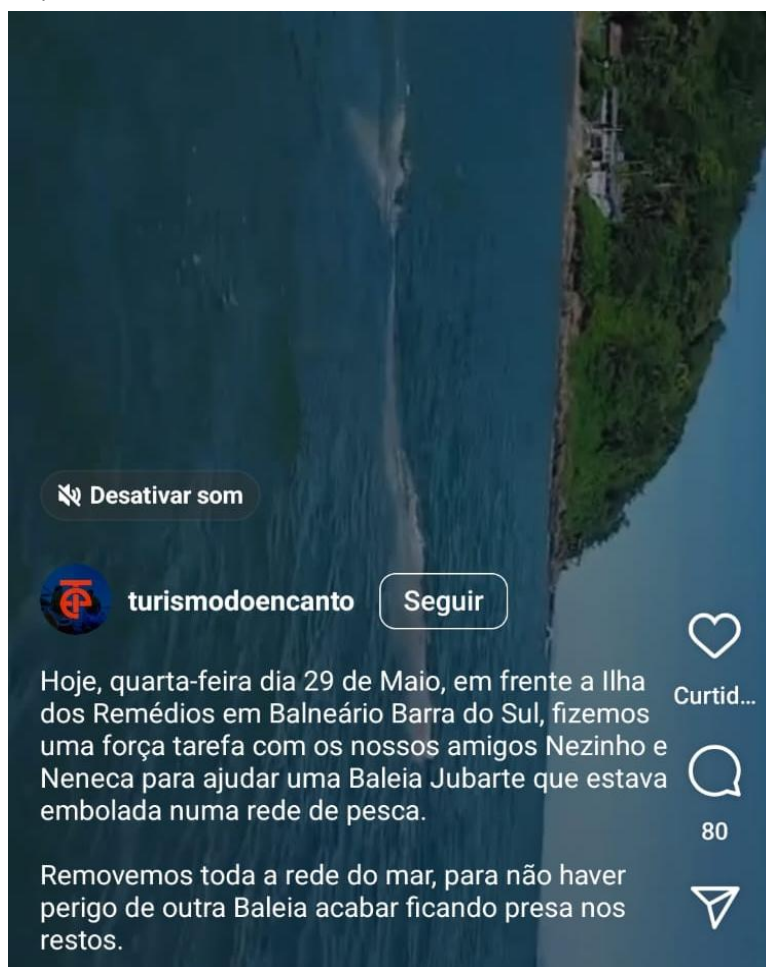
Atualmente, as baleias que margeiam a costa barrasulense durante seus períodos migratórios despertam admiração entre moradores e visitantes, especialmente entre os pescadores artesanais, que agora compartilham harmonicamente o mar com esses grandes mamíferos.

Figura 47 – Recorte de matéria do jornal NSC Total. Balneário Barra do Sul (SC). Agosto, 2023



Fonte: www.nsctotal.com.br/noticia. Acesso: 15 mai 2025.

Figura 48 – Pescadora corta rede de pesca presa acidentalmente em baleia, em Balneário Barra do Sul (SC), 29 maio de 2024



Fonte: www.instagram.com/turismodoencanto. Acesso: mai. 2025.

Em alguns casos, inclusive, esses pescadores atuam como aliados na proteção das espécies, como ocorreu em maio de 2024 (figura 48), quando a pescadora Safira (Neneca) e seu esposo intervieram para libertar uma baleia presa acidentalmente em uma rede de pesca, evidenciando uma mudança ética e cultural na relação com o ambiente marinho.

Acidentes como esse podem ocorrer, uma vez que o período migratório das baleias coincide com as grandes safras de tainha e sororoca. No entanto, não foram encontradas informações que indiquem a morte de baleias causadas por petrechos de pesca.

Além desses episódios, há registros de baleias encontradas mortas nas praias de Balneário Barra do Sul, embora as causas nem sempre estejam relacionadas à atividade pesqueira.

3.6 Feras do mar: a era do tubarão em Barra do Sul

Em Barra do Sul, a década de 1980 também foi marcada pela pesca do tubarão, conhecido entre os pescadores locais como cação. Teixeira (2025) recorda que havia abundância dessa espécie no litoral, a ponto de, ao final da colocação do espinhel¹³ no mar, os primeiros anzóis já estarem fisgados.

Castanho (2025) também relata que, ao armarem redes de espera nas proximidades da Ilha dos Remédios, era comum capturarem cações, ainda que o objetivo fosse outro tipo de peixe, como a tainha ou os peixes de pedra. (Figura 49)

Na Ilha dos Remédios nós não tínhamos rede específica para cação, mas quando nós colocávamos nossas redes lá, que era para pegar outro tipo de peixe, como a própria tainha ou peixe da pedra, de vez em quando vinha dois, três cação (Castanho, 2025).

Figura 49 – Família de Jetel Mendes (centro) com tubarão capturado na Ilha dos Remédios, em Balneário Barra do Sul, década de 1980



Fonte: Salomão Castanho

¹³ Espinhel é um petrecho de pesca que consiste em uma linha mestre, com comprimento de 200m a 1000m, amarrada a ela várias alças intercaladas a cada dois metros, e nas extremidades anzóis. O petrecho estabilizava-se com auxílio de pesos em suas extremidades, conhecidos como poitas, e catutos na extensão. (Sousa, 2002)

Apesar das capturas eventuais com redes comuns, o petrecho mais apropriado e amplamente utilizado para essa pescaria era a rede feita especificamente para o cação, composta por fios mais grossos, cabos reforçados e malhões de 30 a 35 centímetros, confeccionados artesanalmente com fio de seda (Souza, 2024).

Entre as lembranças marcantes da pesca do tubarão na memória da comunidade barrasulense, destaca-se o cação capturado pelo pescador Simão Wechter, registrado em página do jornal A Notícia (figura 50 e 51). Souza (2024) relata o impacto do episódio: o peixe era tão grande que não coube na embarcação.

O Simão pegou uma tintureira. Eu só vi uma única vez, que foi essa vez, um cação muito grande, que ele trouxe do alto-mar rebocado na canoa e parou aqui pra mostrar pra nós. Um cação muito grande! (Souza, 2024).

Figura 50 – Recorte do Jornal A Notícia sobre pesca de tubarão em Balneário Barra do Sul, 28 fevereiro de 1980



Fonte: https://www.facebook.com/groups/916826688352758?locale=pt_BR Acesso em 15 out 2024.

Figura 51 – Tubarão capturado por Simão Wechter (agachado), em Balneário Barra do Sul (SC), fevereiro de 1986



Fonte: https://www.facebook.com/groups/916826688352758?locale=pt_BR Acesso em out 2024.

Teixeira (2025) explica que, ao chegarem ao porto, o peixe era imediatamente limpo — retirava-se a lixa, a cabeça e as vísceras — para, então, ser comercializado. O fígado do cação era aproveitado de diferentes formas: derretido como combustível para iluminação (Teixeira, 2025) ou transformado em pasta medicinal para tratar feridas (Mendes, 2025). Outras partes eram utilizadas na culinária, como lembra Castanho (2025), que também destaca o uso da cabeça do tubarão para o preparo de ensopados.

Segundo Teixeira (2025), o declínio da pesca do tubarão em Balneário Barra do Sul ocorreu com o avanço da pesca industrial em larga escala, que comprometeu a sustentabilidade dessa atividade tradicional.

Desse modo, a pesca do tubarão, embora hoje extinta na prática local, integra o imaginário e a história da comunidade barrasulense, sendo um testemunho de saberes e técnicas construídas a partir da relação com o mar.

Figura 52 – Tubarões capturados em Balneário Barra do Sul (SC), década de 1980.



Fonte: https://www.facebook.com/groups/916826688352758?locale=pt_BR. Acesso em out 2024.

3.7 Elas chegaram, as tainhas!

É unânime entre os pescadores artesanais de Balneário Barra do Sul: a safra mais aguardada do ano é a da tainha. Essa preferência se justifica não apenas pelo valor econômico do pescado, mas também por todo o conjunto de práticas culturais que ela mobiliza. A preparação para a temporada começa meses antes, com o conserto e montagem dos petrechos, o preparo das embarcações e a formação das equipes.

A tainha tem um preparo, parece que ela já vem envolvendo a gente lá, quando falta três, quatro meses para começar a safra: preparar as redes, contar as histórias. Os pescadores já se reúnem em algum lugar, começam a contar a história do que aconteceu o ano passado, o ano retrasado. E um fala que a rede dele fez dessa forma, o outro

fala que fez de outra. E acho que isso já vem fazendo essa cultura (Castanho, 2025).

Os grandes lanços fazem parte da memória coletiva dos pescadores, como o registrado em 1905, quando um cardume entrou pelo Canal do Linguado e foi cercado nas proximidades da atual Praça do Canoeiro. Segundo Sousa (2002), após a contagem, somaram-se mais de onze mil tainhas. O autor relata ainda que “o urro¹⁴ das tainhas foi tão grande que o Ceará encostando a bateira atrás da rede apanhou cerca de umas trezentas que pularam dentro de sua embarcação” (Sousa, 2002, p. 27-28).

Esse foi um episódio excepcional, já que é o único registro de uma grande captura de tainhas dentro do Canal do Linguado.

Na época do arrasto da rede para a praia, segundo Teixeira (2025), conseguir uma vaga para trabalhar na pesca da tainha era um desafio, especialmente para os iniciantes. Os mais experientes tinham prioridade, e quem era aceito na equipe recebia sua parte em peixe.

Eu levava tainha pelo rabo, não tinha direito de mais nada! Às vezes dava três, quatro, quando o lanço era grande! Mas quando era pouco, era umazinha! Mas era muito gostoso, viu? (Teixeira, 2025).

Em 1962, na praia da Picama, ocorreu o maior lanço já registrado no mar barrasulense. Uma equipe de pescadores percebeu o sinal do vigia, lançou a canoa e cercou um cardume tão denso que escurecia a água.

Ao se sentirem cercados, os peixes começaram a “urrar” com tanta veemência, que o pescador Aristote de Sousa, encostando sua embarcação por trás da rede apanhou cerca de 150 deles. Após a contagem, foi apurado cerca de quinze mil peixes (Sousa, 2002, p. 67).

“Era muito gostoso, eu não esqueço daquele tempo”, lembra com saudades Teixeira (2025) sobre o arrasto para a praia.

Como forma de homenagear esse capítulo da história local, a Prefeitura construiu, em 2021, um memorial à tainha próximo ao local do grande lanço. A estátua de sete metros tornou-se um ponto turístico e atrai centenas de visitantes. (Figura 53)

¹⁴ Urro, para o pescador, é o barulho que a tainha faz na água quando se sente acuada pela rede ou assustada.

Figura 53 – Monumento da Tainha, em Balneário Barra do Sul, 2021



Fonte: Rafael Imhof

Até meados da década de 1990 o cerco com arrasto de praia ainda era praticado, mas devido a uma prática irregular na praia de Balneário Barra do Sul, que consistia em colocar ferros (âncoras) na extensão da praia para amarrar cabos das redes, técnica conhecida como “vai vai”, o método do arrasto foi encerrado pois devido aos ferros era impossível fazer o cerco e puxar a rede para a praia.

Atualmente, a pesca da tainha em Balneário Barra do Sul inicia oficialmente em 15 de maio, com a modalidade do cerco bate-bate, prática que, segundo Mendes (2025), manteve-se inalterada ao longo do tempo.

Nessa técnica, os pescadores cercam o cardume com a rede e, ao final do cerco, batem no fundo das embarcações para que o ruído assuste o peixe, fazendo com que ele corra para a malha (figura 54). Hoje, como o cerco acontece distante da praia, os pescadores utilizam foguetes para avisar a comunidade sobre a chegada de embarcações carregadas.

Figura 54 – Cerco de tainha em Balneário Barra do Sul, 2023



Fonte: Sabrina Hille Castanho

Figura 55 – Barco carregado com 3 toneladas de tainha, em Balneário Barra do Sul, 2016.



Fonte: Sabrina Hille Castanho

A importância cultural da tainha é tamanha que a Lei Municipal nº 1420/2019 proíbe fogos com poluição sonora no município, exceto durante manifestações religiosas e da safra da tainha, especialmente no trecho entre a entrada do mar e os

molhes de pedras da Boca da Barra, que onde explodem os foguetes para sinalizar a entrada da embarcação carregada.

Após a emancipação de Balneário Barra do Sul, em 1992, a 1ª Festa da Tainha foi realizada em junho de 1993, com o objetivo de celebrar a tradição pesqueira e promover a culinária local. Segundo Sousa (2002), o encerramento da primeira edição contou com um lanço realizado na praia em frente ao pavilhão, com a participação até de turistas.

Teixeira (2025) também recorda um lanço memorável feito durante uma edição da festa, que possivelmente seja o relato anterior.

“Não lembro da data. Mas tinha um parque com roda gigante, né? E a minha canoa, bem tardinha, cercou ali na ponta, em frente ao parque. E começou a berraceira e tal, e o peixe pulando. Foi muita gente, saiu tudo do parque, deixaram a roda gigante rodando cheia, mas ficou a turma na roda e não podia sair (risos). Foi muito bonito, sabe?” (Teixeira, 2025).

A Festa da Tainha, em 2024. Chegou à sua 30ª edição, tendo sido interrompida apenas em 2020 e 2021 devido à pandemia de Covid-19. Com o tempo, a festa ganhou maior estrutura e atrai milhares de visitantes, oferecendo uma programação de shows e pratos típicos como a tainha recheada.

No entanto, essa expansão também gerou críticas por parte de pescadores tradicionais. Castanho (2025) lamenta que “a Festa da Tainha migrou muito só para as apresentações, para os shows e para as coisas que não estão aqui dentro da cidade. E a cultura da cidade não aparece na festa.” O pescador ainda destaca o distanciamento entre a celebração atual e suas origens: “Uma festa muito destacada no Estado. Só que, infelizmente, no meu ponto de vista, ela é uma festa que não valoriza a verdadeira raiz.”

Por outro lado, Mendes (2025) observa que, apesar das mudanças, “a festa é a única coisa que temos para lembrar que existe a pesca da tainha aqui em Barra do Sul”. Durante o evento, inclusive, é premiada a embarcação que realizar a maior captura de tainha até a data da festividade.

Todos os anos, a safra da tainha carrega consigo não apenas expectativas econômicas, mas também sentimentos de pertencimento, memória e identidade. Embora alguns pescadores percebam uma redução na quantidade de peixe capturada, o Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira (PMAP/Univali) mostra outra realidade (ver gráfico 3). Mendes (2025) acredita que não é a

quantidade de peixe que diminuiu, mas sim o número de embarcações que aumentou.

A pesca da tainha é reconhecida como Patrimônio Cultural de Santa Catarina pela Lei Estadual nº 15.922/2012 (consolidada pela Lei Estadual nº 17.565/2018). Além disso, comunidades pesqueiras como Campeche (Florianópolis) e Bombinhas receberam o registro de Patrimônio Imaterial Catarinense, figurando no Livro I – Dos Saberes.

A pesca da tainha em Balneário Barra do Sul é muito mais que uma prática econômica: ela mobiliza afetos, saberes e práticas coletivas. Ainda que a festa perca parte de sua identidade ao se adaptar às exigências do turismo, a tradição permanece viva na memória dos pescadores. A espera, a busca pelo peixe e os lanços que continuam a acontecer a cada safra, renovam os vínculos do pescador com a tradição da pesca da tainha.

3.8 O fechamento do Canal do Linguado

Em 1907, com o objetivo de facilitar o transporte ferroviário até o porto de São Francisco do Sul, iniciaram-se as primeiras intervenções no Canal do Linguado. Primeiro, o braço norte do canal, com cerca de 600 metros, foi aterrado; em seguida, o braço sul, entre a Ilha João Dias e o continente, com aproximadamente 400 metros, foi parcialmente fechado (Mesquita, 2020).

No braço sul foi instalada uma ponte metálica com eixo giratório, para permitir a passagem de embarcações. Com o tempo, entretanto, a estrutura passou a apresentar falhas, provocando inclusive acidentes ferroviários. Como solução, o presidente Getúlio Vargas assinou, em maio de 1933, o Decreto n.º 22.749, autorizando o aterro definitivo do canal. Em 1935, o Canal do Linguado estava totalmente fechado.

Entretanto, já em 1908, surgiram rumores de que todo o canal seria aterrado. Segundo noticiado pelo jornal *Commercio de Joinville* à época, cerca de 700 famílias que viviam na localidade do Linguado seriam prejudicadas com o fechamento (figura 56). O canal era uma importante rota de navegação e deslocamento tradicional, utilizada por pescadores locais e viajantes. Canoas, botes, lanchas e vapores navegavam pelo Linguado, ligando cidades do sul do Estado a Joinville e Paraty.

Figura 56 – Reportagem publicada no Jornal Commercio de Joinville sobre possibilidade de fechamento do Canal do Linguado. Joinville, 30 de maio de 1908.

Anno IV.	Assinatura Anno 8\$000 Semestre 4\$000	Joinville, 30 de Maio de 1908	
----------	--	-------------------------------	--

Aos nossos Assignantes

Estamos em cobrança das assignaturas deste jornal.

Rogamos aos nossos assignantes o favor de mandarem saldar suas assignaturas do anno passado e lhes prevenimos de que nos achamos em cobrança do semestre de Dezembro a Maio do corrente anno.

Canal do Linguado

Alguns moradores de Araquary vieram a nossa redacção, aprehensivos com os insistentes boatos, por ali assalhados, de que a Companhia da Estrada de Ferro S. Paulo Rio Grande tenta obter permissão para fechar o canal do Linguado.

Dizem os moradores d'aquelle lugar, e com razão, que semelhante facto, uma vez realisado, viria expol-os a uma situação ainda mais penosa do que aquella em que já se acham com o fechamento do primeiro canal, pois seria segregal-os dos pontos onde vão vender os productos da sua modesta lavoura, os da sua occupação extractiva e os da pesca.

Dizem mais que o fechamento do canal, que ainda lhes resta no Linguado, viria nulificar a barra do Araquary, por onde entraram e saham francamente canoas, botes, lanchas e até vapores, taes como o „S. Lourenço“, o „Laguna“, o „Itapemirim“, o „Meta“, o „Max“ e outros em demanda do porto de S. Francisco, Paraty, Joinville e cercanias.

Pela barra do Araquary servem-se diariamente as embarcações de S. Francisco, Joinville e Paraty que demandam os portos do sul, bem como as de Barra Velha, Penha, Itajahy, Porto Bello, Ti-

jucas, Florianopolis e Laguna, evitando delongas e não raras vezes perigos.

Não cremos que o Governo Federal, no intuito de favorecer interesses de uma empresa particular, seja surdo aos justos clamores de uma população calculada em mil almas, aproximadamente, quando esses interesses da via ferrea, pois mais attendiveis que pareçam, não ficam de modo algum sacrificados com a manutenção do canal existente. O seu fechamento redundaria apenas para a Companhia da estrada de ferro na economia de uma ponte adaptavel ao canal, ponte, aliaz, já estudada, orçada, encomendada e em via de construção.

Desde a ponte do Linguado ao Araquary ha uns 700 moradores abeirando ambas as margens do rio, sem se contar os que habitam os outros pontos visinhos, e esses moradores não possuem outra via de comunicação a não ser o carnal do Linguado, por onde suas canoas e botes passam diariamente conduzindo farinha, arroz, milho, feijão, café, palhas, lenha e outros generos.

Informaram-nos ainda os mesmos reclamantes que ha uma corrente favoravel ao fechamento do canal ainda existente no Linguado, mas essa opinião é formada por quem, não morando naquelles lugares, desconhece por completo o viver, os meios e as necessidades dos habitantes da zona favorecida por essa unica via de comunicação, que elles só devem á natureza providente e amiga.

Esposando causa tão justa, como essa dos moradores do Araquary, patricios aos quaes seria odioso e cruel segregar as relações de mutuo interesse com os demais habitantes, fechando-se-os em uma cercania sem estradas e caminhos praticaveis, reduzindo-se-os á miséria e ao desespero, nós appellamos

em nome desses moradores para o patriotismo e humanidade do Govern Federal, cujos interesses mesmos ficariar prejudicados com o fechamento da comunicação sul da vasta bahia do Babitonga.

Fallecimento

Na noite de 24 do corrente, foi a população da cidade de Itajahy dolorosamente surprehendida com o repentino fallecimento do Sr. João José Machad da Costa, ali morador desde que, dimittindo-se do lugar que aqui exerci de escrivão de orphãos desta comarca para lá se mudára com sua Exma familia.

O finado, que contava nesta cidade bem como na de S. Francisco, dond era natural, e na villa do Paraty muito amigos e conhecidos, exerceu antigamente o professorado publico, e na cidade de Itajahy estabeleceu-se com um casa commercial, deixando-a depois actualmente occupava um emprego n commissão das obras daquelle porto exercia o lugar de capataz do Porto.

Era casado com D. Maria Vieira Machado, filha de D. Deolinda Vieira viúva do major Manoel Antonio Vieira do Município de Paraty; familia, esse hoje residente na cidade onde falleceu.

Em seu enterro, que segundo nos dizem, foi muito concorrido, pronunciou o Sr. Marcos Konder eloquente oração fúnebre.

A' sua Exma. viúva e seus filhos, sua respeitall sogra, cunhados e demais parentes enviamos a expressão sentid do nosso profundo pesar.

O vapor „Satellite“, sahido do Rio 27, irá até Porto Alegre, e o „Jupiter“ sahido hontem, irá até Buenos Ayres.

Fonte: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br>. Acesso: 10 abr 2024.

Antes de ser artificialmente interrompido, o Canal do Linguado era uma via essencial de conexão ecológica e econômica para as comunidades da Baía Babitonga, especialmente para Balneário Barra do Sul. Suas águas permitiam a livre circulação de marés, peixes e nutrientes entre o mar e os corpos hídricos interiores, promovendo a renovação ambiental e sustentando a fertilidade dos manguezais e estuários — áreas vitais para a reprodução de espécies marinhas e para a manutenção da pesca artesanal.

“O fechamento do Canal do Linguado prejudica muito Barra do Sul. Muito, muito, Barra do Sul. Porque quando o Linguado é aberto o peixe nessa Baía aqui...a gente ia de noite até dava medo o ronco do peixe. Tainhota, era sardinha, era tudo quanto é coisa. Agora a gente vai numa colônia dessa de noite e não se vê nada, porque está morto, secou tudo” (Praxedes, 2003).

Rosa (2003) ressalta que o aterramento do canal ocasionou o fechamento da barra em Barra do Sul, impedindo que os pescadores saíssem ao mar. A alternativa

encontrada era cavar, manualmente, canais de vazão da água — um trabalho feito pelos próprios pescadores (Sousa, 2002).

E aí, foi feito o aterro do Canal do Linguado depois, que prejudicou muito a Barra do Sul, porque aí a barra veio a fechar. Isso já em 80. Depois de 50, quando eu cheguei em Barra do Sul, o problema veio se agravando cada vez mais. A barra veio a fechar, anualmente. Então, quando a barra fechava, ficava em praia, em combro(?), areia. Aí não tinha como pescador passar mar afora (Rosa, 2003).

Essa situação só foi amenizada com a construção dos molhes de pedra, que reabriram a barra de forma definitiva. Ainda assim, o assoreamento do canal continua a afetar os pescadores. Nos meses de julho, agosto e setembro, é comum embarcações encalharem devido ao acúmulo de areia no canal de navegação, o que gera prejuízos para os trabalhadores da pesca, afinal, dependendo do incidente, suas embarcações sofrem avarias consideráveis. Essa realidade motivou, inclusive, uma manifestação em 2005, na qual os pescadores bloquearam a BR-280 (figura 57).

Figura 57 – Publicação no Jornal A Notícia sobre manifestação dos pescadores. Araquari, 2005.



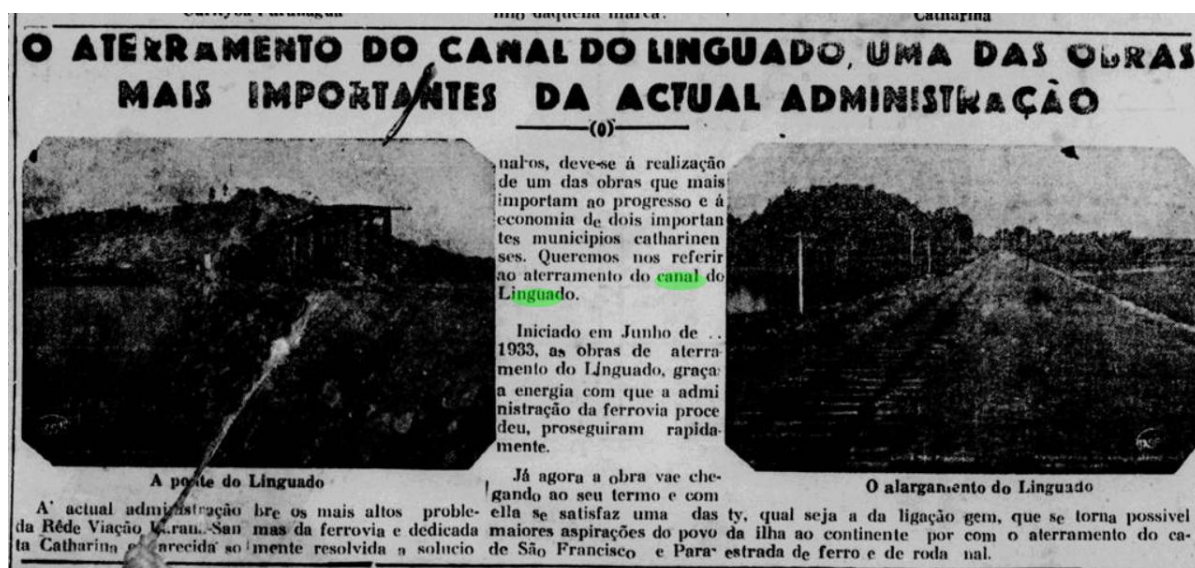
Fonte: www.facebook.com/groups/916826688352758/media?locale=pt_BR. Acesso: abr 2024.

Além disso, o fechamento do canal provocou a formação de bancos de areia e a erosão frequente das margens. Souza (2003) relembra o tempo em que o canal era mais largo e sem bancos de areia.

“Aqui onde tem aquelas bancas que vendem ali, onde é as bancas era mangue e as casas ficavam na água. Depois que fechou o Linguado, então a água foi fazendo o redemoinho foi comendo a praia e foi aterrando fazendo coroa” (Praxedes, 2003).

No campo econômico, o fechamento do canal foi promovido como símbolo de progresso (figura 58). No entanto, Sousa (2003) observa que a obra se tratou de mais uma promessa política, e que os moradores foram ludibriados ao assinarem um documento que, ao contrário do que pensavam, autorizava o aterro.

Figura 58 – recorte do Jornal A Notícia com reportagem sobre o aterramento do Canal do Linguado. Joinville, 1935



Fonte: <https://memoria.bn.gov.br/>. Acesso em 10 Fev 2025

Os impactos ambientais e socioeconômicos do fechamento do Canal do Linguado foram significativos. A interrupção do fluxo das marés causou assoreamento da baía, diminuição da profundidade das águas e comprometimento da qualidade ambiental. Isso afetou diretamente a pesca artesanal, atividade essencial para as comunidades locais, tanto pela redução dos estoques pesqueiros quanto pela dificuldade de navegação (Engel *et al*, 2017).

Nas últimas décadas, têm sido discutidas propostas de reabertura parcial do canal, visando restaurar o equilíbrio ecológico e impulsionar as atividades

econômicas. Pesquisas conduzidas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Universidade da Região de Joinville (Univille) e pelo Ministério Público Federal propõem a remoção parcial do aterro e a construção de pontes que restabeleçam o fluxo hídrico. No entanto, a execução dessas medidas esbarra em obstáculos técnicos, financeiros e ambientais, mantendo a questão em aberto.

3.9 Festas populares na comunidade pesqueira

Em Balneário Barra do Sul, a Farra do Boi foi uma prática cultural presente, especialmente nas décadas passadas, como parte das expressões herdadas da tradição açoriana. Na localidade, porém, era conhecida como “Festa do Boi” e, segundo Mendes (2025), era tão esperada quanto a safra da tainha. Na verdade, o evento a antecedia.

“A gente conheceu sempre como brincadeira do boi. Aí o meu pai, principalmente, era um dos pioneiros nessa brincadeira, que pela Páscoa eles compravam um boi, depois passou a ser comprado dois bois, e faziam a festa, soltavam esse boi no mato, e eu acompanhei muitas vezes com meu pai. Não tinha nenhum mal” (Castanho, 2025).

Organizada principalmente por pescadores da comunidade, essa tradição chegou a ser representada no brasão do município, conforme o artigo 2º da Lei Municipal 57/92, que menciona “um símbolo representativo da tradição açoriana e pecuária”. (Figura 59)

Figura 59 – Detalhe do brasão de Balneário Barra do Sul (SC), 2025.



Fonte: Wikipedia. Acesso: set. 2024.

A valorização dessa herança culminou na fundação da Associação Folclórica Açoriana de Balneário Barra do Sul (AFA), em 15 de fevereiro de 1993, com o objetivo de preservar e cultivar manifestações culturais locais, como a farra do boi, o boi de

mamão, o terno de reis e o pau de fitas. O pescador Ede Geraldo da Cunha foi eleito presidente da diretoria (Sousa, 2002).

Em 1994, a prefeitura doou uma área de terra à AFA para construção do mangueirão e sede da associação, conforme a Lei 93/94. No mesmo ano, a AFA foi reconhecida como entidade de Utilidade Pública Municipal, por meio da Lei 137.

Assim como em outras comunidades do litoral catarinense, a festa acontecia durante o período da Semana Santa. Semanas antes, pescadores se organizavam para comprar o animal, geralmente em fazendas da região de Campo Alegre (SC). A chegada do caminhão com o boi era anunciada com foguetes. O animal era então solto no mato até o início da brincadeira ou solto em um mangueirão. Para muitos, era um momento de lazer comunitário, marcado por rituais de coragem e força. A festividade atraía visitantes e se tornou pauta frequente no jornal *A Notícia*.

Figura 60 – Manchete no jornal *A Notícia* sobre a Farra do Boi. Joinville, 1993



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville. Maio de 2025.

Nos tempos que o animal era solto no mato, Souza (2003) definiu a festa como “divertida”, afinal, para fugir do boi, os homens corriam e caíam na lama, “era uma brincadeira, aquela gargalhada”.

Contudo, em 1997, o Supremo Tribunal Federal considerou a Farra do Boi inconstitucional, proibindo sua realização no Brasil. Em Balneário Barra do Sul, a localidade onde acontecia a festa passou a ser conhecida como “Farra do Boi”, porém

a Associação Folclórica Açoriana encerrou seus trabalhos e onde estava instalada a sede, hoje é um parque público.

Outro evento de grande relevância cultural foi a Festa do Camarão, cuja primeira edição ocorreu em maio de 1998. O objetivo era divulgar a culinária local, baseada em uma das atividades pesqueiras que mais geram renda e emprego no município (Sousa, 2002, p. 141). Organizada pela Colônia de Pescadores Z3, a festa teve apenas quatro edições, encerrando-se em 2001.

Figura 61 – Festa do pescador com o Rei, o pescador Jetel Mendes e a rainha Rose, filha do pescador Déia. Balneário Barra do Sul, sem data definida



Fonte: Sabrina Hille Castanho

Carvalho (2025) também lembra da Festa do Pescador, promovida pela Colônia de Pescadores Z3 na Igreja Católica Nossa Senhora dos Navegantes. Mendes (2025) relata que o evento incluía um desfile de embarcações, premiando a mais enfeitada: “Nós ganhamos em primeiro lugar. Mas era um ‘tisco’ de bateira. Ganhamos um ferro de passar roupa”. Além do desfile, a festa também incluía a escolha do rei e da rainha, cujos critérios envolviam pertencer a famílias tradicionais da cidade (figura 61).

4. A PESCA ARTESANAL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

“A amplitude do patrimônio é sua característica mais evidente”

Dominique Poulot

Entre redes, barcos e marés, nasce um saber que não se aprende em livros, mas nas práticas compartilhadas, nos gestos repetidos e nas histórias contadas à beira do rio ou do mar. O ofício de pescador artesanal, presente em Balneário Barra do Sul, é mais do que uma forma de subsistência — é uma herança cultural que atravessa gerações.

Sobre o ofício, Pareto Jr. (2021, p.189) explica que no “campo ampliado do patrimônio cultural, entende-se a cultura dos ofícios como o conjunto material e simbólico de saberes e fazeres que caracterizam certas atividades”.

Esse saber-fazer, como destaca Michel de Certeau (1994), pode ser compreendido como uma “arte do não sabido” — um saber que não se ensina diretamente, mas se aprende por meio da convivência, da prática cotidiana e da escuta dos mais velhos.

Certeau (1994, p.143) ainda destaca que “tal como dos poetas e pintores, o saber-fazer das práticas cotidianas não seria conhecido senão pelo intérprete que o esclarece no seu espelho discursivo, mas que não o possui tampouco”. É uma forma de conhecimento que se escapa das lógicas escolares e acadêmicas, mas que organiza a comunidade por meio da ação, do gesto, da sensibilidade e da memória coletiva.

De pai para filho, de avô para neto, a pesca artesanal carrega consigo valores, técnicas e modos de vida que resistem ao tempo. Como afirma Diegues (2004, p.188), “esses conhecimentos, transmitidos por via oral, fazem parte do acervo mental do ‘mestre’ e constituem um elemento fundamental do êxito das viagens de pesca”.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, reconhece como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, incluindo expressamente “os modos de criar, fazer e viver”.

A pesca artesanal, nesse sentido, se insere de maneira exemplar como um modo de fazer, modo de viver e forma de expressão, pois carrega saberes ancestrais, práticas coletivas e formas específicas de ocupação e relação com o território.

4.1 A tradição herdada

Para Castriota (2014), a tradição é entendida como qualquer coisa que é transmitida ou passada do passado para o presente, criada por ações humanas, pensamento e imaginação, e que é passada de uma geração para outra.

Essa definição se concretiza de forma ideal no contexto da pesca artesanal. No âmbito da pesca, Diegues (2004, p. 196) afirma que “o conhecimento tradicional é um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidos oralmente nas comunidades de pescadores artesanais, com a função de assegurar a reprodução do seu modo de vida.”

Castanho (2025) é exemplo dessa herança herdada do pai: “Meu pai sempre foi o melhor professor”. Mendes (2025) também destaca a importância do conhecimento transmitido por seu pai, mesmo diante das mudanças muitas vezes exigidas pela contemporaneidade.

Nós aprendemos com o pai. Da forma que ele me ensinou ainda faço até hoje, vou seguindo assim. A gente vai mudando alguma coisa, mas é, sei lá, achamos um jeito mais fácil, alguma coisa muda, mas ainda é do tipo que ele ensinou (Mendes, 2025).

Mendes (2025) ressalta ainda que seus dois filhos são pescadores e que ele os ensinou, e ainda os ensina, conforme aprendera com seu pai.

Esse conhecimento, no entanto, não era transmitido apenas de pai para filho. Irmãos mais velhos e pescadores antigos da comunidade também exerciam esse papel de mestres. Souza (2024) frisa a importância da mãe, juntamente com a figura paterna, nos ensinamentos do ofício.

Entre suas recordações de infância, Teixeira (2025) lembra das pescas de caniço ao lado de uma moça chamada Oracina, com quem capturava robalos para vender e conseguir “um dinheiro a mais”. “Mas pescar mesmo aprendi com o Marçal. Ele é que me ensinou a pescar. Naquele tempo não tinha gente quase para pescar.” (Teixeira, 2025). Segundo os relatos, Marçal era uma figura muito conhecida na comunidade, chamado carinhosamente de “Preto Marçal”, por ser afrodescendente. Inclusive, na Ilha dos Remédios existe a “bananeira do Marçal”, pois, segundo os moradores mais antigos, foi ele quem plantou a herbácea.

Já Ozório (2025) e Souza (2003) aprenderam o ofício com o cunhado, mostrando que os laços de transmissão extrapolam o núcleo familiar direto.

Mesmo antes de lançarem suas primeiras redes, os filhos de pescadores já demonstram uma forte ligação com o ofício. Em suas brincadeiras, simulam o cotidiano das marés: improvisam redes com cordas, constroem canoinhas, fingem puxar peixes invisíveis da areia ou disputam quem "pega mais tainha" com as mãos, revelando, mesmo de forma lúdica, um sentimento de pertencimento. Esse sentimento é enfatizado por Castanho (2025), ao lembrar das brincadeiras em que as conchas simbolizavam barcos ou bateiras, "e assim já aprendendo a pescar desde muito novo".

É comum ver, em Balneário Barra do Sul, os filhos dos pescadores acompanhando os pais em atividades relacionadas à pesca, seja na colocação das redes ao mar ou no conserto dos petrechos. Mesmo que nem todos sigam os passos dos pais, a pesca permanece como algo intrínseco à sua identidade.

Cada pescador carrega consigo as memórias de ensinamentos e experiências de uma época sem tecnologia. Mesmo com o advento de novos recursos, muitos mesclam os saberes antigos com os mecanismos atuais.

A habilidade e o talento dos pescadores e pescadoras artesanais, reforça que seu conhecimento e a utilização dos instrumentos de trabalho são dinâmicos, exigindo um criativo saber fazer desses pescadores sobre um meio em constante transformação (Brito, 2021, p. 22).

O conhecimento que se transmite nesses momentos não se limita à técnica da pesca, mas inclui um modo de ver o mundo — uma forma de vida pautada pela solidariedade entre companheiros de ofício e pela escuta da natureza.

"Efetivamente, mais do que em qualquer outra atividade econômica, a pesca é influenciada pelas forças da natureza, com reflexos imediatos da regularidade da captura, na formação do excedente, no relacionamento dos grupos e classes sociais envolvidos no processo de produção" (Diegues, 1983, p.3).

A observação da natureza e os conhecimentos adquiridos com os pescadores mais velhos eram os instrumentos principais numa época sem tecnologia. "Aprendemos tudo com o pai. Tudo vendo. Porque às vezes nós estávamos lá fora e ele olhava lá e dizia: vai vir uma grande tempestade, vamos partir", explica Mendes (2025).

Eles eram muito observadores dessas coisas, do tempo. (...) Claro que, mesmo assim, ainda corria um risco bem maior do que se corre hoje. Mas era o conhecimento prático que eles tinham da natureza mesmo. Que eles herdaram já, assim, do pai dele, do pai do pai dele" (Castanho, 2025).

Dentre as técnicas singulares utilizadas pelo pescador artesanal está a marcação do local onde a rede é colocada. Essa marcação é feita por meio de seus conhecimentos da geografia do local — as ilhas e pontos de referência na costa servem de guias. Assim, o pescador sabe distinguir o local ideal para lançar a rede, marcá-lo e, posteriormente, localizar o petrecho. Além disso, essa decisão exige a observação atenta do vento, da correnteza e até do comportamento das aves.

O pescador interpreta o espaço geográfico com base em um saber prático e sensível. Santos (2006) afirma que o espaço geográfico é constituído por um “conjunto indissociável de sistemas de objetos (como as embarcações e redes) e sistemas de ações (como as práticas, saberes e usos do território), os quais variam conforme os contextos históricos e sociais” (Santos, 2006, p. 63). Isso significa que o espaço não é estático, mas construído historicamente pelas relações entre as técnicas disponíveis e os modos de vida.

Como destaca Dorsa (2015), as comunidades tradicionais e originárias que habitam esses espaços compreendem e manejam o território com base em saberes acumulados ao longo de gerações, constituindo formas próprias de territorialidade e resistência. A territorialidade, nesse sentido, é a capacidade de um grupo de exercer controle ou uso sobre um território (Santos, 2006).

Outra particularidade vivenciada no mar é a forma de comunicação entre os pescadores, muitas vezes sem a necessidade de celulares. Quando uma embarcação se aproxima da outra, devido ao barulho do motor, as informações são repassadas por meio de gestos — e são prontamente compreendidas por qualquer pescador.

Mesmo com o avanço tecnológico — como GPS, sistemas de comunicação via celular, previsão do tempo, motores e petrechos modernos —, esses saberes continuam a ser essenciais.

Entretanto, para Carvalho (2025), a tecnologia nem sempre é vantajosa, pois, segundo ele, “quando tem muito camarão ou peixe, as notícias chegam rápido e logo chega muita embarcação para usufruir do mesmo espaço”. Já Castanho (2025) alerta para a importância de utilizar a tecnologia a favor da natureza, no sentido de repor o que é extraído do mar. Ou seja, ele está propondo uma visão ecológica e tecnológica integrada, em que a tecnologia não é usada apenas para explorar os recursos naturais, mas sim como uma ferramenta de equilíbrio ambiental. Ele defende que, se usamos o mar como fonte de recursos (por exemplo, para pesca) devemos compensar

ou restaurar esse uso por meio de tecnologias que contribuam para a sustentabilidade do ecossistema marinho.

Entre os pescadores artesanais de Balneário Barra do Sul, uma prática muito comum é o uso de apelidos. Esses nomes não são apenas formas de identificação individual, mas fazem parte de uma tradição cultural viva, que reflete os vínculos de pertencimento, o humor, a observação cotidiana e o reconhecimento mútuo. A prática de apelidar surge desde muito cedo e envolve características físicas, histórias pessoais ou episódios marcantes da vida no mar e na comunidade.

Essa dinâmica, muitas vezes transmitida de geração em geração, expressa uma forma de linguagem comunitária e de saber popular que integra o patrimônio imaterial da pesca artesanal. Os apelidos ajudam a preservar memórias — como no caso de pescadores identificados pelo nome de seus pais ou mães.

Um exemplo é Salomão Castanho, conhecido como Salo *do* Jité, sendo “Jité” uma referência a seu pai, Jetel Mendes. Na comunidade, a pescadora Safira é amplamente conhecida como Neneca (apelido dado por seu pai sendo o diminutivo de boneca) e Cristiano Mendes como Crique (em relação à marca de um isqueiro). Há ainda inúmeros pescadores cujos apelidos fazem referência a peixes, como Cambeva, Rola-Rola, Guaivira e Caçonete.

Esses apelidos reforçam os laços de pertencimento e funcionam como instrumentos de narrativas. Assim como os causos e as histórias de pesca, eles mantêm viva a oralidade como uma das bases da cultura tradicional local.

Cada rede lançada guarda a memória de um povo que aprendeu a viver em harmonia com os ciclos da natureza. No mar, não são apenas barcos que navegam: ali, cada pescador carrega sua história, sua técnica e seu pertencimento, tecendo, com cada jornada, a continuidade de um saber ancestral.

4.2 As Mulheres na Pesca Artesanal de Balneário Barra do Sul

No final da década de 1950, com o surgimento das salgas em Barra do Sul, as mulheres passaram a desempenhar um papel de destaque na cadeia produtiva da pesca. Foi nesse contexto que surgiram as chamadas descascadeiras de camarão, cujo trabalho consistia em cozinhar, descascar e salgar o camarão para comercializá-lo em outras cidades. Com o passar do tempo, esse processo se modernizou: atualmente, o camarão é resfriado e descascado *in natura*, para então ser congelado, preservando melhor sua qualidade e valor comercial.

A atuação dessas mulheres é reconhecida legalmente. Segundo o artigo 4º da Lei Federal nº 11.959/2009, conhecida como a Lei da Pesca, é considerada pescadora artesanal também aquela que atua no processamento do pescado. Essa definição amplia o reconhecimento do trabalho feminino na pesca, especialmente em Barra do Sul, onde a mulher pescadora ganhou destaque simbólico ao ser representada no brasão do município e homenageada anualmente no “Dia da Descascadeira”, comemorado em 8 de setembro.

Para Souza (2024), pescadora ativa e esposa de pescador, o trabalho da mulher é essencial e muitas vezes invisível: “A mulher é 50% de apoio bruto para o pescador. Mesmo que ela não apareça, é a estrutura do pescador.”

Esse protagonismo pode ser exemplificado pela trajetória de Fernanda Silva Oliveira Moreira, filha, neta e esposa de pescador, que assumiu um papel ativo na valorização do pescado de sua família. Para evitar a dependência de atravessadores e agregar valor ao produto, Fernanda passou a atuar no beneficiamento do pescado, aplicando os saberes aprendidos com seus pais: “Arregacei a manga e fui à luta com meu esposo” (Ecos da Babitonga, 2024).

Em Balneário Barra do Sul, é comum ver mulheres atuando nas conhecidas “bancas de peixe”, onde vendem o pescado diretamente ao consumidor. Esse trabalho, além de garantir renda, fortalece os laços familiares e a sustentabilidade da atividade. Como destaca Castanho (2025):

“Para mim as mulheres têm a mesma importância que os homens, porque nós homens, a gente vai pescar, faz todo o esforço pra pescar e traz os produtos, mas a gente chega cansado é muito difícil a gente beneficiar o produto pra passar pra frente. E as mulheres fazem esse papel muito importante. Elas beneficiam o produto e muitas delas ajudam o próprio marido na pesca. E é onde está a melhora, porque hoje o pescador pesca menos quantidade, mas eles juntos, beneficiando com a família, eles fazem chegar direto no consumidor e a renda fica maior pra família” (Castanho, 2025).

O fortalecimento das mulheres da pesca artesanal também se expressa na atuação da Associação de Mulheres Trabalhadoras da Área da Pesca Artesanal de Balneário Barra do Sul (Amupesc), fundada em 2007. A associação busca garantir os direitos sociais das pescadoras e promover capacitações que incentivem o empreendedorismo feminino no setor.

Apesar dos avanços no reconhecimento do trabalho das mulheres na pesca artesanal, ainda é comum que suas contribuições sejam compreendidas como extensão do cuidado familiar ou como apoio secundário ao homem pescador. Essa

naturalização do papel feminino no espaço produtivo e comunitário pode ser interpretada à luz da reflexão de Michelle Perrot (2024, p.192), ao afirmar que “as mulheres tendem a depreciar a política, a valorizar o social e o informal, assim interiorizando as normas tradicionais.”

Nesse sentido, mesmo quando as mulheres se tornam agentes fundamentais da sustentabilidade econômica e social da pesca — como é o caso das descascadeiras, das vendedoras de peixe e das lideranças na Amupesc —, muitas vezes seu protagonismo permanece limitado a esferas não institucionalizadas do poder.

Reconhecer esse trabalho das mulheres é também entender que elas desafiam as regras antigas que colocavam o homem como o principal da pesca. Com seu jeito de agir, cuidar e trabalhar, elas mostram que também têm voz, força e lugar importante dentro da atividade pesqueira e na vida da comunidade.

4.3 A arte de construir barcos em Balneário Barra do Sul

Em 9 de julho de 2002, Balneário Barra do Sul foi reconhecida como a Capital Catarinense da Construção Naval Artesanal por meio da Lei 12.348, título consolidado posteriormente pela Lei 16.722/2015. Esse reconhecimento é, de fato, merecido, pois na cidade encontramos pescadores e construtores navais que se dedicam com maestria a essa arte, “exemplificando a riqueza e a diversidade da cultura e do patrimônio brasileiro pelos saberes ligados à faina de navegar e construir embarcações tradicionais” (Cruz *et al.*, 2019).

Com a chegada dos motores a gasolina e, posteriormente, a diesel, as tradicionais canoas à vela foram sendo substituídas por embarcações maiores. A partir da década de 1980, a frota passou a ser gradativamente renovada (Sousa, 2001), o que levou muitos pescadores a aprenderem também o ofício de construtores navais.

Um dos primeiros barcos construídos no estaleiro de Barra do Sul, em 1981, foi o do pescador Ozório Carvalho (2025). Ele recorda que a embarcação foi feita por “seu Cláudio”, proprietário do Estaleiro Barra do Sul — empreendimento que permitiu a construção de barcos mais seguros e aptos para alcançar pesqueiros mais distantes da costa (Sousa, 2002). Para construir o barco, Carvalho vendeu uma antiga canoa de pau-só, fez um empréstimo bancário e adquiriu o motor em prestações numa loja local. O bote, batizado de Cidade dos Príncipes — em homenagem à cidade onde seu

pai trabalhava e vendia peixe — ainda hoje navega, conduzido por seu dono, atualmente com 80 anos (figura 62).

Figura 62 – Barco Cidade dos Príncipes. Balneário Barra do Sul (SC), 2025



Fonte: Sabrina Hille Castanho

Além dos estaleiros mais estruturados, há ainda uma construção naval artesanal que se mantém viva na prática cotidiana dos pescadores locais. Botes e embarcações menores, utilizados para a pesca artesanal, são construídos em estaleiros informais, sem plantas ou desenhos técnicos — apenas com o conhecimento passado pela experiência e pela observação.

Cristiano Mendes (2025), que além de pescador também é construtor de barcos, explica que quando recebe uma encomenda, “o dono apresenta uma ideia, um projeto, e dou uma analisada. Se tiver alguma coisa fora, eu mudo por causa da durabilidade e resistência”.

No decorrer desta pesquisa, Mendes estava construindo uma embarcação de 10 metros de comprimento por 4,30 metros de largura. “O projeto está na mente”, afirma Mendes (2025), com orgulho (figura 63). Segundo ele, um barco desse porte leva cerca de quatro meses para ficar pronto. Mendes trabalha sozinho, utilizando ferramentas simples como serra elétrica, plaina, furadeira, lixadeira, formão e martelo. As madeiras mais utilizadas na construção naval são a grápia, o ipê, o jatobá e o angico.

Figura 63 – Cristiano Mendes em frente à embarcação que está construindo. Balneário Barra do Sul (SC), 2025



Fonte: Sabrina Hille Castanho

Dentre os barcos encavernados¹⁵ (ou seja, constituídos de cavername e costado) das regiões Sul e Sudeste, abundam as bateiras, botes, lanchas e traineiras, ainda em atividade, atualmente todos motorizados (Cruz *et al.*, 2019).

¹⁵ Os cavernames dos barcos constituem a armação da embarcação, sendo também conhecidos como “costelas”. Já o costado corresponde às bordas, ou seja, à parte da estrutura que fica acima da linha da água.

Até esta data, os dois principais estaleiros industriais da cidade — Kapazi e GDN — especializaram-se em construções navais de grande porte, com encomendas vindas de diversos estados do Brasil. Foi o Estaleiro Kapazi, de propriedade de Arnaldo Carvalho, responsável pela construção da réplica de uma nau da esquadra de Pedro Álvares Cabral. Essa réplica está exposta no Parque Temático Memorial do Descobrimento, em Araquari (figura 64).

Figura 64 – Réplica da Nau feita pelo estaleiro Kapazi. Araquari, 2024.



Fonte: www.araquari.atendenet. Acesso: 30 abr. 2025.

Em 2020, o mesmo estaleiro recebeu o late Gilda, uma embarcação de 1959 que pertenceu ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, passando por sua segunda reforma.

Atualmente, não há dados públicos precisos sobre o número total de embarcações de pesca artesanal em Balneário Barra do Sul. No entanto, a tradição da construção naval artesanal continua sendo uma das expressões mais fortes da cultura local, articulando saberes, identidade e adaptação aos novos tempos.

4.4 A Ilha dos Remédios e seus pontos de memória

Balneário Barra do Sul possui um arquipélago formado por cinco ilhas oceânicas, sendo a mais conhecida a Ilha dos Remédios (figura 65), localizada a

apenas 1,4 km da costa. A ilha se destaca tanto pela proximidade quanto por sua importância como refúgio e antiga morada de famílias tradicionais da região. Com aproximadamente 10 hectares, integra o Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA), cujo objetivo é representar a realidade local e orientar ações de diversos setores na conservação da vegetação nativa e da biodiversidade da Mata Atlântica (PMMA – Balneário Barra do Sul, 2024).

Figura 65 – Ilha dos Remédios, em Balneário Barra do Sul, 2024



Fonte: Rafael Imhof. www.nsctotal.com.br. Acesso: 20 mai. 2025.

Atualmente, a Ilha dos Remédios conta com apenas um morador, responsável por zelar pelas casas utilizadas como refúgio durante fins de semana e férias. No passado, entretanto, a ilha já foi lar de diversas famílias, entre elas a do pescador Jetel Mendes.

Seus filhos, Souza e Castanho (2025), recordam com carinho os tempos vividos ali. Para Souza (2024), a Ilha dos Remédios é uma “Ilha mãe” que “proporciona água potável, abrigo e acompanha todas as gerações”. Ela ainda

destaca o legado deixado por seu pai: “O meu pai talvez foi sem saber que ele deixou essa grande herança pra nós”, referindo-se aos ensinamentos ligados à pesca e à vivência na ilha.

Além das brincadeiras com conchas e barquinhos feitos artesanalmente, Castanho (2025) relembra os desafios de locomoção entre a ilha e o continente. Quando não havia embarcação disponível, era preciso aguardar uma carona ou, muitas vezes, nadar até a praia:

“A gente ficava esperando nas pontas das ilhas. As crianças ficavam um numa ponta, outro na outra e a gente fazia sinal pras embarcações que vinham, ou junto com a minha mãe, ou com o meu pai, fazia sinal, um pano, pra embarcação ver que a gente tava precisando de uma carona (...) Muitas vezes íamos nadando. Algumas vezes por necessidade, outras vezes por hobby, porque era nossa brincadeira às vezes” (Castanho, 2025).

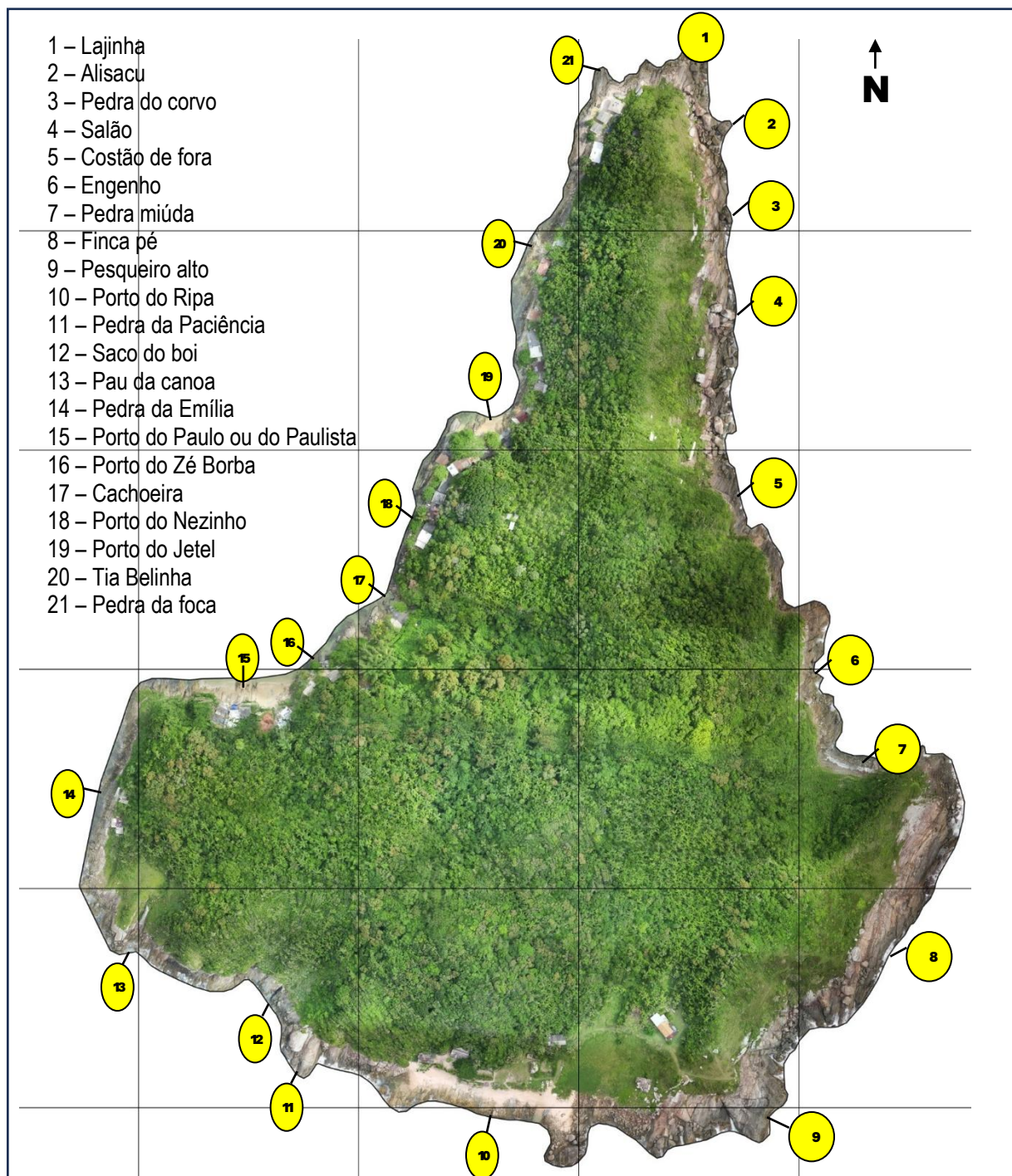
A Ilha dos Remédios também era ponto estratégico para os pescadores. Mendes (2025) lembra que, em períodos em que a barra estava fechada e impossibilitava o retorno ao continente, os pescadores aguardavam na ilha e, de lá, partiam para o mar. Teixeira (2025), por sua vez, recorda os grandes lanços de peixe capturados nas águas ao redor da ilha.

Esse território é, ainda hoje, um dos locais mais procurados pelos pescadores artesanais. Ao longo do tempo, muitos pontos de pesca na região passaram a receber nomes dados pelos próprios pescadores, baseados em referências geográficas, características naturais ou acontecimentos marcantes do cotidiano da faina (figura 66).

Esses nomes, transmitidos oralmente entre gerações, formam um verdadeiro mapa afetivo e funcional da atividade pesqueira, revelando a forte ligação entre o saber tradicional e o espaço vivido. Tais referências facilitam a localização dos pontos ideais para o lançamento das redes, demonstrando como o conhecimento empírico molda a prática cotidiana da pesca artesanal.

Além de sua importância para a cultura pesqueira local, há indícios de que a ilha tenha sido utilizada como ponto de coleta de mantimentos para navios negreiros, conforme matéria publicada no Jornal Argos da Província de Santa Catarina, em 1860 (figura 67).

Figura 66 – Infográfico da Ilha dos Remédios, em Balneário Barra do Sul (SC). 2024



Fonte: Imagem aérea retirado do Diagnóstico Socioambiental de Balneário Barra do Sul e a localização dos lugares é de fonte primária.

Figura 67 – Recorte do Jornal Argos da Província de Santa Catarina. Desterro. 1860

gado em taes allegações.

Não me constou que em S. Francisco durante o tempo em o qual fui collector, se embarcasse arroz e feijão para depositar-se na Ilha dos remedios, e declaro ser falso que se me offerecesse 5000 rs. para isso. O que he verdade, he ter-se dado o facto de os cruzadores inglezes haverem descoberto nessa ilha (que fica fora da barra do Sul d'aquella Cidade a 3 milhas de distancia, mais ou menos) uma porção de farinha e outros generos ensacados, sem duvida destinados a fornecer algum navio negreiro, mas em S. Francisco ninguem soube quem lá os depositasse, tanto assim que indo o Sr. Chefe de Policia, por ordem da Presidencia da Provincia, fazer as competentes averiguações, nada descobriu, embora empregasse todos os meios compatíveis para tanto. Desconfiou-se que a Sumaca *Gloria dos Anjos*, de propriedade da Sogra de Antonio José Ribeiro, que dias antes havia carregado e despachado generos de iguaes qualidades para o Rio de Janeiro, e se feito a vella, fosse quem ali os descarregasse; porem verificou-se depois não ser assim, porque o navio voltou do Rio de Janeiro, trazendo o seu manifesto de descarga do Consulado da Corte.

O Sr. Ribeiro, que então era o gerente desse navio, pode dizer se me offereceu quantia alguma, e se eu deixei fazer contrabando na esperança de receber tal quantia. Nunca isso se passou.

U - a mais nefasta calúnia movida

Fonte: <https://memoria.bn.gov.br/>. Acesso: 10 fev 2025.

A Ilha dos Remédios, ou Ilha Mãe como fala Souza (2024), em sua tessitura de memórias, práticas e paisagens, configura um patrimônio cultural e natural de grande relevância para Balneário Barra do Sul. Seus usos e significados ultrapassam a geografia física: nela se inscrevem saberes tradicionais da pesca, formas de sociabilidade, heranças familiares e rastros de ocupações ancestrais, compondo um território de afetos, apesar das transformações do tempo, da urbanização e da invisibilização cultural

4.5 Entre o visível e o invisível: o olhar da gestão pública sobre a cultura local

A gestão pública desempenha um papel fundamental na formulação de políticas capazes de reconhecer, preservar e promover a cultura como elemento central da vida coletiva. Em Balneário Barra do Sul, a riqueza cultural está fortemente ligada à pesca artesanal, às festas religiosas, à oralidade da comunidade tradicional e à presença dos povos originários que moldaram o território. Nos últimos anos, algumas iniciativas vêm buscando reconhecer esse patrimônio, ainda que os caminhos entre a lei e a prática sejam desiguais e, por vezes, contraditórios.

Um marco importante nesse processo foi a promulgação da Lei Municipal nº 1.780, de 13 de setembro de 2024, que declara a pesca artesanal como Patrimônio Cultural Imaterial do município. Essa legislação representa um avanço simbólico no reconhecimento de um modo de vida que estrutura a organização social, econômica e simbólica da cidade.

Mais do que uma atividade econômica, a pesca artesanal configura-se como prática que envolve saberes transmitidos entre gerações, ritmos próprios de trabalho, tecnologias tradicionais e um forte vínculo com o território. Apesar disso, a presença da cultura tradicional nos instrumentos de planejamento municipal ainda é frágil.

O município integra formalmente o Sistema Nacional de Cultura e, em 2023, realizou o Diagnóstico Cultural, que serviu de base para as discussões da Conferência de Cultura voltadas à construção do Plano Municipal de Cultura (PMC). Após a conferência, o PMC foi apresentado e aprovado durante o Fórum realizado em outubro de 2024, com o objetivo de ouvir a comunidade. No entanto, cabe destacar a baixa participação popular nesse processo.

O plano foi estruturado com atenção às especificidades locais e traz, entre suas diretrizes, o “reconhecimento e valorização das culturas que formaram e ainda hoje constroem o município de Balneário Barra do Sul”, além da “compreensão da importância da continuidade e regularidade das políticas públicas culturais”.

Ainda no PMC, no Eixo 3 – Patrimônio e Memória, a meta 22 explicita a importância da pesca artesanal como patrimônio cultural, por “dialogar com a tradição e modos de vida que são transmitidos de geração em geração pelos pescadores”.

Ainda assim, nos principais documentos de planejamento — como o Plano Diretor e o Plano Plurianual (PPA) —, a cultura aparece de forma genérica, atrelada a

outra secretaria, e subordinada às demandas do turismo sazonal, sem o devido reconhecimento de sua dimensão simbólica e estruturante.

As festas do Pescador, do Camarão e da Tainha, os saberes culinários ligados ao pescado, a religiosidade marítima (como o Dia de São Pedro, Dia do Pescador e Dia de Nossa Senhora dos Navegantes), e as memórias orais são expressões culturais que persistem de forma autônoma, sustentadas por laços comunitários, fé e herança oral — e não necessariamente por ações planejadas da gestão pública. Muitas vezes, a cultura é compreendida sob uma lógica de espetáculo e consumo, o que enfraquece sua compreensão como direito e como território vivido.

É nesse ponto que a crítica de Durand (2001) se mostra especialmente pertinente:

Porém, cabe reconhecer que a abordagem da cultura como objeto de política e administração pública é, como se diz na gíria, um 'outro departamento'. Nele não pode ser admitida aquela tão comum postura individual de rejeição ético-ideológica do dinheiro e da economia, bem como a dificuldade daí derivada em entender que arte e cultura dependem de sustentação econômica e institucional como qualquer outra atividade humana" (Durand, 2001, p. 66).

Durand (2001) enfatiza que, sem suporte econômico e institucional, não há desenvolvimento cultural possível. É preciso superar a visão fragmentada e assistencialista da cultura para que ela seja tratada como área estratégica, transversal e interdependente com outras políticas públicas — como educação, meio ambiente, desenvolvimento social e turismo sustentável.

Outro desafio diz respeito à participação das comunidades tradicionais na formulação dessas políticas. A própria Lei Municipal nº 1.780/2024 foi sancionada sem consulta prévia à comunidade pesqueira, que em sua maioria desconhece sua existência. Também não há, até o momento, conselhos atuantes com representação efetiva da pesca artesanal ou de outros grupos culturais locais, como por exemplo Conselho da Pesca, Conselho da Cidade, Conselho de Meio Ambiente e Conselho da Cultura. Faltam ainda espaços permanentes de escuta, diálogo e construção coletiva entre o poder público e os sujeitos que vivenciam a cultura em seu cotidiano.

Nesse sentido, embora a lei represente um avanço, ela ainda carece de efetivação concreta. O reconhecimento legal é apenas o primeiro passo. Sem ações articuladas — como mapeamento, apoio financeiro, e integração com políticas ambientais e educacionais —, há o risco de que esse reconhecimento permaneça apenas como mais uma lei homologada e não implementada.

Atualmente, há no município o projeto Pescando a História, idealizado pelo pescador Salomão Castanho, que consiste na produção de vídeos curtos (de até quatro minutos) que narram histórias relacionadas à pesca artesanal em Balneário Barra do Sul. O único incentivo recebido pelo projeto foi por meio do Edital Aldir Blanc (âmbito municipal), no qual foi classificado em segundo lugar e recebeu um valor de R\$ pouco mais de 5 mil reais. Mesmo assim, o pescador segue firme, buscando na memória viva da comunidade tradicional de pescadores relatos e experiências que são publicados nas plataformas Facebook e Instagram.

Sem apoio da gestão pública e sem apoio financeiro contínuo, o projeto se mantém graças ao engajamento espontâneo do público — com milhares de visualizações — e, sobretudo, pelo amor ao patrimônio cultural que representa: a pesca artesanal.

Reconhecer a cultura tradicional da pesca artesanal de Balneário Barra do Sul como patrimônio exige compreender que ela está profundamente enraizada nos modos de ser, fazer e viver do pescador artesanal, afinal “a tradição se remete a um passado atualizado no presente” (Candau, 2023, p.122).

Para além da proteção legal, é necessário que o poder público desenvolva políticas integradas, continuadas e territorializadas, capazes de acolher a complexidade dessas expressões culturais e garantir sua permanência como parte vital da identidade do município.

4.6 Pescadores x Patrimônio: ser ou não ser

A declaração da pesca artesanal como patrimônio cultural imaterial, conforme determina a Lei Municipal nº 1.780/2024, representa um marco simbólico no reconhecimento de práticas e modos de vida que sustentam Balneário Barra do Sul. No entanto, a pergunta que se impõe é: o que significa, na prática, ser patrimônio? E, mais ainda: com que escuta esse reconhecimento foi construído?

A patrimonialização — especialmente no campo da cultura imaterial — não é apenas um ato administrativo ou jurídico. Ser patrimônio implica ser reconhecido como parte essencial da identidade coletiva de um povo. E aqui vale ressaltar que a “identidade é uma representação ou um estado adquirido”, conforme diz Candau (2023, p. 19).

A valorização do patrimônio imaterial na atualidade advém, portanto, das alterações sofridas pelas acepções dos conceitos de cultura e patrimônio. Ela está articulada às transformações das formas de convívio social e aos padrões culturais que regem a existência humana (Pelegri, Funari, 2013, p. 31).

Mas isso só se torna efetivo quando o reconhecimento vem acompanhado de políticas públicas concretas, apoio institucional, espaços de escuta e continuidade histórica. O valor do patrimônio reside, portanto, não só em preservar algo do passado, mas em reconhecer a relevância viva e atual de um modo de vida, de uma prática, de uma cultura. Como lembra Jacques Le Goff (2013, p. 437), “a memória [...] procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”, pois quando falamos em memória também falamos em identidade, pois, segundo Candau (2023), elas são indissociáveis.

A expressão “ser ou não ser” do título deste capítulo remete a um impasse: o pescador artesanal, muitas vezes, não se vê representado ou incluído no processo institucional de patrimonialização. Há, nesse contexto, uma tensão entre o reconhecimento legal e o reconhecimento vivido — entre aquilo que se registra nos documentos e aquilo que é vivo na comunidade.

A experiência local mostra que a pesca artesanal continua viva, não por políticas públicas estruturantes, mas pelo esforço cotidiano das comunidades tradicionais. O projeto Pescando a História, mantido por Salomão Castanho sem apoio contínuo, é exemplo da resistência que sustenta a memória e os saberes. O que está em jogo não é apenas o ofício da pesca, mas um conjunto de valores, relações sociais, práticas simbólicas e vínculos profundos com o território.

Como destaca Durand (2001), reconhecer a cultura como objeto de política pública exige um olhar integrado, capaz de compreender suas dinâmicas internas e interdependências. Nesse sentido, o pescador artesanal não pode ser apenas um “objeto” de preservação, mas sujeito ativo, interlocutor legítimo das políticas culturais.

A patrimonialização, quando feita de forma vertical e descolada da escuta comunitária, corre o risco de transformar o vivido em vitrines, esvaziadas de significado e uso. Ser patrimônio, para o pescador, é continuar pescando, ensinando, transmitindo modos de fazer, construindo barcos. Na verdade, o pescador é o instrumento de materialização do patrimônio imaterial.

Pierre Nora (1993) nos lembra que a memória é um fenômeno vivo, sempre em transformação, enraizado nos grupos que a cultivam. Ela se transmite pela

oralidade, pelos gestos, pelos rituais — como se vê na pesca artesanal de Balneário Barra do Sul.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, portanto, em permanente evolução, sujeita a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 9).

Já a história, segundo Nora, tende a cristalizar, arquivar, separar o vivido do registrado. A patrimonialização pode, assim, correr o risco de “musealizar” práticas ainda vivas, transformando sujeitos em objetos e territórios em vitrines.

É nesse ponto que surge o dilema do “ser ou não ser” patrimônio. Declarar a pesca artesanal como patrimônio, sem considerar os pescadores como protagonistas e produtores de memória, é ignorar sua centralidade como sujeitos históricos. Nas palavras de Jacques Le Goff (1990), a memória social é construída a partir das experiências dos que vivem o tempo — e não apenas pelos marcos oficiais que tentam fixá-la.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (Le Goff, 2013, p.435).

Quando o Estado declara algo como patrimônio, ele também define o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido. Isso envolve decisões políticas e simbólicas — e, como aponta Pedro Paulo Funari (2001), o patrimônio é construído por interesses, disputas e relações de poder. Patrimonializar uma prática como a pesca artesanal sem diálogo com seus praticantes pode significar congelá-la no tempo, descontextualizando sua essência viva.

Ao contrário do que sugere Smith (2012) quando fala que o patrimônio não é apenas um objeto físico ou um bem material preservado no tempo, mas uma prática viva, construída socialmente por meio de ações, rituais e significados que os grupos atribuem às suas memórias e identidades. “O produto ou as consequências das atividades relativas ao patrimônio são as emoções, experiências e memórias que temos de tais atividades e que estas produzem” (Smith, 2021, p.142).

A pesca artesanal em Balneário Barra do Sul é mais do que um conjunto de técnicas. Ela envolve ritmos cotidianos, relações com o ambiente, conhecimentos transmitidos oralmente, espiritualidade e uma profunda ligação com a natureza. Trata-se de um modo de vida que não se reduz à produção econômica, mas carrega consigo valores simbólicos, afetivos e coletivos. “É um momento de ação, não algo congelado em uma forma material” (Smith, 2021, p.142).

Quando essa prática é reconhecida apenas no plano legal, sem ações de apoio concreto, corremos o risco de transformar a ideia de patrimônio em uma abstração. A patrimonialização só será efetiva se for construída em parceria com os pescadores, por meio de escuta ativa, mapeamentos participativos, incentivo à permanência da juventude na atividade e valorização dos saberes locais.

Nesse sentido, como alerta Funari (2001, p.3), “para o povo, há, pois, um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse, de modo algum, relevante ou digna de atenção”. O reconhecimento sem participação reforça a distância entre o que é oficializado e o que é vivido.

Afinal, como destaca Le Goff (2013, p.437), “devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão”. Tornar a pesca artesanal patrimônio implica, portanto, garantir condições para que ela continue sendo vivida, ensinada e reinventada pelos pescadores em seus próprios termos.

Reconhecer a pesca artesanal como patrimônio cultural imaterial é, acima de tudo, reconhecer os sujeitos que a mantêm viva. “Por isso mesmo, patrimônio não é um dado, é uma conquista, é um direito” (Chuva, 2020, p.29). Portanto, esse reconhecimento só se sustenta se for construído com os pescadores, não sobre eles.

A escuta sensível, o diálogo permanente e a construção de políticas públicas participativas são caminhos possíveis para que a patrimonialização não se torne um ato vazio, mas um compromisso real com a memória viva e com o futuro da pesca artesanal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação procurou lançar luz sobre a pesca artesanal em Balneário Barra do Sul (SC), não apenas como uma atividade econômica tradicional, mas como um verdadeiro patrimônio cultural vivo — material e imaterial — que resiste, se transforma e se reinventa diante das pressões do tempo, das mudanças ambientais e das políticas públicas, muitas vezes ausentes ou ineficazes.

A partir de uma abordagem qualitativa, histórica e documental, somada a entrevistas com pescadores e pescadoras da comunidade, foi possível compreender que a pesca artesanal local transcende o ofício: ela representa modos de viver, saberes herdados, formas de resistência e pertencimento. Essa prática milenar, por vezes invisibilizada ou reduzida ao campo do produtivismo, guarda em si uma sabedoria que precisa ser reconhecida, valorizada e protegida.

Ao longo do trabalho, evidenciou-se que a pesca artesanal de Balneário Barra do Sul atende a pelo menos sete das oito dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (2009), o que reforça sua importância não apenas cultural, mas também ambiental, social, econômica e territorial. No entanto, também ficou evidente que essa sustentabilidade só será possível se for acompanhada por políticas públicas comprometidas com a manutenção do modo de vida tradicional, com o fortalecimento da autonomia das comunidades pesqueiras e com a efetivação dos direitos sociais desses trabalhadores e trabalhadoras do mar.

As histórias e memórias recolhidas nas entrevistas demonstraram a potência da oralidade, do afeto e da experiência cotidiana como fontes legítimas de conhecimento e como formas de resistência à lógica hegemônica que, frequentemente, desconsidera as vozes da tradição. Nesse sentido, o trabalho também contribuiu para registrar, preservar e compartilhar parte do acervo imaterial dessa comunidade.

Contudo, a compreensão da pesca artesanal como patrimônio não pode ser dissociada da história longa e contínua do território onde Balneário Barra do Sul está inserida. A presença indígena, os registros arqueológicos, os relatos de viajantes e os vestígios da ocupação europeia são camadas de um território marcado pela pluralidade e pela continuidade histórica. Torna-se, portanto, imprescindível o reconhecimento da importância histórica e simbólica da Barra do Sul, não apenas como ponto de passagem, mas como parte constituinte de uma rede de relações que moldaram a região da Baía Babitonga desde os tempos pré-

coloniais até a formação dos municípios contemporâneos de São Francisco do Sul, Araquari e Balneário Barra do Sul.

Com isso, evidencia-se que o território hoje ocupado por comunidades pesqueiras artesanais já era, há milhares de anos, um espaço de convivência, onde o mar sempre desempenhou papel central na vida de seus habitantes. A presença ancestral reafirma a importância histórica e cultural da região, cuja identidade não pode ser compreendida sem o reconhecimento de seu passado indígena e pré-colonial.

A valorização dos saberes tradicionais ligados a esse território exige uma compreensão mais ampla do que se entende por cultura. Como propõe Westphal (2017), a cultura ultrapassa a materialidade dos objetos e expressa-se também em formas imateriais como os rituais, as memórias, os modos de vida e os sentidos atribuídos ao mundo. No entanto, é preciso também reforçar que a pesca artesanal é um patrimônio cultural que se concretiza na materialidade das embarcações, dos apetrechos de pesca, das técnicas de construção naval e das ferramentas herdadas e reinventadas a cada geração. Essa materialidade visível e manipulável — como redes, botes (barcos), ranchos de pesca e estaleiros — compõe um universo simbólico e técnico que traduz uma forma singular de relação com o território e com o mar.

Frequentemente negligenciado por políticas públicas voltadas apenas à proteção do patrimônio edificado urbano ou a manifestações espetaculares, esse conjunto de bens materiais associados à pesca artesanal também precisa ser reconhecido, preservado e incluído em processos de patrimonialização. É na interdependência entre formas materiais e saberes imateriais que reside a potência da pesca artesanal como um patrimônio vivo.

Embora já exista uma lei municipal que reconhece a pesca artesanal como patrimônio cultural em Balneário Barra do Sul, é necessário ir além do texto legal. Ser ou não ser patrimônio não é apenas uma questão jurídica, mas existencial. O valor da pesca artesanal como patrimônio reside na vivência cotidiana, nas redes lançadas ao mar, nas histórias compartilhadas à beira do canal, na construção de barcos e na força das mulheres descascadeiras.

Assim, para que o reconhecimento se efetive de forma plena, é indispensável a criação de políticas públicas participativas, territorializadas e comprometidas com a continuidade das práticas culturais. O reconhecimento legal, por si só, não garante a salvaguarda: é na prática, no engajamento da comunidade e na escuta das vozes locais que o patrimônio ganha força, sentido e futuro.

Dessa forma, os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados: contribuiu-se para a valorização da pesca artesanal como patrimônio cultural; foram identificadas as práticas tradicionais e os saberes locais — prova disso é a declaração dada pelo pescador Salomão Castanho a esta pesquisadora, de que hoje “ele se vê de forma diferente, não simplesmente como pescador, mas como um pescador que traz em sua trajetória toda a tradição herdada de gerações”.

Também foram apontados caminhos possíveis para a implementação da Lei nº 1.780/2024, que reconhece a pesca artesanal como patrimônio imaterial, especialmente a partir de uma perspectiva emancipatória e transformadora. Entre esses caminhos, destacam-se: a formulação de políticas públicas participativas e territorializadas, que garantam a continuidade das práticas culturais e o protagonismo das comunidades locais; o fortalecimento de ações educativas, como projetos pedagógicos nas escolas que valorizem a identidade pesqueira desde a infância; o reconhecimento jurídico e simbólico da comunidade pesqueira como tradicional, assegurando seus direitos culturais e territoriais; o registro e a salvaguarda tanto dos elementos imateriais quanto dos bens materiais associados à pesca, como embarcações, redes, ranchos e técnicas construtivas; a articulação entre poder público e comunidade para o desenvolvimento de estratégias de preservação e valorização cultural; e a promoção de uma economia solidária e sustentável, baseada nos saberes tradicionais e na conservação ambiental. Tais medidas, quando integradas e comprometidas com a escuta das vozes locais, permitem que o reconhecimento legal se converta em práticas reais de salvaguarda e fortalecimento desse modo de vida.

No entanto, diante das evidências apresentadas ao longo desta pesquisa — que demonstram a presença indissociável de bens materiais na constituição do patrimônio pesqueiro —, propõe-se a revisão e ampliação da referida legislação, de modo a reconhecer a pesca artesanal também como patrimônio cultural material. Essa ampliação permitirá uma abordagem mais completa, eficaz e justa na preservação e valorização desse modo de vida tradicional.

O trabalho também trouxe contribuições ao debate sobre sustentabilidade, aspecto que dialoga diretamente com os objetivos do Observatório de Sustentabilidade da Univille, mostrando que o desenvolvimento pode — e deve — dialogar com os conhecimentos tradicionais e com a preservação das identidades locais. Como apontado por Smith (2021), o patrimônio é uma performance: ele se faz e refaz continuamente.

A pesca artesanal, nesse contexto, é uma prática viva e encarnada em corpos, gestos e objetos, que merece ser vista, protegida e fortalecida. Ao reconhecer esse modo de vida como patrimônio cultural material e imaterial, não apenas se preserva o passado, mas se constrói um futuro mais justo, plural e sustentável para Balneário Barra do Sul.

Por fim, espera-se que este trabalho inspire novas pesquisas, ações educativas, políticas públicas e processos de patrimonialização que envolvam os sujeitos que constroem e sustentam esse modo de vida. Que os pescadores e pescadoras, muitas vezes à margem dos discursos oficiais, possam ocupar centralidade nas decisões que envolvem seu território, seu trabalho e seu futuro. E que a memória dos povos ancestrais, dos sambaquianos aos atuais moradores da Barra do Sul, continue a ser fonte de identidade, resistência e pertencimento.

GLOSSÁRIO DO PESCADOR ARTESANAL

Ardentia – microrganismos que iluminam a água à noite quando ela é agitada.

Arrasto – técnica de pesca do camarão, em que uma rede é puxada no fundo do mar.

Balaio – cesto utilizado para guardar peixes ou camarões.

Banca – espaço onde o pescador comercializa o pescado.

Bandeira – sinalização boiada usada para indicar o local das redes no mar.

Barreando o dia – quando o dia começa a clarear. Expressão: “Já está fazendo barra no horizonte.”

Boca aberta – expressão usada para designar alguém que cometeu um erro ou imprudência.

Bote – barco de pequeno porte.

Braça – unidade de medida utilizada para calcular o tamanho de redes ou cabos.

Bucheiro – equipamento usado para fisgar peixes de grande porte e trazê-los ao barco.

Cabo – corda utilizada em embarcações ou redes.

Caceio – modalidade de pesca com rede de emalhe à deriva, acompanhando o fluxo da maré, geralmente do sentido da costa para o oceano.

Caetana – farinha de mandioca misturada ao café.

Caíco – pequena embarcação rebocada que serve de apoio ao barco principal.

Calão – extremidades das redes, podendo ser o início ou o fim delas.

Cambira – peixe seco ao sol ou defumado.

Carça e dale – expressão usada quando alguém age ou responde impulsivamente, sem medir as consequências.

Caracol – modalidade de pesca em que a rede, presa a um peso e uma bandeira, é solta para formar um cerco ao redor do cardume.

Cortiça – boias usadas nas redes, geralmente feitas de isopor.

Costão – encostas rochosas à beira-mar.

Emalhado – peixe preso à rede.

Encala – fio utilizado para costurar os panos da rede à tralha.

Faisqueira – peixes que se separam do cardume principal.

Fumaça / Fumaceando – quando os peixes começam a emalhar e lançam gotas de água para cima, criando uma névoa visível. “Quando cerquei era só uma fumaça.”

Furada – quando o barco atravessa ou “fura” uma onda.

Fusque-fusque – período do amanhecer ou do entardecer.

Grandíssssimo – aumentativo popular de "grande", usado para expressar algo muito intenso ou exagerado.

Jacuva – água fria com farinha de mandioca.

Jajigo – momento de espera pelo mar calmo, quando as condições ficam seguras para entrar ou sair pela Boca da Barra.

Lage – formação rochosa que se projeta acima da superfície do mar, onde as ondas quebram.

Lambe-lambe – prato típico feito com mariscos na casca e arroz. O nome vem do ato de pegar o marisco com as mãos e lambar.

Lanço – cerco feito ao redor de um cardume de peixes.

Lanho – corte feito no peixe antes de assá-lo ou prepará-lo em caldo.

Laúza – termo usado quando se sabe que uma história ou notícia não é exagerada.

Lestada – vento vindo do Leste.

Malha – cardume de peixes agrupados.

Malhotita – pequeno cardume de peixes.

Manjuva / Manjuba – espécie de peixe pequeno, indicativo da presença de outros peixes maiores no entorno.

Manta – grande cardume de peixes.

Mar grosso – mar muito agitado, condição em que os pescadores não saem para a pesca.

Mar liso – mar calmo e sereno.

Mar mexido / Mar balanceado – mar agitado, com ondas e instabilidade.

Manta – grande cardume de peixe.

Mareado – pessoa que se sente enjoada devido ao balanço da embarcação.

Nordestão – vento forte proveniente do Nordeste.

Pano de rede – conjunto de malhas que formam o corpo da rede de pesca.

Parcel – pedras submersas no mar, perigosas para a navegação.

Peixe afundado – cardume visível apenas como uma mancha escura sob a água.

Peixe boiado – cardume visível na superfície da água.

Peixe com roupa – peixe assado com as escamas.

Pesqueiro – ponto conhecido e tradicional de pesca.

Pirão da água – prato feito com farinha de mandioca misturada à água quente, geralmente servido com peixe frito ou ensopado de marisco ou arraia.

Poita – peso usado para afundar uma ponta da rede.

Popa – parte traseira da embarcação.

Proa – parte frontal da embarcação.

Rebojo – vento Sul forte.

Remo de voga / Remo de apalamenta – remo utilizado para impulsionar embarcações artesanais.

Ressolho – agitação da água causada por movimento de peixes ou pelo hélice da embarcação.

Tá de bola / Tá pinhado – expressão usada para dizer que há muito peixe.

Terça – unidade de medida usada para entralhar redes.

Trangone – hastes de madeira que se projetam para fora do barco e sustentam as redes de camarão.

Trancada – quando mata muito peixe

Tralha – cordas às quais as malhas de rede são presas.

Urro – quando o cardume se assusta ou se se acuado e começa a se espalhar ou pular, dependendo da espécie do peixe.

Varou tudo por cima – expressão usada quando uma onda passa por cima da embarcação.

Varejão – bambu utilizado para empurrar a embarcação em águas rasas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Naira Rosana. **Baía Babitonga, Patrimônio Natural em Disputa: Olhares de Pescadores Artesanais**. 2021. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille)

ALVES, J. A., PINHEIRO P. C. Peixes recifais das ilhas costeiras do Balneário Barra do Sul – Santa Catarina – Brasil. **Revista CEPSUL Biodiversidade e Conservação Marinha**. 2011

ALVERSON, D.L., FREEBERG, M.H., POPE, J.G., MURAWSKI, S.A. A global assessment of fisheries bycatch and discards. **FAO Fish. Tech. Pap.** n. 339, p.1-233, 1994. Disponível em <https://www.fao.org/4/t4890e/t4890e00.htm>. Acesso em 20 nov. 2024

AMARAL, Vitor Marilone Cidral da Costa do Amaral; BANDEIRA, Dione da Rocha Bandeira; BARROS, Roberta Barros. Indígenas dos Séculos XVI-XVII em São Francisco Do Sul-SC. **XV Encontro Regional de História**. Curitiba (PR), 2016. UFPR

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei Nº 57/94**. Dispõe Sobre A Criação Do Brasão do Município de Barra Do Sul, Estado De Santa Catarina e dá outras Providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei Nº 60/94**. Dispõe sobre a criação da bandeira do Município de Balneário Barra Do Sul, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei Nº 71/94**. Dispõe sobre autorização para o Executivo Municipal isentar a Colônia de Pescadores Z-3 de todos os tributos e Taxas Municipais. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei Nº 101/94**. Autoriza isenção do IPTU/1995 para Colônia de Pescadores Z-3, isenta os pescadores do município da cobrança da taxa para alvará de autônomo exercício 1995. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei Nº 157/95**. Que institui os feriados públicos municipais. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei Nº 255/2000**. Autoriza o poder executivo municipal conceder uso das instalações do ginásio municipal de esportes. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL. **Lei nº 310/2001**. Autoriza o poder executivo municipal conceder uso das instalações do ginásio municipal de esportes para Colônia de Pescadores Z-3. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Decreto nº 258/2001**. Proíbe o uso das instalações das bancas de comércio de pescados para limpeza de camarão, peixes, crustáceos, frutos do mar e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 439/2003**. Autoriza a permissão de uso das dependências do Ginásio Municipal de Esportes Cláudio Roberto dos Santos para a Colônia de Pescadores Z-3 e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 695/2006**. Autoriza o chefe do poder executivo municipal de Balneário Barra do Sul (SC) a doar material de construção de embarcação a pessoa carente do município. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 701/2006**. Autoriza o executivo municipal a firmar termo de compromisso com a Colônia de Pescadores Z-3 de Balneário Barra do Sul e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 706/2006**. Autoriza o poder executivo municipal a anexar na área onde sera construído o mercado público municipal a fábrica de gelo da Colônia de Pescadores Z3. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 709/2006**. Cria o fundo municipal de recuperação contínua do Canal da Boca da Barra, de Balneário Barra do Sul. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Decreto nº 652/2006**. Fixa normas para disciplinar o uso do espaço físico do cais de atracação de embarcações e da praça Olibio José Dias e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 736/2007**. Autoriza repasse de recursos financeiros para entidades do município de Balneário Barra do Sul - estado de Santa Catarina. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 738/2007**. Autoriza o poder executivo municipal a anexar à área de construção do projeto do mercado público municipal a construção da fábrica de gelo da Colônia de Pescadores Z-3. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 753/2007**. Proíbe e estabelece o emprego de aparelhos e modalidades de pescas na praia e costões do litoral de balneário barra

do sul e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 824/2008**. Dispõe sobre a instituição do conselho municipal da pesca (cmp) do município de balneário barra do sul, estado de santa catarina e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 908/2009**. Autoriza o poder executivo municipal a criar o programa municipal de desenvolvimento da cadeia produtiva da aquicultura familiar, bem como utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 939/2010**. Altera o art. 3º da lei nº 753, de 20/06/2007, que proíbe e estabelece o emprego de aparelhos e modalidades de pescas na praia e costões do litoral de balneário barra do sul e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 1022/2011**. Altera lei 982/2010 e lei 1.019/2011, que autoriza o chefe do poder executivo a realizar transferências financeiras para entidades sem fins lucrativos no ano 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br> . Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Decreto nº 1033/2012**. Regulamenta o uso das carreiras de barco destinadas à manutenção de barcos no município de Balneário Barra do Sul. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br> . Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Decreto nº 1036/2012**. Regulamenta o uso do caminhão frigorífico em viagens fora do município e do estado de santa catarina a serviços dos pescadores artesanais do município de balneário barra do sul. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br> . Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 1060/2012**. Dá nome ao mercado público municipal de Laércio Pereira. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br> . Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 1092/2013**. Autoriza o poder executivo municipal a criar o programa municipal de desenvolvimento da cadeia produtiva da aquicultura familiar, bem como utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 1201/2014**. Autoriza o executivo municipal, por intermédio da secretaria de meio ambiente agricultura e pesca, a celebrar convênio de cooperação mútua com a colônia de pesca z3 para desenvolvimento das atividades pesqueiras e aquícolas do município de Balneário Barra do Sul. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Decreto nº 1263/2015**. Decreta situação de emergência, no canal da Boca da Barra, situado no município de Balneário Barra do Sul - SC. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br> . Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 1264/2015**. Autoriza o poder executivo a dar o nome de Odete dos Santos às bancas dos pescadores localizada na avenida Amandio Cabral no centro do município de Balneário Barra do Sul-SC. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br> . Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 1338/2017**. Autoriza o chefe do poder executivo municipal a outorgar permissão de uso de área pertencente ao patrimônio público para a Colônia de Pescadores Z-3 de Balneário Barra do Sul, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br> . Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 1420/2019**. Dispõe sobre a proibição da queima, soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos no município de balneário barra do sul e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 1452/2019**. Dispõe sobre a concessão de benefício eventual na modalidade "auxílio emergencial" em virtude da situação anormal, caracterizada como excepcional, aos pescadores vítimas de acidente com a embarcação de pesca artesanal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 1454/2019**. Altera o art. 7º da lei nº 709, de 28 de setembro de 2006, que cria o fundo municipal de recuperação contínua do canal da boca da barra, de Balneário Barra do Sul e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 1469/2020**. O centro de convivência municipal denominar-se-á centro de convivência municipal cristiane de borba pereira. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 1560/2021**. Dispõe sobre os pescadores artesanais, instituindo o Dia do Pescador Artesanal em Balneário Barra do Sul-SC. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 5 jul. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 1585/2021**. Institui a semana dos pescados no calendário do município de Balneário Barra do Sul, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Decreto nº 1750/2021**. Declara área de utilidade pública e interesse social para fins de desapropriação. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 1671/2022**. Dá nome à ponte rio Perequê, que liga a avenida São Francisco do Sul com a avenida Jaraguá do Sul, bairro Centro, de Ponte do Amigo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Decreto nº 1988/2024**. Regulamenta a Lei nº 1.781, de 18 de setembro de 2024 que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), na forma em que especifica abaixo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Decreto nº 1989/2024**. Regulamenta a Lei nº 1.782, de 18 de setembro de 2024, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), na forma em que especifica abaixo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Lei nº 1780/2024**. Declara a pesca artesanal como patrimônio cultural imaterial do município de Balneário Barra do Sul, SC. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Plano Municipal da Mata Atlântica**. Balneário Barra do Sul: Prefeitura Municipal, 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). **Plano Municipal de Mata Atlântica**. Balneário Barra do Sul: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2024.

BALNEÁRIO BARRA DO SUL (SC). Secretaria Municipal de Turismo. Disponível em: <http://turismo.balneariobarradosul.sc.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BANDEIRA de Balneário Barra do Sul. **Wikipédia, a enciclopédia livre**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_de_Balne%C3%A1rio_Barra_do_Sul. Acesso em: 16 set. 2024.

BANDEIRA, Dione da Rocha; ALVES, Maria Cristina. O patrimônio arqueológico histórico de São Francisco do Sul: contribuição à memória com base na cultura material. In: Bandeira, Dione da Rocha; Borba, Fernanda Mara; Alves, Maria Cristina (org.): **Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul a partir da pesquisa em Arqueologia Histórica**. Joinville: Editora Univille, p.22-49, 2017.

BANDEIRA, Dione Da Rocha; ALVES, Maria Cristina Alves; ALMEIDA, Graciele Tules De; SÁ, Júlio Cesar de; FERREIRA, Jessica; VIEIRA, Celso Voos; AMARAL, Vitor M. C. da Costa do; BARTZ, Magda Carrion; MELO JR.; João Carlos Ferreira. Resultados preliminares da pesquisa no sambaqui sob rocha Casa de Pedra, São Francisco do Sul, Santa Catarina, Brasil. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**. 13 (1), Jan-Apr 2018.

BANNWART, Janaína Patrícia. A pesca artesanal marinha em Santa Catarina. **Boletim Didático** nº 113. Epagri, 2014

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento Sustentável: das Origens à Agenda de 2030**. São Paulo: Atlas, 2020.

BARTZ, Magda Carrion. Pesca e Sustentabilidade: **O Estudo do Patrimônio Arqueológico da Praia Grande em São Francisco do Sul-SC dos Tempos Pretéritos ao Atual**. 2018. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).

BEL MAG. **Bel Mag: pioneira brasileira na extração de magnésio marinho**. blog.belmag.com.br/bel-mag-pioneira-brasileira-na-extracao-de-magnesio-marinho. Julho de 2022. Acesso em 28 abr. 2025

BIBLIOTECA NACIONAL. Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável divulga carta aberta à sociedade brasileira. **Secretaria-Geral da Presidência da República**. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/abril/cnods-divulga-carta-aberta-a-sociedade-brasileira>. Acesso em: 5 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Zona Costeira e Marinha**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zona-costeira-e-marinha.html>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cvief.pdf>. Acesso em: 5 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20. Acesso em: 10 mar 2024.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. Os Povos Indígenas em Santa Catarina. **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

BRITO, Denise Costa de. **O saber tradicional – de ofício – do pescador e da pescadora artesanal de lagoa de cima em Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação). Curso de Pós-graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração Agrícola.

BUCH, Carolina L.; LEONCIO, Rhanna C.. das Chagas; Nascimento, Nara de Oliveira; RAINHA, Felipe Andrade. Território e Políticas Públicas. In: SILVA, Cátia A. da. (org) **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p.87-109

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. 1 ed. São Paulo – Contexto, 2023.

CARVALHO, Ozório. Entrevista oral. 31 jan. 2025, Balneário Barra do Sul]. Entrevistadora: Sabrina A. Hille Castanho. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Entre Redes, Tradições e Sustentabilidade: A Pesca Artesanal em Balneário Barra Do Sul.

CASTANHO. Salomão. **Salomão Castanho**: entrevista oral 5 mai. 2025, Balneário Barra do Sul]. Entrevistadora: Sabrina A. Hille Castanho. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Entre Redes, Tradições e Sustentabilidade: A Pesca Artesanal em Balneário Barra Do Sul.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **A questão da tradição: Algumas considerações preliminares para se investigar o saber-fazer tradicional**. Fórum Patrimônio: ambiente Construído e Patrimônio Sustentável Belo Horizonte, v.7, n.1. Jan / Jun. 2014.

CENSOS DO BRASIL. **Censo demográfico de 1900**. Oficina da Estatística - Rio de Janeiro, 1905.
https://archive.org/details/censosynop1900demogr/page/n77/mode/2up?utm_source. Acesso 25 abr. 2025

CERTEAU, Michel;. A invenção do cotidiano. 1.Artes de Fazer. Tradução de Efraim F. Alves. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHUVA, Márcia. **Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas**. In Alice Duarte (ed.), Seminários DEP/FLUP, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35.
<https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE (1972: Estocolmo). Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano. Estocolmo: Organização das Nações Unidas, 1972.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Povos indígenas no Brasil**. Publicado em: 16 jun. 2010. Disponível em: <https://cimi.org.br/2010/06/30442/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. **Vocabulário geográfico de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

CRUZ, Carla Ferreira; NIZZOLA, Liliane Janine; WEISSHEIMER, Maria Regina, **A Coleção de Barcos do Brasil**. Organização: Dalmo Vieira Filho. Florianópolis, SC: Iphan-SC, 2019.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. **Revista Nera**, v.23, n.51, p.180-204, jan-abr. 2020.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Prefácio. In. Silva, Catia Antonia. **Política Pública e Território: Passado e Presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. São Paulo em Perspectiva, 6(1-2) p. 22-29, jan/jun 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A Pesca Construindo Sociedades**. São Paulo: NUPAUB, 2004.

DORSA, Alice Regis. **O mundo é o mar: pescadores tradicionais e seus mapas mentais. Armação do Pântano do Sul, Florianópolis-SC**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. **São Paulo em Perspectiva**, 15(2) 2001.

ECOS DA BABITONGA – HISTÓRIAS DIGITAIS. **A Pesca em Minha Vida**. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=MJU1qn4h35o&list=PLplkRjNnNdIkFNmi_qC2kHi7RZfjL_-Z_&index=3&t=12s. Acesso em Mai. 2025

ENGEL, Fernands; BÖHM, Renata Falck torch; SILVEIRA, Milena dos Santos; DELL'AGNOLO, Ellen Cristina; POLETTE, Marcos. O Canal do Linguado da Baía da Babitonga/SC: uma retrospectiva através da história e considerações sobre uma possível reabertura. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 87-101, set./dez. 2017.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 23, p.109-120. Editora UFPR, 2011.

FERREIRA, Jessica; BANDEIRA, Dione da Rocha, BARTZ, Magda Carrion, FOSSILE, Thiago, MAYAROKA, Felipe. Reflexões sobre a pesca pré-colonial na Baía da Babitonga, litoral norte de Santa Catarina, Brasil. In: **Cadernos do Lepaarq**, v. XVI, n.32., p. 138-155, Jul-Dez. 2019.

FOPPA, Carina Catiana. **Comunidades Tradicionais em Movimento: modos de vida e educação ambiental para o desenvolvimento territorial sustentável em uma unidade de conservação marinho-costeira no litoral de Santa Catarina**. Tese

apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2015

FOSSILE T, Ferreira J, da Rocha Bandeira D, et al. Captura de pesca pré-colombiana reconstrução de um estuário subtropical na América do Sul. **Peixe Peixe**. 2019;00:1–14. <https://doi.org/10.1111/faf.12401>

FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, 41, 1/2, 2001, 23-32.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Pesca artesanal da tainha será certificada como patrimônio imaterial de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/noticias/21743-pesca-artesanal-da-tainha-sera-certificada-como-patrimonio-imaterial-de-santa-catarina>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GERHARDINGER, Leopoldo Cavaleri *et al.* Governabilidade estrutural do subsistema natural do Ecossistema Babitonga (Santa Catarina: Brasil). **Estudos Avançados**, n. 7, 2018.

GOMES, Lihla Zaslavsky. O período Monárquico na História de São Francisco do Sul: abismos de silêncios. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis: UFSC. v.16, n.1-2, 2022.

GONÇALVES, Janice. Patrimônio e Festas Religiosas. In: Carvalho, Aline e Meneguello, Cristina (org.) **Dicionário Temático de Patrimônio**. São Paulo: Unicamp, 2020. p. 181-183

HEMEROTECA CATARINENSE. Acervo digital de periódicos. Fundação Catarinense de Cultura. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/docmulti.aspx?bib=acervo>. Acesso em: 15 jun. 2025.

HOLANDA, Fabíola. MEIHY, José C. S. B. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2023.

INFOPÉDIA. Pombeiro. In: *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pombeiro>. Acesso em: 4 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Balneário Barra do Sul. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/balneario-barra-do-sul/pesquisa/10102/122229> Acesso em 21 abr 2025

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. História - São Francisco do Sul (SC). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1546/>. Acesso em 30 abr. 2025

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Terras indígenas Taquara e Pindoty são declaradas pelo Ministério da Justiça. **Terras Indígenas no Brasil**. Disponível em www.terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/86575. Acesso em 4 mai. 2025.

JOHN, Nara Marlei. **Identificação, valorização e preservação do Patrimônio Histórico e Cultura**. 1ª edição. Curitiba: Appris, 2021.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, E.; ARGUETA, A.; BOEGE, E.; PORTO-GONÇALVES, C.W. **Conferência de Joanesburgo sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente**. 2002

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LICZBINSKI, Cátia Rejane Mainardi. **Meio Ambiente e Consumo Sustentável: o papel do Código de Defesa ao Consumidor na concretização da cidadania**. 2ª edição. Curitiba: Appris -2021

LUIZ, Maria Ávila. **Maria Ávila Luiz**: entrevista oral [14 nov. 2003, Balneário Barra do Sul]. Entrevistadoras: Sandra P. L. C. Guedes e Eleide Findlay. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Representações Sociais Sobre o Patrimônio Histórico e Pré-Colonial. Disponível em: Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2003.

MARTINS, Ivan Machado. **Conhecimento Ecológico De Pescadores Artesanais Sobre Peixes De Interesse Comercial: Contribuições Para O Manejo E Conservação na Baía de Tijucas, SC**. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

MENDES, Cristiano. **Cristiano Mendes**: entrevista oral. [4 mai. 2025, Balneário Barra do Sul]. Entrevistadora: Sabrina A. Hille Castanho. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Entre Redes, Tradições e Sustentabilidade: A Pesca Artesanal em Balneário Barra Do Sul.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **1º Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**. Vol. 1. 2009

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável Conceitos e Princípios. **Textos de Economia**. Florianópolis, v. 4, a. 1, p. 131-142. 1993.

MOREIRA, Ana Luísa Andrade. Patrimônio Naval de Laguna-SC: Práticas Tradicionais, Identidade e Memória. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

MOREIRA, André Luis; BANDEIRA, Dione da Rocha. Os Sítios arqueológicos pré-coloniais de Balneário Barra do Sul-SC: reflexões sobre um patrimônio ameaçado.

Caderno de Iniciação à Pesquisa. Universidade da Região de Joinville.; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. V.21. Editora Univille: Joinville, SC: 2019.

MESQUITA, João Lara. **Canal do Linguado, Babitonga, mais um crime ambiental?** Mar sem fim. Disponível em <https://marsemfim.com.br/>. Acesso em 30 abr 2025

MÜLLER, Bryan. Olha o Peixe: empreendimento social da pesca artesanal do litoral do Paraná. Paraná, Brasil, 2018-. Disponível em: Olha o Peixe. Site: <https://olhaopeixe.com.br>. Acesso em 30 ago 2025.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1457-1463, 2012.

NOGUES, Diego Costa. **O Dom da Pesca: A Arte do Caracol/Caceio-Redondo na Comunidade de Barrancos em Pontal Do Paraná, Litoral do Paraná, Sul do Brasil.** 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP.** São Paulo. Dez. 1993. p. 7-28.

OLIVEIRA, Daiana Felix; MONTEIRO, Luciana de V. Gomes. Ecodesenvolvimento: uma abordagem sob o contributo de Ignacy Sachs. **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável.** Minas Gerais. v. 1, n. 2, p. 29 – 48. Jul/Dez. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Assembleia Geral da ONU, Paris, 10 de dezembro de 1948.

ORLANDO. Marcos Tadeus D Azeredo. **Estudos sobre as areias monazíticas regionais e as radiações ionizantes potencialmente terapêuticas.** Disponível em <https://www.fisica-aplicada.com.br/areia-monaz%C3%ADtica>. Acesso em 30 abr 2025

PARETO JR. Lindener. Patrimônio e Ofícios. In: Carvalho, Aline e Meneguello, Cristina (org.) **Dicionário Temático de Patrimônio.** São Paulo: Unicamp, 2021. p. 189-192.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 111, n. 1, p. 95-116, 2009.

PELEGRINI, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.26, n.51, 2006.

PELEGRINI, Sandra C. S.; FUNARI, Pedro P. **O que é patrimônio Cultural Imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

PELEGRINI, Sandra. Patrimônio Imaterial. In: Carvalho, Aline e Meneguello, Cristina (org.) **Dicionário Temático de Patrimônio**. São Paulo: Unicamp, 2021. p. 71-73

PERRONE-MOISÈS, Leyla. **Vinte Luas - Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PERROT, Michelle. As mulheres o poder e a história. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani; tradução de Denise Bottmann. 13ª ed. Rio de Janeiro, RJ : Paz e Terra, 2024. P. 177-196

POULOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Editora Estação Liberdade Ltda., 2009.

PRAXEDES, Nazário. **Nazário Praxedes**: entrevista oral. [4 jul. 2003, Balneário Barra do Sul]. Entrevistadoras: Sandra P. L. C. Guedes e Eleide Findlay. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Representações Sociais Sobre o Patrimônio Histórico e Pré-Colonial. Disponível em: Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2003.

PREFEITURA DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL. Página oficial. <https://www.facebook.com/prefeituradebalneariobarradosul>. Acesso em 15 out. 2024

PRÓ-BABITONGA. **Ecossistema Babitonga**. Disponível em <://www.grupoprobabitonga.com/ecossistema-babitonga>. Acesso em 10 fev. 2025.

PROJETO CAMBIRA. Página oficial. Disponível em: <https://projetocambira.blogspot.com/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

QUANDT, Olavo Raul. **Cabeza de Vaca e o Peabiru**. Joinville: Editora Letradágua, 2007.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade – Uma Visão Humanista. **Revista Ambiente e Sociedade**, ano 2, n. 5, p. 233-240, 1999.

RESENDE, Alberto Toledo. A Origem da Institucionalidade da Pesca Artesanal. In: SILVA, Cátia A. da. (org) **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 43-67

RODRIGUES, Ana Maria Torres. **Diagnóstico Sócio-Econômico e a Percepção Ambiental das Comunidades de Pescadores Artesanais do Entorno da Baía da Babitonga (SC): Um Subsídio ao Gerenciamento Costeiro**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ROSA, Miguel Tito. **Miguel Tito Rosa**: entrevista oral. [14 nov. 2003, Balneário Barra do Sul]. Entrevistadoras: Sandra P. L. C. Guedes e Eleide Findlay. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Representações Sociais Sobre o Patrimônio Histórico e Pré-Colonial. Disponível em: Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2003.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável e Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. 2 ed. – Belo Horizonte - MG: Granier, 2020

SALLES, D. M.S; GIORDINI, A. C.; BIAGI, A. M.; AFFONSO, I. P.; FERNANDES, V. Social movements and the 2030 Agenda: the correlation between the progressist agendas and the Sustainable Development Goals. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**. Curitiba (PR) v.59, e2054, 2024.

SANTA CATARINA. **Lei nº 12.348, de 22 de janeiro de 2002**. Reconhece o município de Balneário Barra do Sul como a Capital Catarinense da Construção Naval Artesanal. Leis Estaduais, Santa Catarina, 2002. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-12348-2002-santa-catarina-reconhece-o-municipio-de-barra-do-sul-como-capital-catarinense-da-construcao-naval-artesanal>>. Acesso em: 5 set. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei nº 17.565, de 6 de agosto de 2018**. Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina. Disponível em https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2018/17565_2018_lei.html. Acesso em: 20 out. 2024

SANTA CATARINA. **LEI Nº 8.593, de 17 de maio de 1992**. Da nova redação, ao art. 1º da Lei nº 8.521, de 09 de janeiro de 1992. Disponível em leis.alesec.sc.gov.br/html/1992/8593_1992_Lei.html?utm_source. Acesso em: 5 set. 2023.

SANTO, Scheila Argollo Santos Do Espírito. **Ações Cívico Sociais (Aciso) Do Exército Brasileiro: Uma Revisão De Literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Escola de Saúde do Exército, Programa de Pós-Graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares. Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Página oficial. Disponível em : <https://www.facebook.com/Educacaobbs> . Acesso em: 15 out. 2024.

SEDREZ, M.C., BRANCO, J.O., FREITAS JUNIOR, F.; MONTEIRO, H.S. & BARBIERI, E. Ichthyofauna bycatch of sea-bob shrimp (*Xiphopenaeus kroyeri*) fishing in the town of Porto Belo, SC, Brazil. **Biota Neotrop.** v. 13, n.1, p. ? 2013 <http://www.biotaneotropica.org.br/>

SERAFINI, T. Z.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; PIERRI, N. Subsídios para a gestão compartilhada da pesca na Baía da Babitonga (SC, Brasil). **Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology**, v. 18, n. 1, p. 99-111, 2014.

SERAFINI, Thiago Zagonel. **Limites e Possibilidades para a Construção da Gestão Compartilhada da Pesca Marinha-Estuarina: Estudo de Caso do Sistema Socioecológico Pesqueiro da Baía da Babitonga-SC**. 2012. Tese (Doutorado em Ecologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SCHRODER, Talita. **Dos Sambaquis às Mesas da Gastronomia Moderna: Os Moluscos na Alimentação de Povos Da Baía Babitonga**. 2020. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville – Univille.

SCHOSSLER, Joana Carolina. Litoral e Patrimônio. In: Carvalho, Aline e Meneguello, Cristina (org.) **Dicionário Temático de Patrimônio**. São Paulo: Unicamp, 2021. p. 127-130

SILVA, Cátia Antônia da. Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia de existência. In: SILVA, Cátia A. da. (org) **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a. p.13-26

SILVA, Adriano Prysthon. Pesca artesanal brasileira: Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Palmas - Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014b.

SILVA, Cátia Antônia da. **Política Pública e Território: Passado e Presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SMITH, Laurajane. **Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio**. [2021]. DOI: <https://doi.org/10.18472/cvt.21n2.2021.1957>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=1957>.

SOUSA, Edinelson. **Reconstruindo Nossas Memórias - Pequeno Histórico de Balneário Barra do Sul**. 1ª Edição. InformaGraf – 2002

SOUSA, Edinelson. **Edinelson Sousa**: entrevista oral [5 dez. 2003, Balneário Barra do Sul]. Entrevistadoras: Sandra P. L. C. Guedes e Eleide Findlay. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Representações Sociais Sobre o Patrimônio

Histórico e Pré-Colonial. Disponível em: Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2003.

SOUZA, Aristote. **Aristorte Souza**: entrevista oral [5 dez. 2003, Balneário Barra do Sul]. Entrevistadoras: Sandra P. L. C. Guedes e Eleide Findlay. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Representações Sociais Sobre o Patrimônio Histórico e Pré-Colonial. Disponível em: Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2003.

SOUZA, Safira Cristina Mendes. **Safira Cristina Mendes Souza**: entrevista oral. [5 dez. 2024, Balneário Barra do Sul]. Entrevistadora: Sabrina A. Hille Castanho. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Entre Redes, Tradições e Sustentabilidade: A Pesca Artesanal em Balneário Barra Do Sul.

STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil**. Tradução Angel Bojadsen. Porto Alegre, RS: L&PM, 2024

TEIXEIRA, João Joaquim. **João Joaquim Teixeira**: entrevista oral. [26 fev. 2025, Balneário Barra do Sul]. Entrevistadora: Sabrina A. Hille Castanho. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa Entre Redes, Tradições e Sustentabilidade: A Pesca Artesanal em Balneário Barra Do Sul.

TIBURTIUS, Guilherme; BIGARELLA, Iris Koehler; BIGARELLA, João José. Contribuição ao Estudo dos Sambaquis do Litoral Norte de Santa Catarina: Sambaqui do Rio Pinheiros (nº8). **Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas**. Vol. IX, art. 9, pag. 141-197. Curitiba: Imprensa Paranaense S. A., 1954

TIBURTIUS, Guilherme. O Sambaqui da Conquista (nº 9). **Boletim Paranaense de Geografia**. Nº 18/20, p. 71-126, 1966.

TRADITION (projeto). Echoes of Babitonga. Disponível em: <https://erc-tradition.com/echoes-of-babitonga/>. Acesso em 30 ago 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2024**. Eleições Municipais Ordinárias 2024. Disponível em <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e619;uf=sc;mu=80683;ti=3/resultados/cargo/11>. Acesso em 08 mai 2025.

UMAÑA, Wilson Picado. El desarrollo sustentable como ficción: una crítica conceptual desde la perspectiva de la historia. **Revista de Estudios Sociales**, n. 12, p. 21-37, 2016.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI). **Legislação Pesqueira em Santa Catarina**. Março de 2024.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI). **Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado de Santa Catarina – PMAP-SC**. 2017-2023.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI). **Projeto Caracterização Socioeconômica das Atividades de Pesca e Aquicultura em Santa Catarina (PCSPA-SC) 2014-2015.**

VACA, Álvaro Núñez. **Naufraágios e Comentários.** Tradução de Jurandir Soares dos Santos. 2 ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

VEIGA, José Eli da. O âmago da sustentabilidade. **Sociedade e Ambiente.** Estudos Avançados 28 (82). Dez 2014

VIEIRA, Celso Vãos; FILHO, Norberto Olmiro Horn; BONETTI, Carla Van Der Haagen Custódio; BONETTI, Jarbas. Caracterização morfosedimentar e setorização do complexo estuarino da Baía da Babitonga/SC. **Boletim Paranaense de Geociências**, n. 62-63, p. 85-105, 2008. Editora UFPR

VIEIRA, Celso Voos ; HAPONIUK , Ricardo Ribeiro; FILHO, Norberto Olmiro Horn. Ilhas da Baía Babitonga, Santa Catarina, Brasil: caracterização geológica, geomorfológica e do uso e cobertura do solo. **GEOgraphia**, vol: 26, n. 57. Niterói, RJ. 2024

VIEIRA, José Carlos. O Significado de Babitonga. Academia Joinvilense de Letras. Disponível em <https://academiajoinvilense.com.br/o-significado-de-babitonga-vieira/>. Acesso em 10 fev. 2025

WESTPHAL, Euler Renato. A presença da teologia na cultura: uma interpretação sobre a imaterialidade da cultura. **Teoliterária** V. 7 - N. 13, 2017.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Pesca Artesanal em Balneário Barra do Sul: Gestão, Sustentabilidade e Patrimônio Cultural

Pesquisador: SABRINA HILLE

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79178124.2.0000.5366

Instituição Proponente: FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.967.401

Apresentação do Projeto:

Conforme parecer Número: 6.839.571.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme parecer Número: 6.839.571.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme parecer Número: 6.839.571.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Conforme parecer Número: 6.839.571.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Conforme parecer Número: 6.839.571, os critérios de inclusão e exclusão foram apresentados, conforme: Serão convidados a fazer parte da pesquisa 10 (dez) membros tradicionais da comunidade pesqueira, ou seja, homens e mulheres, maiores de idade, com faixas etárias distintas, que atuam ou atuavam, como pescadores artesanais em Balneário Barra do Sul e que aceitem participar da entrevista mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Neste caso, será entendido como pescador artesanal o que preconiza a Lei Federal 11.959 de 2009 no artigo 2º inciso XXII e artigo 4º parágrafo único. Será considerado como critério para exclusão o não aceite de participação na entrevista ou não fazer parte da comunidade pesqueira artesanal.

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. Campus Bom Retiro

Bairro: Zona Industrial

CEP: 89.219-710

UF: SC

Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitetica@univille.br

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 6.967.401

Recomendações:

Ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) responsável deve enviar ao Comitê de Ética, por meio do sistema Plataforma Brasil, o Relatório Final (modelo de documento na página do CEP no sítio da Univille Universidade).

Segundo a Resolução 466/12, no item

XI- DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

d) Elaborar e apresentar o relatório final;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "Pesca Artesanal em Balneário Barra do Sul: Gestão, Sustentabilidade e Patrimônio Cultural", sob CAAE "79178124.2.0000.5366" teve suas pendências esclarecidas pelo (a) pesquisador(a) "SABRINA HILLE", de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, portanto, encontra-se APROVADO.

Informamos que após leitura deste parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no sítio da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso https://www.univille.edu.br/pt_br/institucional/proreitorias/prppg/setores/coordenacao_pesquisa/comite_etica_pesquisa/status-parecer/645062.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2327645.pdf	04/06/2024 18:02:23		Aceito

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. Campus Bom Retiro

Bairro: Zona Industrial

CEP: 89.219-710

UF: SC

Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitetica@univille.br

**UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE**



Continuação do Parecer: 6.967.401

Outros	Carta_resposta.docx	04/06/2024 18:01:40	SABRINA HILLE	Aceite
Outros	Carta_resposta_Sabrina_Hilleassinado.pdf	04/06/2024 18:01:16	SABRINA HILLE	Aceite
Outros	Termo_Uso_Imagem_SabrinaHille.pdf	18/04/2024 19:44:00	SABRINA HILLE	Aceite
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_SabrinaHille.pdf	18/04/2024 19:39:07	SABRINA HILLE	Aceite
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_SabrinaHille.pdf	18/04/2024 19:36:42	SABRINA HILLE	Aceite
Folha de Rosto	folhaderosto_SabrinaHille.pdf	18/04/2024 19:22:04	SABRINA HILLE	Aceite

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOINVILLE, 25 de Julho de 2024

**Assinado por:
Marcia Luciane Lange Silveira
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. Campus Bom Retiro

Bairro: Zona Industrial

CEP: 89.219-710

UF: SC

Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitetica@univille.br

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) a disponibilizar em ambiente digital institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e/ou outras bases de dados científicas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data 29/10/2025.

1. Identificação do material bibliográfico: () Tese (x) Dissertação () Trabalho de Conclusão

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autor: Sabrina Aparecida Hille Castanho

Orientador: Dione da Rocha Bandeira Coorientador: xxx

Data de Defesa: 29/08/2025

Título: Entre redes, tradições e sustentabilidade: a pesca artesanal de Balneário Barra do Sul (SC) como Patrimônio Cultural

Instituição de Defesa: Univille

3. Informação de acesso ao documento:

Pode ser liberado para publicação integral (x) Sim () Não

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese, dissertação ou relatório técnico.

Documento assinado digitalmente
 SABRINA APARECIDA HILLE CASTANHO
Data: 12/10/2025 21:08:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Balneário Barra do Sul, 12 de outubro de 2025